

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Fábio Fernandes de Siqueira

A relação entre complexidade, vigilância e desordem informacional
e seu impacto na subjetivação do indivíduo

Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital

São Paulo
Junho de 2022

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Fábio Fernandes de Siqueira

A relação entre complexidade, vigilância e desordem informacional
e seu impacto na subjetivação do indivíduo

Mestrado em Tecnologias da Inteligência e Design Digital

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como Exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Tecnologias da Inteligência e Design Digital sob a orientação de Prof. Dr. Marcus Bastos.

São Paulo

Junho de 2022

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Muitos aprendizados marcam a jornada de uma pesquisa e ter a oportunidade de vivenciar essa passagem durante uma pandemia me propiciou ensinamentos que transcendem esta dissertação. Juntos, professores e demais colegas na trajetória de mestrado e doutorado, se empenharam para que as trocas, restritas às telas, se tornassem muito ricas. Esse movimento coletivo já denota que grande parte desta realização contou com o privilégio de ter a colaboração de muita gente a quem busco agradecer aqui.

A começar, agradeço profundamente a minha família, em especial, minha esposa Maria Cristina, minha filha, Maria Luísa, meu filho recém-chegado, Henrique e nossa querida felina, Amelie. Cada um, a sua maneira, contribuiu imensamente para que este trabalho fosse possível, enfrentando as ansiedades próprias do período e, ainda assim, me permitindo alguns momentos de concentração e ausência dedicados à produção acadêmica. Também, nestas primeiras linhas, vai o meu muito obrigado aos meus aguerridos e queridos pais, José e Luzia, que me inspiram muito na permanente busca por resiliência.

Manifesto minha gratidão ao genial orientador, professor, Marcus Bastos, que desde o início se empenhou para que eu embarcasse nesta empreitada. Além de compartilhar seu vasto conhecimento, ele me integrou às pessoas, grupos e discussões muito válidas, propiciando uma visão mais abrangente do percurso. Isso sem contar seus questionamentos perspicazes sempre agregando novas perspectivas e sugerindo abordagens fundamentais ao projeto.

Agradeço a professora, Pollyana Ferrari, que me conectou à importantes iniciativas relacionadas à luta contra a desinformação, e aos professores Nelson Brissac e Fernando Fogliano, que fizeram parte da minha banca de qualificação, compartilhando, de maneira muito generosa, visões e alertas que ajudaram bastante a redefinir algumas rotas.

Por fim, meu agradecimento geral a todos que participaram de alguma forma desta caminhada. Aos professores das disciplinas que cursei: Hermes Hildebrand, Winfried Nöth, Daniel Gatti e Rogério da Costa. Ao suporte dispendido pela secretaria: inicialmente pela Edna e mais recentemente pela Jéssica. A revisora Valéria Diniz. Aos professores que coordenaram projetos que participei: Ana Maria Di Grado Hessel e Marcelo Prioste e a liderança que coordenou o programa, grande inspiração no campo da comunicação, a professora, Lucia Santaella.

Muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa reflete sobre a relação entre a vigilância e os processos de desinformação em meio a complexidade instituída com a comunicação em rede. O estudo observa a internet como um sistema que produz e processa um imenso volume de informação, tornando-se um potente gerador de inteligência conectiva, desordem informacional e, sobretudo, mais complexidade. Na web, a vigilância é um dispositivo nativo, parte do design da rede, que funciona para viabilizar uma navegação em meio ao caos, mas também, para intervir na maneira como as pessoas interagem, estabelecendo dinâmicas de conversação e modulando o acesso à informação. Por fim, o estudo avalia essa relação entre complexidade, vigilância e desinformação e seu impacto no processo de subjetivação do indivíduo, afetando a forma como memórias e conhecimento são processados em um contexto social marcado por instabilidade. Nesse sentido, o caso *Cambridge Analytica*, ocorrido durante as eleições presidenciais americanas de 2016, as ocorrências de desinformação associadas às vacinas contra Covid-19 e as discussões em torno do Projeto de Lei das Fake News, PL 2.630 (RELATOR..., 2020), são exemplos utilizados na dissertação que evidenciam o quanto o objeto desta pesquisa tem tomado forma na vida da sociedade moderna.

Palavras-chave: desinformação; vigilância; complexidade; subjetivação.

ABSTRACT

This research contemplates the relationship between surveillance and disinformation processes in context of network communication complexity. The study recognizes the internet as a system that produces and processes a large volume of information, which makes it a powerful generator of connective intelligence, informational disorder and, above all, increasing complexity. In the web, the surveillance is a native apparatus, part of its network design, that works to enable navigation in the chaos, as well as, to intervene in the way people interact, establishing conversational dynamics and modulating content landscapes. Finally, the study assesses how the relationship between complexity, surveillance and disinformation impacts the individual's subjectivation process, affecting the way they develop memories and knowledge in a new social environment, marked by instability. In this sense, recent episodes, as the Cambridge Analytica case, which occurred during the 2016 American presidential elections, as well as the disinformation occurrences associated with Covid-19 vaccines and the discussions around the Fake News Bill, PL 2.630 (RELATOR..., 2020), exemplify how the research matter has taken shape in the life of modern society.

Keywords: disinformation; surveillance; complexity; subjectivation

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Fatos que motivam a pesquisa	11
1.2 Os movimentos na política e nas empresas de tecnologia	12
2. A COMPLEXIDADE NO CONTEXTO INFORMACIONAL.....	13
2.1 A Complexidade na raiz da relação entre desinformação e vigilância	13
2.1.1 Dados	14
2.1.2 Bancos de dados e narrativas	15
2.1.3 Informação	17
2.1.4 Narrativas	19
2.1.5 Narrativas transmidiáticas e desinformação	21
2.1.5.1 Narrativa 1 – Artigo de um "Leitor Preocupado"	21
2.1.5.2 Narrativa 2 – Reportagem da Revista Exame.....	22
2.1.5.3 Narrativa 3 – Live do Presidente, Jair Bolsonaro.....	23
2.1.5.4 Análise comparativa	23
2.2 A complexidade e a internet.....	26
2.2.2 A complexidade como origem e destino da internet.....	29
2.2.3 A internet como sistema para navegação na complexidade	30
2.3 Inteligência conectiva.....	38
2.4 Desordem informacional	41
2.4.1 Design da desordem informacional	43
2.4.2 Autoridade descentralizada.....	46
2.4.3 Interatividade como elo entre desinformação e vigilância	49
3 A VIGILÂNCIA	50
3.1 A Importância da vigilância na relação objeto da pesquisa	50
3.1.1 A normalização de uma vigilância informacional abrangente.....	51
3.1.2 A vigilância informacional e seus picos históricos.....	53
3.1.3 Extrativismo de dados e dataficação	57
3.2 A vigilância no design da web e o design da vigilância.....	58
3.2.1 Design da vigilância distribuída.....	60
3.2.2 Algoritmos e rastreadores	61
3.2.3 Conhecimento por metadados.....	64
3.2.4 Multiplicação de vigilantes	66
3.3 A vigilância, privacidade e desinformação	67
3.3.1 Caso Cambridge Analytica.....	67
3.3.2 Primeiro movimento – Campanha Ted Cruz nas eleições primárias.....	69

3.3.2.1 Ciência comportamental	69
3.3.2.2 Data analytics	70
3.3.2.3 Tecnologia de anúncio dirigido	71
3.3.3 Segundo movimento – Campanha Donald Trump	72
3.3.4 Narrativa na construção identitária e sua potência de controle	73
3.3.5 Dataficação e perfilamento das audiências	75
3.3.6 Segmentação de massa	77
3.3.7 Desinformação em aplicativos de mensagens privadas	78
3.3.7.1 Whatsapp.....	79
3.3.7.1.1 Grupos.....	80
3.3.7.2 Telegram.....	80
3.4 A vigilância e a sociedade	81
3.4.1 Vigilância na cultura	81
3.4.2 Vigilância na economia	84
3.4.3 O PL 2630 e a relação entre desinformação e vigilância	86
3.4.3.1 Questões de rastreabilidade	87
4 IMPACTO NA SUBJETIVAÇÃO.....	90
4.1 Experiência do usuário e seus dilemas	90
4.2 A relação entre subjetividade e identidade.....	92
4.2.1 A subjetivação de um sujeito tecnológico.....	95
4.2.2 Construção identitária nas interações em grupos e comunidades.....	100
4.2.3 Duas faces do sujeito: o EU Midiático e o EU Vigilante	101
4.2.3.1 EU midiático.....	102
4.2.3.2 EU vigilante	104
4.3 A ansiedade de informação e o EU vigilante	107
4.4 Matematização das percepções	109
4.5 Memória.....	111
4.5.1 Relação memória e internet.....	111
4.5.2 Das falsas memórias ao revisionismo histórico.....	113
4.6 Conhecimento.....	116
4.6.1 O movimento antivax e suas narrativas identitárias de conhecimento	117
4.6.2 Escola sem partido	119
4.6.3 Desafio para os jovens.....	119
4.7 O metaverso e a próxima fronteira da relação entre desinformação, vigilância e subjetivação	120

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
5.1 O design da internet.....	122
5.2 O dirigismo narrativo e a demanda identitária	125
5.3 O letramento como contraponto.....	126
5.4 O modelo econômico e social sob revisão.....	127

1 INTRODUÇÃO

Em um período conturbado da história mundial, em meio à pandemia de *coronavirus disease* (Covid-19), a vigilância e a desinformação, elementos de base desta dissertação, adquiriram outra dimensão. Como é natural em contextos de crise, a intensidade com a qual esses elementos agiram foi notória. Por essa razão, vale ponderar que as observações apresentadas nesta pesquisa são retrato de um contexto marcado pela instabilidade própria da complexidade. Aliás, a complexidade também se tornou elemento fundamental da pesquisa para uma compreensão, ainda que perecível, das causas e consequências desse contexto informacional instituído na sociedade contemporânea.

Quando a desinformação é observada sob as lentes da complexidade, passa a fazer mais sentido tratar o fenômeno sob outra terminologia: a desordem informacional. Essa noção, já apresentada em estudos da First Draft¹, tem uma potência que vai além da categorização de narrativas proposta no estudo de Wardle e Derakhshan (2017), apartando o conteúdo que desinforma do que se propõe gerar conhecimento.

O termo desordem informacional pode ser trabalhado no cenário da internet, reforçando sua natureza desordenada, onde, além de narrativas, orbitam também fragmentos de informação, os dados. A viabilização da compreensão, nesse ambiente caótico, carregado de dados e narrativas, informações de toda espécie, demanda ordem. Entendendo a rede como um sistema, a ordem, ou sua capacidade de ordenação, é natural em sua composição, sendo a coexistência entre ordem e desordem, assim como a coexistência de informações mais precisas e notícias falsas, uma característica que remete à noção de sistemas em meio a complexidade.

Sob a chancela de prover uma ordenação que viabilize a navegação do indivíduo moderno em meio a essa desordem informacional, a vigilância é cada vez mais legitimada, entendendo-a como uma observação sistemática de natureza interventiva. Isso é fácil de se visualizar na internet e na sua operação que, por meio de algoritmos e rastreadores, monitora as interações do indivíduo, intervindo em seu processo de subjetivação ao apresentar-lhe paisagens informacionais com as quais dialoga e forma sua percepção do mundo.

¹ A First Draft é uma organização global, sem fins lucrativos e apartidária, que fornece orientação prática e treinamento midiático relacionado à contenção da desinformação. Segundo a organização, as habilidades, ferramentas e recomendações, baseadas por pesquisas, são continuamente testadas e revisadas com a ajuda de parceiros em todo o mundo.

Assim, todos os elementos que são objeto desta pesquisa são colocados à mesa para que sejam analisadas suas relações: a complexidade, a vigilância e a desordem informacional, agregando a essa análise uma avaliação sobre o impacto dessa relação no processo de subjetivação do indivíduo moderno.

1.1 Fatos que motivam a pesquisa

A escolha por focar em uma relação, e não por um elemento específico, é motivada por uma série de acontecimentos recentes nos quais a vigilância e desinformação se misturam, envoltas por complexidade, afetando a sociedade em sua forma de pensar, construir memórias e conhecimento.

O primeiro fato, como já mencionado, foi a própria pandemia, que abarcou reações negacionistas em relação às vacinas, combinada com a normalização de uma vigilância desmedida, praticada por plataformas e governos (LYON, 2022). Durante a pandemia, além de um impulso para ideias antivacinas, movimentos que já estavam em curso anteriormente – como discussões pretensamente científicas retomando conceitos como a noção de terra plana ou a promoção de teorias conspiratórias – se intensificaram.

Paralelamente, as discussões sobre privacidade e desinformação, iniciadas na pré-pandemia, progrediram no campo jurídico. A movimentação regulatória iniciada na Europa, em 2018, com a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR), também avançou no Brasil durante o período de pesquisa. A partir de agosto de 2020, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei 13.709 (BRASIL, 2018) – passou a vigorar e as discussões do Projeto de Lei das Fake News (RELATOR..., 2020) avançaram. Embora sem aprovação ratificada, o PL tem levantado discussões interessantes que demonstram a relação entre vigilância e desinformação.

Em julho de 2020, o relator da Organização das Nações Unidas (ONU), Joseph Cannataci, já manifestava preocupação com os rumos do debate do PL apelidado de PL das Fake News. Na ocasião, o alerta se dirigia a uma possível ameaça à privacidade mediante as propostas de cadastramento de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) para usuários e a obrigatoriedade de se ter CPF válido para abrir uma conta nas redes sociais (CHADE, 2020). A observação já apontava a relação entre vigilância e desinformação – aspecto evidenciado na medida em que a discussão prosseguiu. Um exemplo ocorreu em março de 2022, quando Google, Facebook, Twitter e Mercado Livre se juntaram em um manifesto se opondo a alguns pontos do PL que tocam na dinâmica da publicidade e nas questões de privacidade. Até a

conclusão desta dissertação, o PL, aprovado no Senado em 30 de junho de 2020, segue aguardando votação na Câmara dos Deputados.

Para a pesquisa, as discussões sobre como conter a desinformação, vide os debates relacionados ao PL das Fake News no Brasil, inspiram dois aspectos na análise: um mais associado às causas desse fenômeno – que é o contexto de complexidade estabelecido com o digital – e outro associado às consequências, como é o caso do processo de subjetivação impactado pela relação desses fenômenos.

1.2 Os movimentos na política e nas empresas de tecnologia

Os acontecimentos na política mundial – entre eles, a crise institucional nos Estados Unidos, deflagrada no caso que envolveu a *Cambridge Analytica* em 2016 – somados à incidência de notícias falsas propagadas via WhatsApp nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 – são indícios de como a relação entre a desinformação e a vigilância podem impactar a sociedade.

No contexto americano, em outubro de 2020, o Senado convocou os responsáveis pelo Google, Facebook e Twitter a apresentarem esclarecimentos sobre o funcionamento de suas empresas. No Brasil, em março de 2022, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, determinou o bloqueio do Telegram pela ausência de respostas ao tribunal. A condição para o desbloqueio elencou quatro pontos que foram atendidos posteriormente, resultando na suspensão da medida.

Buscando apresentar uma análise abrangente em meio a essa intensa movimentação, a pesquisa se divide em três capítulos, sendo o primeiro para refletir a questão da complexidade, o segundo com foco na vigilância e o último mais dirigido aos impactos na subjetivação, estando as questões de desinformação entremeadas nessa distribuição.

2. A COMPLEXIDADE NO CONTEXTO INFORMACIONAL

2.1 A Complexidade na raiz da relação entre desinformação e vigilância

Os dilemas modernos estabelecidos na contraposição entre desinformação e conhecimento ou entre a privacidade e a vigilância, bem como o efeito desses fenômenos na subjetivação do indivíduo moderno, possuem uma mesma raiz. Todos esses fenômenos orbitam no universo da complexidade, a carregam em seu interior e, por fim, a produzem.

Antes de a pesquisa refletir sobre as relações desses movimentos, faz-se necessário posicionar o que do vasto conceito de complexidade é mais latente na relação que é objeto desta pesquisa.

O primeiro aspecto da complexidade, fortemente associado a esses fenômenos, é seu caráter volumétrico, afinal, uma de suas características mais reconhecíveis se configura em “[...] uma extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades. [...] compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios” (MORIN, 2005, pp. 34-35).

A questão de volume apresenta-se fortemente associada aos fenômenos de desinformação e conhecimento, uma vez que, em meio a grande quantidade de dados, informações e narrativas dispostas no ambiente informacional contemporâneo, distinguir um conteúdo que promova conhecimento de uma notícia falsa torna-se um grande desafio.

O volume também está muito conectado aos fenômenos de vigilância e reformulação das noções de privacidade, uma vez que a exposição de dados, informações e narrativas é uma prática intensa na internet, disponibilizando à observação interventiva da vigilância um amplo volume de indicações sobre o que move o indivíduo moderno.

Por essas razões, a multiplicação intermitente de dados, informações e narrativas é o ponto de partida deste estudo, merecendo um recorte específico sobre cada um desses elementos, com conceitos ligados intrinsecamente e que, algumas vezes, se fundem como sinônimos. Apesar dessa relação, a pesquisa apresenta suas diferenças com o intuito de promover uma melhor compreensão sobre o crescimento exponencial e irregular desses elementos que se dá no contexto complexo digital.

2.1.1 Dados

Como mencionado, dados, informação e narrativa são elementos de base na complexidade informacional instituída. Embora, em alguns momentos, tenham significados semelhantes, vale compreender suas distinções antes de entrar em suas convergências.

O início desta reflexão pode partir do que seria o microcosmo desse universo informacional, observando as menores partículas que compõem uma informação nesse ambiente digital complexo, os fragmentos estruturantes, que são os dados. Como descrito em Schönberger e Cukier (2013), dois fundamentos básicos, provenientes da tecnologia de informação, alicerçam a noção de dado: a capacidade de registrar e mensurar. Um dado, em resumo, é um registro, uma medida com potência de tornar-se uma informação de maior valor quando agrupado com outros dados – entendendo como informação algo imbuído de sentido, sentido este estabelecido na conexão entre quem comunica e quem recebe a mensagem comunicada.

Como descrito por Deleuze, a relação da sociedade moderna com os dados é característica de um modelo social baseado em controle, onde o registro e a mensuração própria do dado estão associados à observação sistemática de como o indivíduo se relaciona com a informação:

Nas sociedades do controle [...] o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...]. A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não será mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou “bancos”. (DELEUZE, 2013, p. 226).

No entanto, embora essa partícula ganhe mais sentido como informação quando agrupada em “amostras” e “bancos”, ela também pode ser considerada uma informação em si, principalmente do ponto de vista computacional, pois carrega sentido para o computador quando este é o destinatário da mensagem. Por exemplo, um caractere isolado pode não fazer sentido para um indivíduo, mas pode significar um comando para a máquina. Portanto, o dado é um fragmento, mas pode ser também o todo informacional, sendo esta uma característica própria de elementos que compõem a complexidade: carregar a parte e o todo simultaneamente.

A teoria da informação de Claude Shannon atribui ao bit a função de unidade de medida da informação. Assim como a polegada ou o minuto, o bit expressa e mensura a menor parte de um todo. No caso, este todo é a informação:

O bit é uma partícula fundamental de outro tipo: não apenas minúsculo, mas também abstrato – um dígito binário, um circuito flip-flop, um sim-ou-não. Trata-se de algo sem substância, mas, à medida que os cientistas enfim começam a compreender a informação, eles se perguntam se esta não seria a questão principal: mais fundamental

do que a própria matéria. Eles sugeriram que o bit seria o núcleo irredutível e que a informação compõe o próprio cerne da existência. (GLEICK, 2011, p. 10).

O fato de o registro e a mensuração serem um procedimento básico da internet faz com que a questão volumétrica, própria da complexidade, seja facilmente notada no comportamento multiplicador dos dados nas redes.

2.1.2 Bancos de dados e narrativas

Considerando dados como esse fragmento estruturante, onde seu valor mais concreto surge quando estruturado com outros dados, se pode pontuar que esta estrutura formada por dados é a informação que, por sua vez, é elemento estruturante das chamadas narrativas.

Nesse ponto, vale recorrer à relação entre dados e narrativas proposta por Manovich (2015). Para o autor, os bancos de dados correspondem às narrativas no contexto computacional. O autor explica que “[...] depois que o romance e, em seguida, o cinema, privilegiarem a narrativa como forma-chave da expressão cultural da era moderna, a era do computador introduz seu correlato, o banco de dados” (MANOVICH, 2015, pág. 8).

O que Manovich pontua é que os dados em si não contam histórias, “[...] em vez disso, eles são coleções de itens individuais, em que cada item possui a mesma importância que qualquer outro” (MANOVICH, 2015).

Embora o autor discorra sobre uma nova forma de linguagem gerada pelos bancos de dados, este estudo se apoiará na relação entre dados, informação e narrativa como partes que se conectam, partindo do pressuposto de que, apesar dessa disposição dos dados como coleções, sugerindo um processamento cognitivo panorâmico por meio de painéis ou paisagens informacionais, a mente humana demanda ordenação sequencial, como reforçado em Sibilia:

O pensamento se articula na linguagem, inclusive nas linguagens não puramente verbais, como as diversas gramáticas audiovisuais ou transmidiáticas e hipertextuais que constituem a internet. Mesmo sendo não lineares em sua fragmentação estilizada e em sua proposta de serem consumidas com a nossa habitual voracidade multitarefa, elas também só podem ser processadas pelo pensamento no pertinaz caráter sucessivo da leitura. (SIBILIA, 2016, p. 159).

A proposta é que os dados, esses registros e métricas, a partir de uma ordenação lógica, tornam-se informações que, por sua vez, podem ser encadeadas resultando em uma narrativa. Retomando Schönberger e Cukier (2013) e sua publicação sobre *big data*, há uma passagem que ilustra o momento quando dados se tornam informações. No início do livro, os autores narram o ocorrido em 2009, uma crise de saúde que anunciaria preocupações drasticamente

ampliadas 11 anos depois com a pandemia de Covid-19. A descoberta do vírus H1N1 preocupou agências de saúde:

Alguns comentaristas alertaram para um surto na escala da gripe espanhola de 1918 que infectou meio bilhão de pessoas e matou dezenas de milhões. Pior ainda, nenhuma vacina contra o novo vírus estava prontamente disponível. A única esperança que as autoridades de saúde pública tinham era retardar sua propagação. Mas para fazer isso, eles precisavam saber onde já estava. (SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 6).

Ilustrando como dados podem tornar-se informação quando agrupados em amostras, os autores citam um artigo de executivos do Google que mostra como os dados, registros de busca do sistema, poderiam auxiliar em um melhor entendimento da dinâmica epidêmica ao analisarem os termos mais procurados em seus motores de busca. Embora o trecho seja longo, vale reproduzir a descrição que Schönberger e Cukier fazem da metodologia utilizada para transformar dados em informação:

O Google pegou os 50 milhões de termos de pesquisa mais comuns que os americanos digitam e comparou a lista com os dados do CDC (Centers for Disease Control and Prevention) sobre a propagação da gripe sazonal entre 2003 e 2008. A ideia era identificar áreas infectadas pelo vírus da gripe pelo que as pessoas pesquisavam na Internet. Outros tentaram fazer isso com termos de pesquisa na Internet, mas ninguém mais tinha tantos dados, poder de processamento e conhecimento estatístico quanto o Google. (SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 7).

O volume de dados reforça a complexidade inerente à situação:

No total, eles processaram impressionantes 450 milhões de modelos matemáticos diferentes para testar os termos de pesquisa, comparando suas previsões com casos reais de gripe do CDC em 2007 e 2008. E eles encontraram ouro: seu software encontrou uma combinação de 45 termos de pesquisa que, quando usado em conjunto em um modelo matemático, teve uma forte correlação entre sua previsão e os números oficiais em todo o país. Como o CDC, eles podiam dizer onde a gripe havia se espalhado, mas, ao contrário do CDC, eles podiam dizer quase em tempo real, não uma ou duas semanas após o fato. Assim, quando a crise do H1N1 ocorreu em 2009, o sistema do Google provou ser um indicador mais útil e oportuno do que as estatísticas do governo com seus atrasos naturais de relatórios. As autoridades de saúde pública estavam munidas de informações valiosas. (SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013 p. 7).

Nesse exemplo, os dados são os termos de pesquisa usados para identificar um interesse conectado a uma situação da doença. O registro de uma pesquisa isolada no Google sobre "remédio para a tosse" não tem potência de informação, ao passo que a análise de uma quantidade expressiva de dados desse tipo, quando correlacionada com outros dados, resultam na informação sobre o panorama da doença.

Em Gleick (2011), é feita essa relação entre o fragmento informacional, o que pode ser entendido como dado, e seu todo, a informação, citando o alfabeto como tecnologia fundadora da informação:

O alfabeto foi uma tecnologia fundadora da informação. O telefone, o aparelho de fax, a calculadora e, por fim, o computador são apenas as mais recentes inovações projetadas para armazenar, manipular e transmitir conhecimento. Nossa cultura absorveu um vocabulário funcional dessas úteis invenções. Falamos em comprimir dados, cientes de que isso é bem diferente de comprimir um gás. Nossa parafernália inclui iPods e telas de plasma, nossas habilidades incluem o envio de mensagens de texto e a capacidade de fazer buscas no Google, temos autonomia, somos especialistas, e por isso vemos a informação em primeiro plano. (GLEICK, 2011, p. 12).

Uma vez posicionados os dados no contexto da complexidade informacional e sua relação com informação e narrativas, é necessário aprofundar-se na compreensão desses outros dois itens.

2.1.3 Informação

Presente nos conceitos de dados e de narrativa, a noção de informação é um ponto central para compreender a relação complexa entre vigilância e desinformação. Em Capurro e Hjørland, a informação é associada à ideia de conhecimento comunicado, tendo função crucial ao desenvolvimento da sociedade contemporânea:

É lugar comum considerar-se a informação como condição básica para o desenvolvimento econômico, juntamente com o capital, o trabalho e a matéria prima, mas o que torna a informação especialmente significativa na atualidade é a sua natureza digital. (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 149).

Nesse sentido, é possível trazer uma observação de Luhmann (2005) quando analisa a dinâmica da comunicação em veículos de massa, conectando a noção de informação ao processo de codificação. Embora não esteja se referindo ao digital, muito do que é mencionado pelo autor se encaixa nesse contexto. O conceito de informação de Luhmann (2005) está associado à sua teoria dos sistemas sociais, algo a ser melhor abordado mais adiante. O ponto, aqui, é o reconhecimento do que é informação e do que não é, algo decisivo para a comunicação se consolidar. Colocando a informação na perspectiva da comunicação, Luhmann (2005) traz uma equivalência entre informação e não-informação. Nela, a maneira como o sistema de comunicação reconhece uma ou outra o define:

O código do sistema dos meios de comunicação é a distinção entre informação e não-informação. Com informação, o sistema pode trabalhar. A informação é, portanto, um valor positivo, um valor de designação, com o qual o sistema descreve as possibilidades de seu próprio operar. Mas, para se ter a liberdade de poder ver algo como informação ou não, é preciso também haver a possibilidade de se tomar algo como não-informativo. Sem semelhante valor reflexivo, o sistema estaria entregue a tudo que aparece. E isso significa também que ele não teria condições de distinguir a si mesmo, e o ambiente, não poderia organizar sua própria redução de complexidade, sua própria seleção. (LUHMANN, 2005, p. 39).

Embora tal citação anuncie as relações entre a complexidade e a ideia de sistema, encadeando pontos como ordenação e seleção, importa, aqui, notar o quanto a informação e a não-informação são chaves em uma estrutura de comunicação, permitindo seu funcionamento e sua confirmação enquanto estrutura, no caso, uma estrutura sistêmica.

Luhmann (2005) relaciona a ideia de informação e de não-informação com o processo jornalístico de compreender o que é e o que não é notícia. Há uma questão interessante sobre informação em Luhmann que a diferencia em relação à noção de dado. A informação, diferente do dado, sempre traz um sentido, por mais contraditório que pareça; mesmo uma não-informação traz esse sentido informativo: “Naturalmente, mesmo a informação de que algo não é nenhuma informação é também informativa” (LUHMANN, 2005, p. 39).

Para definir informação, Luhmann utiliza o conceito do antropólogo Gregory Bateson, para quem a informação possui natureza interventiva, pois trata-se de “[...] qualquer diferença que num acontecimento posterior faz a diferença” (LUHMANN, 2005, p. 39).

Em Gleick (2011), a informação também aparece na perspectiva da comunicação, mostrando o quanto o conceito de informação transformou a sociedade. No trecho a seguir, dois pontos são destacados: o primeiro está na ideia da informação como algo de princípio de organização e ordem, sendo essa característica uma ponte interessante entre informação e dado, ou seja, sob essa ótica, a informação pode ser entendida como um agrupamento de dados organizados e ordenados de forma a gerar um sentido; o segundo ponto é que a informação traz em si sua própria potência replicadora. Para exemplificar esse aspecto, Gleick faz uso do conceito de meme (DAWKINS, 2007):

O ciclo da informação se torna a unidade da vida”, diz Werner Loewenstein depois de trinta anos estudando a comunicação intercelular. Ele nos lembra que informação hoje significa algo mais profundo: “O termo traz a conotação de um princípio cósmico de organização e ordem, e nos proporciona uma medida exata disso”. O gene também conta com um equivalente cultural: o meme. Na evolução cultural, um meme é um replicador e um propagador – uma ideia, uma moda, uma corrente de correspondência. Num dia ruim, um meme é um vírus. (GLEICK, 2011, p. 9).

O princípio da ordem presente na informação e na desinformação também é o que pauta as narrativas, pois trata-se de ordenações lógicas, algo a ser desenvolvido a seguir. Nele, também será resgatada a ideia de meme, conceito fundamental no contexto de complexidade na internet.

2.1.4 Narrativas

O último ponto dessa tríade são as narrativas, elemento fundamental no contexto da desinformação, afinal, muito do que se fala sobre infodemia e desordem informacional refere-se, na verdade, ao alto volume de narrativas disponíveis nas redes, narrativas que ora buscam relatar fatos, ora apresentam uma ideia de um real inexistente.

Do cinema à política temos o uso do termo narrativa como a versão de uma história construída, pensada previamente com determinada intenção expressa em uma estrutura persuasiva. Manovich posicionou a narrativa como um recurso natural da literatura e do cinema que se tornou “[...] forma-chave da expressão cultural da era moderna” (MANOVICH, 2015, p. 8).

Esse destaque do discurso narrativo como expressão cultural acentuou-se, passando a ser utilizado de forma mais consciente para além dos romances e dos filmes. Por volta de 2010, a noção de narrativa ou *storytelling* passou a ser muito aplicada no universo das empresas que, com as redes sociais, começaram a operar também como veículos de mídia, descentralizando o papel de compartilhar histórias, normalmente restrito a jornais, emissoras de televisão, editoras etc.

Uma década depois, a noção de narrativa encontra-se irradiada em diversas áreas da sociedade. Ortiz (2022) sugere que a narrativa tornou-se uma “ilusão coletiva”, uma vez que “[...] uma narrativa não se define em relação à realidade; ela é, o relato basta a si mesmo [...]”, algo que não tem necessariamente vínculo com a realidade. O autor exemplifica isso com o fenômeno narrativo do terraplanismo, cuja potencial credibilidade está mais na forma como é manifestado do que no seu teor contraditório:

[...] se o terraplanismo é uma narrativa, o princípio da realidade é impertinente; sua coerência interna não pode ser desmentida por algo que lhe é estranho. Pode-se ainda argumentar que a ciência é também uma narrativa, seu relato não invalidaria os outros. Estaríamos assim diante de uma arena de narrativas concorrentes entre si, cada uma delas com sua verdade. De certa maneira, é esta indefinição que contribui para o êxito e a conveniência na utilização do termo. O mundo contemporâneo, particularmente com o advento da internet e das redes sociais, alimenta um tipo de ilusão coletiva. Qualquer coisa, dita com ênfase e paixão, torna-se convincente. (ORTIZ, 2022).

O podcast *O Assunto* (2021), apresentado pela jornalista Renata Lo Prete, dedicou um episódio para discutir o uso da palavra narrativa no contexto da política. No programa, o professor Eugênio Bucci destacou a importância das narrativas ao referi-las como “histórias que nos fundam como sociedade”. Bucci enfatiza a abrangência da presença de narrativas na história do mundo:

Há narrativa em toda mitologia, em Homero, em todas as religiões e depois nos romances e no jornalismo do século XX, se refere a como contar uma história de forma

a envolver as pessoas que escutam e que leem as histórias de forma a fazer que cada um sinta parte daquilo, mas em um determinado momento, o mercado e as empresas descobrem que podem produzir e gerir narrativas próprias, para com isso, produzir mais identificação com seu público, seus fregueses, seus mercados. Isso acabou virando uma febre. Todo mundo pode fazer narrativa e agora, a narrativa, nas mutações mais recentes, ela é uma atividade econômica. O mercado faz narrativas que colam a mercadoria no consumidor, os serviços oferecidos no consumidor que criam uma certa aura mágica em torno de tudo isso e essas narrativas são elas mesmas mercadorias. (O ASSUNTO, 2021).

A utilização deliberada do termo pode dificultar a compreensão do que, afinal, é narrativa, principalmente depois dessas transformações midiáticas, deixando as histórias presentes por toda parte, disponibilizadas em diversos tamanhos e formatos. O fato é que segue preponderante a questão sequencial da linguagem que, nas narrativas, refere-se a um encadeamento lógico de informações, sejam elas reais, imaginárias ou falsas. Um ponto importante é que há, em toda narrativa, um objetivo de persuasão frente a um público específico, algo comumente adotado no marketing político, como tratado por Ortiz:

Há uma intenção que precisa realizar-se junto a um público específico (leitores de um livro, ouvintes de uma rádio, telespectadores). O que é dito deve ajustar-se a ele. Um exemplo é o marketing político. Diante da guerra de versões em relação aos fatos é fundamental impor uma narrativa, isto é, construir um relato no qual as pessoas acreditem. (ORTIZ, 2022).

A questão de ajustar-se a um público expõe um caráter próprio das narrativas no contexto digital, marcado pela ideia do hipertexto, e a possibilidade de interferência nos discursos a qualquer momento. Resumindo, as narrativas, diferentemente do contexto dos impressos, ou até mesmo da televisão, podem ser alteradas com muita facilidade.

Isso acontece rotineiramente nos jornais disponíveis na web que, constantemente, corrigem informações imprecisas, em alguns casos, indicando quando a alteração foi feita. Outro exemplo é a Wikipedia, onde os artigos podem ser complementados diretamente por seus usuários, desde que sigam as políticas da página. Entretanto, no digital, a elasticidade de uma narrativa é ilimitada, podendo ser alterada infinitamente e de várias formas. Uma delas é fazer incrementos e observações adicionais, não mais no próprio conteúdo original, mas por meio de comentários em fóruns ou criações derivadas de outras plataformas.

Essa potência transmídia das narrativas no contexto digital é, ao mesmo tempo, uma oportunidade para a democratização das informações, mas, também, da desinformação, conforme analisado a seguir.

2.1.5 Narrativas transmidiáticas e desinformação

Um exemplo de como as narrativas são alteradas e migram de uma plataforma a outra ocorreu em outubro de 2021. Para o entendimento da construção narrativa transmidiática, esta análise demarca três abordagens para a mesma proposição: uma suposta associação entre as vacinas para a Covid-19 e a redução na performance dos sistemas imunológicos dos indivíduos vacinados.

2.1.5.1 Narrativa 1 – Artigo de um "Leitor Preocupado"

O primeiro conteúdo foi publicado no site britânico *Before It's News*, que se define como "[...] uma comunidade de indivíduos que relatam o que está acontecendo ao seu redor, de todo o mundo". O canal se coloca como "[...] uma maneira para as pessoas com as notícias, as fontes, divulgá-las para o mundo sem que o intermediário bloqueie todas as partes boas". Como proposto no texto, o processamento das informações publicadas no site não passa por revisões editoriais contestatórias, bastando para sua publicação apenas o aval do senso crítico do autor para que o conteúdo esteja no ar. O funcionamento é semelhante com o formato blog, mas agrega outras complexidades, como expostas no caso a seguir.

Em 15/10/2021, o site publicou um texto onde afirma que “[...] uma comparação de relatórios oficiais do governo (britânico) sugere que os totalmente vacinados contra a Covid-19 estão desenvolvendo a síndrome da imunodeficiência adquirida muito mais rápido do que o previsto”. O texto, assinado por *a concerned reader* (um leitor preocupado), menciona cinco relatórios oficiais do serviço de saúde pública do governo britânico – *Public Health England (PHE)*, mais especificamente os *reports*, entre as semanas 36 e 41, propondo que a comparação entre eles permite “sugerir” o que é mencionado na chamada da reportagem.

O conteúdo sinaliza que “essas degradações do sistema imunológico podem ser causadas por *Antibody Dependent Enhancement (ADE)* – onde os anticorpos induzidos pela vacina começam a funcionar ao contrário e serem específicos para a Covid ou podem ser mais gerais e resultarem em uma forma de *Acquired Immunodeficiency Syndrome (AIDS)*. O texto conclui que:

[...] as doses de reforço da vacina têm que ser as mesmas que as próprias vacinas, porque leva uma eternidade para fazer testes clínicos e obter aprovação para algo diferente. Então, se você tomar uma injeção de reforço, esses números mostram que você está se dando uma forma progressiva ainda mais rápida de aids (após alguns meses iniciais de eficácia). A análise de risco-benefício para essas vacinas agora se tornou uma análise de risco-benefício para todos com mais de 30 anos (CONCERNED READER, 2021, Tradução Nossa).

O conteúdo, sem autoria declarada, cita um profissional da medicina ao apresentar suas especulações comparativas, no caso, a menção é relacionada ao médico Nathan Thompson, do laboratório *Cole Diagnostics*. O médico e o dono da clínica, Dr. Ryan Cole, são conhecidos por polêmicas posições antivacina. O trecho afirma:

[...] todo mundo com mais de 30 anos perderá 100% de toda a sua capacidade imunológica (certamente para covid e provavelmente para vírus e certos tipos de câncer – seguindo as evidências da *Cole Diagnostics* em Idaho e do Dr. Nathan Thompson) dentro de 16 semanas (CONCERNED READER, 2021).

Resumindo, o texto, sem autoria declarada, embora use a palavra “sugere”, faz sérias associações entre a vacina para Covid-19 e a AIDS, usando relatórios oficiais do governo britânico, como supostas evidências para respaldar o que está sugerindo. Além disso, menciona brevemente que a suposta descoberta confirma evidências de um outro estudo de autoria de Nathan Thompson.

2.1.5.2 Narrativa 2 – Reportagem da Revista Exame

O segundo conteúdo é uma reportagem publicada em 20/10/2020, no site da revista Exame, sobre: “Um estudo publicado no jornal científico *The Lancet* está causando preocupação na comunidade médica que tenta desenvolver uma vacina contra a covid-19”.

Depois das credenciais, prossegue com uma especificação e faz uma importante ressalva:

[...] de acordo com pesquisadores, algumas vacinas que usam um adenovírus específico no combate ao vírus SARS-CoV-2 podem aumentar o risco de que pacientes sejam infectados com HIV, o vírus da aids - para isso, a pessoa precisa ser exposta ao vírus [...]. Até agora, não se comprovou que alguma vacina contra a covid-19 reduza a imunidade a ponto de facilitar a infecção em caso de exposição ao vírus (LOUREIRO, 2020).

A ressalva também aparece de forma mais enfática, destacando ser referente ao adenovírus de número 5: “A pesquisa aponta que a infecção por HIV pode ser facilitada caso o paciente vacinado tenha recebido uma dose contendo o adenovírus de número 5 (Ad5)”.

A matéria é assinada por Loureiro (2020), repórter de tecnologia e ciência, que cita a origem da informação de base, no caso, a publicação científica *The Lancet*, referindo-se ao texto publicado na seção *Correspondence* – que não é o espaço de artigos científicos discutidos entre cientistas, mas uma seção de cartas dos leitores, em sua maioria pesquisadores. A seção é descrita pela revista como: “Reflexões de nossos leitores sobre conteúdos publicados nas revistas Lancet ou sobre outros temas de interesse geral para nossos leitores. Essas cartas normalmente não são revisadas externamente por pares”.

2.1.5.3 Narrativa 3 – *Live do Presidente, Jair Bolsonaro*

No dia 21/10/2021, em sua *live* semanal publicada no Facebook e no Youtube às quintas-feiras, o presidente brasileiro lê um trecho do texto traduzido referente à publicação no site britânico *Before It's News*. Bolsonaro exhibe um papel cujo verso traz um *print* original, em inglês, do texto em questão. Porém sua fala é uma tradução da abertura do texto: *Relatórios oficiais do governo do Reino Unido sugerem que os totalmente vacinados – quem são os totalmente vacinados? aqueles depois da segunda dose, 15 dias depois – estão desenvolvendo a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (aids) muito mais rápido do que o previsto*. Depois, completa: *Não vou ler a matéria pra vocês aqui porque posso ter problemas na minha live*.

No dia 25/10/2021, em entrevista à rádio Caçula FM, do Mato Grosso do Sul, o presidente rebateu as críticas recebidas após a *live*, dizendo: *Foi a própria Exame que falou da relação de HIV com vacina. Eu apenas falei da revista Exame. E dois dias depois a revista Exame me acusa de ter feito fake news sobre HIV e vacina. A gente vive com isso o tempo todo. Se for pegar certos órgãos de imprensa, são fábricas de fake news*.

Nesse mesmo 25/10, matéria publicada na Agência Brasil (agência pública de notícias) relata a reverberação da *live*: em nota divulgada no sábado (23), o Comitê de HIV/aids da Sociedade Brasileira de Infectologia esclareceu que “[...] não se conhece nenhuma relação” entre qualquer vacina contra a covid-19 e o desenvolvimento de aids. “Repudiamos toda e qualquer notícia falsa que circule e faça menção a esta associação inexistente”, diz a nota. A notícia menciona a exclusão da *live* do Facebook, posteriormente excluída do Youtube também.

2.1.5.4 Análise comparativa

Analisando a estrutura narrativa, desconsiderando aspectos relacionados à veracidade dos conteúdos e sua configuração – verdadeira ou falsa –, identificam-se algumas convergências nas narrativas apresentadas.

A primeira, mais evidente, está no âmbito temático: todos os textos tratam da discussão sobre a relação entre as vacinas de Covid-19 e a redução de performance do sistema imunológico com riscos para HIV. No entanto, nenhuma delas faz uma afirmação categórica. A primeira utiliza-se do termo “sugere”, a segunda menciona “podem aumentar o risco” e a *live*

faz um enunciado para a primeira abordagem que, em depoimento posterior, relaciona-se com a segunda narrativa.

Também um ponto em comum está na argumentação: todas fazem uso de conteúdos com alguma informação baseada em apuração científica. A primeira utiliza-se dos relatórios do governo britânico (há questionamentos de adulteração ao material original); a segunda, da pesquisa de Lawrence Corey na revista *Lancet*. Neste ponto, o esforço é de sustentação lógica. Interessante retomar, aqui, as ideias de Gleick (2011). A lógica é o elemento que atribui a veracidade a uma narrativa, criando uma condição de a verdade ser identificada sem a necessidade de presenciar os fenômenos:

A lógica transforma o ato da abstração numa ferramenta para determinar aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso: a verdade pode ser descoberta simplesmente nas palavras, afastada da experiência concreta. A lógica assume sua forma em sucessivas cadeias: sequências cujos membros se conectam uns aos outros. As conclusões são tiradas a partir de premissas. Estas exigem certo grau de constância. Não têm força a não ser que possam ser examinadas e avaliadas. Em comparação, uma narrativa oral se dá por meio do acréscimo, com as palavras desfilando em coluna diante da bancada da plateia, brevemente presentes e então passadas, interagindo umas com as outras por meio da memória e da associação. Não há silogismo em Homero. A experiência é disposta em termos de eventos, e não categorias. (GLEICK, 2011, p. 33).

Outro ponto importante encontra-se na questão da autoria e da respectiva identificação da fonte informativa. A primeira narrativa apresenta-se de maneira oculta como *concerned reader*, em um veículo já relacionado entre supostos sites promotores de desinformação, com financiamento via anúncios no formato *native ads*² (direcionando outros conteúdos de caráter *clickbait*³).

Utilizando-se da ferramenta Semrush, é interessante observar que a potencial origem de tráfego é o acesso direto, ou seja, um canal acessado por quem já o conhece, o que pode ser um traço que demonstre tratar-se de um veículo de nicho, algo dirigido a um grupo.

O segundo conteúdo da *Exame* expõe a autoria, referindo-se a uma revista criada em 1967, com a proposta editorial dirigida à economia e aos negócios, cujo financiamento se dá via anúncios. Em 2019, a revista *Exame* foi arrematada em um leilão pela Editora e Comércio Valongo, administrada pelo BTG Pactual Holding, por cerca de R\$ 72 milhões, como parte do plano de recuperação judicial do Grupo Abril, em crise financeira deflagrada ao longo da década de 2010.

² Native Ads é um tipo de anúncio online que geralmente aparece como um conteúdo destacado ou recomendado dentro de portais, sites e blogs.

³ Clickbait ou “caça-clique” é uma prática de redação típica da Internet, geralmente apoiada em conteúdos enganosos ou sensacionalistas, usada para gerar acessos a sites por vezes duvidosos.

O terceiro conteúdo é também muito identificável, pois refere-se a um presidente em exercício, no entanto, faz menção ao primeiro conteúdo, sem identificação. Um ponto interessante neste último caso está na sua adaptação de formato, mais apropriada para viralização nas redes por tratar-se de uma narrativa de enunciado em que apenas se faz uma chamada na forma de hipertexto, recomendando aprofundamento *a posteriori*. Essa apropriação digital está muito alinhada com a compactação narrativa que o contexto digital demanda.

Em meio à fragmentação da atenção, a internet tem levado parte importante do discurso moderno para um modelo compactado, mesmo as narrativas mais longas são, às vezes, quebradas em fragmentos. O lançamento do Twitter é um marco neste sentido, estabelecendo um limite de mensagem em 140 caracteres. Com esse design de conversa, cria-se um ambiente onde manchetes, frases de efeito e enunciados encontram seu habitat ideal.

Essa compactação, impulsionada pelo uso predominante dos smartphones como *device* midiático, também é característica da publicidade. O Youtube, por exemplo, passou a trazer anúncios breves, de 5 a 15 segundos, com uma estrutura narrativa semelhante à utilizada no caso 3, ou seja, um enunciado com o chamado *call to action* ou *linkagem* para outro conteúdo externo.

No entanto, a estruturação digital da *timeline*, como uma sequência narrativa muito intrincada e aleatória, estimula o usuário a fazer a rolagem, onde o ímpeto é maior de migrar para outro assunto em detrimento a aprofundar-se em algo específico.

Dessa forma, parte-se para um próximo conteúdo sem, necessariamente, sair para links externos, sem perder sua experiência. Ou seja, o usuário médio da internet tende a não acessar links ou sair para conteúdos externos, algo que justifica, talvez, o fato de a maioria dos usuários impactados com um *bumper ads* (formato de anúncio do Youtube) pularem os anúncios sem acessar links adicionais.

Esse encurtamento das narrativas também reflete uma forma de interagir baseada na superfície informacional. Nas redes sociais, por meio de recursos como os emoticons, o usuário lê as chamadas e já interage de maneira ágil. Essa interação instantânea, uma vez rastreada, fornece dados às plataformas, ou seja, o usuário, muitas vezes sem saber, contribui para sua própria vigilância.

Por fim, aqui, algo que retoma a complexidade é o ambiente informacional diverso que se forma na internet, onde não só narrativas se multiplicam, mas também os dados gerados a cada interação feita nesses conteúdos, que misturam notícias, relatórios e proposições científicas, apresentando-os de forma fragmentada, como enunciados, frases de efeitos ou chamadas efusivas.

2.2 A complexidade e a internet

Uma vez demarcada a perspectiva conceitual de dados, informação e narrativa em que este estudo se apoia, faz sentido progredir na delimitação da complexidade informacional, recortando, em meio ao amplo acervo teórico disponível, as características que mais dialogam com os dilemas da desinformação, vigilância e subjetivação. Embora o foco esteja em problemas muito práticos da sociedade moderna, essa relação teórica inicial se justifica, pois um dos principais eixos desta dissertação é que tais dilemas se referem a uma questão sistêmica, fruto da complexidade, algo a ser melhor explicado mais adiante.

Nos apontamentos feitos sobre dados, informação e narrativa, nota-se uma relação entre esses elementos característica da complexidade como "[...] um tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo" (MORIN, 2005, p. 13). No caso, o dado, a informação e a narrativa são, no campo informacional, as tramas desse tecido de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados, onde o uno e o múltiplo se relacionam de forma paradoxal.

Uma vez delimitado que a complexidade tem como traço central o aspecto volumétrico, vale aprofundar sobre as razões desse volume em permanente e acelerado crescimento assim como sua descentralização e, por fim, o entendimento da internet como um sistema para viabilizar a navegação em meio à complexidade. Seguindo o primeiro ponto, nota-se que o volume informacional se expande porque a informação na internet tem potencial de meme, ou seja, traz em si um impulso replicador.

2.2.1 A potência de meme da informação na web e a desterritorialização do centro informacional

Como tratado no início deste capítulo, a complexidade é marcada pelo aspecto volumétrico. Na internet, esse aspecto volumétrico se dá pela intensa multiplicação de suas unidades de dados, informação e narrativas. Isso está muito associado ao próprio perfil informacional estruturante da rede com alto poder reprodutivo, uma vez que o compartilhamento da informação é extremamente facilitado pelas suas dinâmicas interativas.

Como já dito, a rede opera por informações e narrativas que possuem em seu DNA uma potência de meme, conceito existente antes da popularização na web. Além da definição apresentada anteriormente, o meme, aqui, é o definido por Dawkins (2007) como partículas culturais de alto carácter reprodutivo:

Exemplos de memes são melodias, ideias, slogans, as modas no vestuário, as maneiras de fazer potes ou construir arcos. Tal como os genes se propagam no pool gênico saltando de corpo para corpo através de um processo que, num sentido amplo, pode ser chamado de imitação. (DAWKINS, 2007, p. 693).

Os memes, para Dawkins, são conteúdos ou conceitos que se sustentam por meio da reprodução, ou seja, cada pessoa, do seu jeito, absorve determinado conceito, por exemplo, um trecho de música ou poema, reproduzindo-o para outras pessoas. Quanto mais ocorre essa reprodução, mais o meme se ratifica. Dawkins exemplifica o meme com o conceito de Deus:

Considere a ideia de Deus. Não sabemos como ela surgiu no pool de memes. Provavelmente, originou-se muitas vezes por “mutações” independentes. De todo modo, é uma ideia realmente muito antiga. Como se replica? Pela palavra falada e escrita, auxiliada pela boa música e pela grande arte. Por que ela tem um grau de sobrevivência tão elevado? [...] O valor de sobrevivência do meme Deus no pool de memes resulta do seu grande apelo psicológico. Ele fornece uma explicação superficialmente plausível para questões profundas e perturbadoras a respeito da existência. Sugere que injustiças deste mundo podem ser compensadas num próximo. (DAWKINS, 2007, p.694).

No entanto, essa reprodução não é fiel, pois cada um absorve uma ideia e a transmite de certa maneira. Embora exista uma essência de meme preservada ao longo de cada compartilhamento, "[...] a transmissão do meme parece estar sujeita à mutação e à mistura contínuas" (DAWKINS, 2007, p.702) havendo o risco de um conceito ser tão alterado que reverbere noções que não representam a ideia original:

Da mesma maneira, quando dizemos que todos os biólogos hoje em dia acreditam na teoria de Darwin, não queremos dizer que cada biólogo tem, gravada no seu cérebro, uma cópia idêntica das palavras exatas de Charles Darwin. Cada indivíduo tem a sua própria maneira de interpretar tais ideias, e provavelmente as aprendeu não a partir dos textos de Darwin, mas de autores mais recentes. Muito do que Darwin afirmou pode ser considerado, em seus detalhes, incorreto (DAWKINS, 2007, p.704).

Isso fica ainda mais instável no contexto complexo da internet. Dawkins alerta que o conceito recente de meme, na internet, sequestra sua ideia original e agrega uma dinâmica informacional complexa, própria da web. Para o autor, o meme, no contexto da internet conhecido por pequenas peças geralmente humorísticas e reverberadas à exaustão, não cumpre a mecânica do meme pensado originalmente por ele. O meme da internet simboliza uma característica forte da web: a reprodução da informação somada a uma alteração não mais por pequenos lapsos no entendimento:

Em vez de sofrer mutação por mudança aleatória e se espalhar por uma forma de seleção darwiniana, eles são alterados deliberadamente pela criatividade humana. Ao contrário dos genes (e do significado original de Dawkins para "meme"), não há tentativa de precisão de cópia; memes da internet são deliberadamente alterados. (SOLON, 2013).

Essa característica atribuída por Dawkins aos memes da internet é sintomática do que pode ocorrer com a informação na web. A replicação de conteúdos mediante alterações deliberadas é uma possibilidade facilitada pelo design conectivo da rede, voltado à interferência. Se, por um lado, a reprodução confere volume, por outro, essa interferência atribui incerteza, potencializando a desordem.

Em meio à característica de um volume em constante e intenso crescimento, também surge com a internet uma questão estrutural da informação: a ausência de centralidade da produção informacional, uma vez que essa potência de fonte informativa se dilui por toda a rede. Isso faz a informação crescer de maneira rizomática, como pensado por Deleuze e Guattari (2011).

A premissa do rizoma está na ausência de uma centralidade para pautar seu crescimento. Essa relação é mais evidente quando os autores citam o 3º princípio do rizoma, a multiplicidade, explicando sua forma de crescimento por agenciamento:

Um agenciamento é precisamente este crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 24).

Essa descentralidade na produção informativa, onde dados, informação e narrativas crescem por todos os lados, ocorre pela multiplicação de produtores de conteúdo própria da web, tornando cada indivíduo uma mídia potencial. Parte disso se explica pelo fenômeno *prosumer*, citado mais à frente, quando o texto trata da desordem informacional.

Um exemplo dessa descentralidade na produção informacional culmina na questão moderna da desinformação. Como descrito pelo antropólogo David Nemer em matéria para o jornal *Folha de S.Paulo*, o processo de desinformação está associado a múltiplas centrais, sugerindo uma mecânica de distribuição de informação não restrita a um só centro:

Nemer propõe que as redes sociais adotem medidas para identificar os chamados "hubs de desinformação", conjunto de contas que orquestram as campanhas de mentiras nas redes. Segundo ele, esses perfis são geralmente responsáveis por levar as fake news da "periferia" para o "centro" do debate público na internet (RIBEIRO, 2022).

Partindo de um contexto em que a internet surge como uma ferramenta de navegação na complexidade, nota-se, por seu modelo de crescimento informacional rizomático, sua capacidade de também gerar complexidade.

2.2.2 A complexidade como origem e destino da internet

Galloway (2004) e Castells (1999) apontam como a descentralização da internet, na verdade, foi um objetivo inicial:

No final dos anos 1950, em resposta ao lançamento do Sputnik soviético e outros temores relacionados à Guerra Fria, Paul Baran da Rand Corporation decidiu criar uma rede de computadores que fosse independente do comando e controle centralizados e, portanto, seria capaz de resistir a um ataque nuclear que visasse esses centros centralizados. Em agosto de 1964, ele publicou um memorando de onze volumes para a Rand Corporation delineando sua pesquisa. (GALLOWAY, 2004, p.4).

Além disso, o projeto da internet, que, inicialmente, possuía uma centralidade militar em seu desenvolvimento, também passa a ter um agenciamento complexo, não restringindo sua criação a um só autor, mas envolvendo múltiplos participantes:

Por trás do desenvolvimento da internet, havia redes científicas, institucionais e pessoais que transcendiam o Departamento de Defesa, a National Science Foundation, grandes universidades de pesquisa (em especial MIT, UCLA, Stanford, University of Southern Califórnia em Santa Bárbara e Universidade da Califórnia em Berkeley, e grupos de pesquisa especializados em tecnologia, tais como o Lincoln Laboratory do MIT, SRI, Palo Alto Research Corporation (financiado pela Xerox), Bell Laboratories da ATT, Rand Corporation e BBN (Bolt, Beranek & Newman). (CASTELLS, 1999, p. 85).

O exercício científico que culmina na internet possui forte sintonia com o conceito de Ator-Rede de Latour (2012), no qual discorre que a ciência não acontece de maneira apartada da sociedade, sendo uma construção que envolve não só as pessoas, mas também tecnologias. A complexidade da rede, no caso, a internet, segue a premissa de Latour de estar expressa em um ecossistema onde todos os elementos têm algum grau de influência. Além da descentralização nativa e do fato de seu desenvolvimento não se restringir a um único centro, é importante observar como a complexidade da internet agregou novas complexidades sociais, relacionada desde seu início com a proposta de vigilância. Turkle (2005) traz essa perspectiva no âmbito da subjetivação do indivíduo moderno:

[...] a Internet emergiu como uma importante presença cultural, e a necessidade de um escrutínio contínuo de nossas relações com a computação parecia crescer em sua urgência. Em termos instrumentais, a Internet mudou todos os aspectos da vida nas comunicações, economia, política e artes. Mas também mudou a forma como nos víamos e nossos relacionamentos; a vida online tornou-se um local social para a

projeção e exploração de si mesmo. O espaço virtual não só possibilitou que pessoas que nunca se conheceram fisicamente se relacionassem (no anonimato, se assim o desejassem), mas também possibilitou que usuários individuais assumissem múltiplas identidades. (TURKLE, 2005, p. 287).

Esse ponto é uma transição para posicionar as questões de desinformação e vigilância como uma questão sistêmica. Restringir a observação a esses fenômenos isoladamente não viabiliza seu entendimento, uma vez que ambos são componentes de um sistema maior. Esse sistema não é apenas um meio de difusão e comunicação, como aponta Bastos ao resgatar o pensamento sistêmico de Luhmann para explicar essa amplitude de análise:

O computador e a internet não cumpriram apenas com as funções de distribuição, transmissão e compreensão das mensagens e da informação. Em razão de sua capacidade de processamento, os computadores transformariam as mensagens, a informação e mesmo o entendimento da informação, cuja compreensão dependeria então de filtros e rotinas eletrônicas da computação. Baecker (2006) sugere, comentando a análise de Luhmann, que o processamento eletrônico da informação altera fundamentalmente a natureza dos dados e o próprio sentido das mensagens comunicadas. (BASTOS, 2013, p. 186).

A conclusão, aqui, mostra que a internet surge como um sistema que viabiliza a navegação cognitiva humana em meio à crescente complexidade informacional da sociedade, mas, ao mesmo tempo, cria novas complexidades por meio de uma profusão de dados, informações e narrativas, agregando instabilidades. Tal característica pode subsidiar a ideia de que a internet não é apenas um meio de comunicação, mas um sistema mais abrangente.

2.2.3 A internet como sistema para navegação na complexidade

Antes de qualificar o tipo de sistema que é a internet e qual a conexão disso com a desinformação e a vigilância, vale a compreensão de como a complexidade se relaciona com a ideia de sistema.

A questão sistêmica alimenta uma das hipóteses desta pesquisa que associa os dilemas modernos da vigilância e da desinformação ao sistema em rede do qual a sociedade faz uso para sua comunicação, relacionamento e desenvolvimento cognitivo. O design interativo da internet, seus mecanismos expressos em *feeds* de notícias, fóruns de debate, recursos hipermediáticos, entre outros, têm influência e criam possibilidades específicas aos fenômenos de vigilância e desordem informacional. Inicialmente, para destrinchar essa abordagem do sistema, vale acompanhar, em Morin (2005), como a complexidade surge em uma sequência de conceitos, detonada por uma análise crítica à teoria sistêmica:

Em princípio, o campo da teoria dos sistemas é muito amplo, quase universal, já que num certo sentido toda realidade conhecida, desde o átomo até a galáxia, passando pela molécula, a célula, o organismo e a sociedade, pode ser concebida como um

sistema, isto é, associação combinatória de elementos diferentes. (MORIN, 2005, p. 19).

O autor pondera esse uso generalizado da teoria dos sistemas, destacando uma crítica à transformação de sistema como algo que funciona por operações redutoras (MORIN, 2005). Depois, segue apontando as virtudes da teoria dos sistemas, preparando o terreno para trazer sua visão sobre a complexidade.

As virtudes sistêmicas, segundo ele, são: 1) Ter posto, com a noção de sistema, um “todo” que não se reduz à “soma” de suas partes constitutivas; 2) Ter concebido a noção de sistema, não como uma noção “real” e formal, mas como uma noção ambígua, 3) Situar-se a um nível transdisciplinar (MORIN, 2005, p. 20).

Nesse ponto, é importante reforçar que a teoria dos sistemas nasce com o biólogo Ludwig von Bertalanffy, que encontra, na combinação entre ciências naturais e ciências sociais, uma teoria transdisciplinar que entrega fundamentação conceitual para que outras teorias surjam, como a da complexidade, por exemplo.

Em seguida à discussão sobre a teoria sistêmica, Morin (2005) reflete sobre o sistema aberto, baseado não só pelas transformações na biologia como também na física moderna. Ele aponta que: “[...] resta um enorme vazio conceitual entre a noção de sistema aberto e complexidade”. Parte da ausência é atribuída pelo autor ao fato de a teoria dos sistemas não ter explorado as questões associadas à auto-organização e à própria complexidade.

As discussões sobre sistema aberto e suas lacunas em relação à complexidade abrem espaço para um olhar externo ao raciocínio de Morin, que se aprofunde na questão sistêmica e suas relações com a complexidade. Uma possível ligação encontra-se no pensamento de Luhmann. Embora não haja registro de citações mútuas entre Morin e Luhmann, relacionar a teoria da complexidade e a teoria dos sistemas sociais, respectivamente, pode resultar em conexões e divergências interessantes para o entendimento da internet como um sistema informacional complexo que incorpora processos dos sistemas sociais.

Uma pergunta a ser feita neste momento: o que é um sistema social? A origem desse conceito antecede Luhmann. Em Parsons, o conceito de sistema social surge em uma combinação de pensadores diversos da sociologia, como Weber, Durkheim, Marshall e Pareto, estabelecendo que os sistemas sociais são “[...] constituídos pela interação direta ou indireta dos seres humanos entre si”. (PARSONS, 1976, p. 49 apud RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 110). A proposta de sistema social estabelece que a sociedade só existe quando integrada em um sistema, como traduzido por Luhmann:

Isso significa, por sua vez, que a eleição de fins e a delimitação de meios não é algo que está à disposição do livre-arbítrio de cada um dos indivíduos, mas que devem existir determinações sociais que os antecedem [...]. A sociedade, antes que os indivíduos se disponham a atuar, já está integrada pela moral, pelos valores, pelos símbolos normativos. Portanto, a sociedade não é possível se previamente não está integrada sob a forma de sistema. (LUHMANN, 1996, p. 32 apud RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 111).

Luhmann evolui nessa premissa ao especificar a ideia de interação de Parsons, como comunicação. Se, conforme Parsons, sistemas são constituídos de interação, para Luhmann, sistemas sociais são, essencialmente, comunicação. É possível uma relação interessante com a internet, mas que será discutida mais à frente.

Outra relação entre Parsons e Luhmann está na caracterização do sistema social como autorreferencial, ou seja, capazes de operar com base em suas próprias operações constituintes (RODRIGUES, NEVES, 2017, p. 116). Algo indiretamente tratado em Morin quando traz o conceito de auto-organização.

Possivelmente, a ponte entre sistemas e complexidade esteja mais evidenciada na combinação entre sistemas aberto e fechado presente na teoria de Luhmann. Também inspirado na biologia, desta vez com a discussão sobre autopoiesis de Maturana, Luhmann apresenta um modelo onde os conceitos de sistema fechado e aberto coexistem.

Em sua definição, os sistemas sociais são operacionalmente fechados, mas abertos ao seu entorno, ou seja, ele mesmo é condição do seu operar (RODRIGUES, NEVES, 2017), mas não está apartado das interferências externas. Neste sentido, é aberto ao ambiente, pois está o tempo todo se relacionando com esse entorno por meio do processo de diferenciação estabelecido em sua autorreferencialidade:

A autorreferência é a condição do contato com o entorno, e está precisamente relacionada com o fechamento operacional do sistema, sem o qual não existiria nem sistema, nem observação, nem contato. Portanto, a diferença entre sistema e entorno, o fechamento operacional e a autorreferência são processos definidores dos sistemas sociais. (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 117).

Outro aspecto interessante entre Luhmann e Morin está na própria ideia de complexidade, que, para os dois autores, tem caráter volumétrico. Como já mencionado Morin, define a complexidade por uma “[...] extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades, somada a incertezas, indeterminações e fenômenos aleatórios”; para Luhmann, ela aparece na sua concepção de mundo como algo que não é sistema, nem entorno, envolvendo mais de uma circunstância:

Neste contexto, complexidade significa a totalidade dos possíveis acontecimentos e das circunstâncias: algo é complexo, quando, no mínimo, envolve mais de uma circunstância. Com o crescimento do número de possibilidades, cresce igualmente o

número de relações entre os elementos, logo, cresce a complexidade. O conceito de complexidade do mundo retrata a última fronteira ou o limite último extremo. Sendo que é possível, só é possível no mundo. (NEVES, C.; NEVES, F., 2006, p.191).

Se há convergência no aspecto volumétrico associado à complexidade, há ideias distintas na forma como deve ser a interação com um ambiente complexo. Em suas obras introdutórias, Luhmann fala abertamente em “redução de complexidade” (LUHMANN, 2002) como um objetivo dos sistemas. Já Morin, não tratando especificamente de sistemas, diz que o relacionamento com a complexidade não se dá por sua redução, mas pela criação da possibilidade de “[...] distinguir sem disjuntar, de associar sem identificar ou reduzir” (MORIN, 2005, p.15). Sua preocupação refere-se ao efeito colateral de qualquer simplificação da complexidade na busca de conhecimento.

Os modos simplificadores de conhecimento mutilam mais do que exprimem as realidades ou os fenômenos de que tratam. Torna-se evidente que eles produzem mais cegueira do que elucidação, então surge o problema: como considerar a complexidade de modo não simplificador? (MORIN, 2005, p. 5).

Outro ponto convergente nos dois autores aparece na forma como valorizam a autorreferencialidade: enquanto Luhmann dá centralidade a essa ideia na concepção de seus sistemas sociais, Morin usa a ideia da auto-organização como último conceito da sequência iniciada com a ideia de sistemas para apresentar sua proposta de complexidade. Com essa base conceitual na relação dos sistemas com a complexidade, parte-se, agora, para a identificação e leitura dessas ideias aplicadas à internet.

2.2.4 A internet como um sistema social

Para compreender o tipo de sistema que é a internet, o ponto de partida é observá-la como um fenômeno próprio de ambientes complexos, com o objetivo de ampliar as condições cognitivas e relacionais humanas para maior processamento e melhor interlocução com a complexidade. Como “[...] qualquer conhecimento opera por seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos” (MORIN, 2005, p. 10), o sistema conectivo da web traz, por meio de sua interatividade, a possibilidade do conhecimento. No entanto, sua operação agrega complexidade inerente aos sistemas, pois sua estrutura organizadora também carrega a desordem. Morin destaca que uma das virtudes sistêmicas é, justamente, trazer uma noção ambígua.

Quando posicionamos a complexidade informacional como um ambiente, e a internet como um sistema que processa essa complexidade com o objetivo de gerar conhecimento,

notamos essa ambiguidade sistêmica, onde a complexidade do entorno e sua respectiva incerteza, que o sistema busca reduzir, sempre estará no sistema como parte de sua natureza e como resultado de sua operação de seleção e ordenação:

A complexidade não se reduz à incerteza, é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados. Ela diz respeito a sistemas semialeatórios cuja ordem é inseparável dos acasos que os concernem. A complexidade está, pois, ligada a certa mistura de ordem e desordem, mistura íntima. (MORIN, 2005, p. 35).

Uma vez a internet demarcada como um sistema, é possível partir para uma discussão sobre suas características próprias. Dado seu efeito social – impactando em dilemas atuais como vigilância, desordem informacional e subjetivação do sujeito em meio a esse cenário –, é possível usar alguns preceitos existentes na *teoria dos sistemas sociais* de Luhmann (2016).

Embora Luhmann não tenha exatamente tratado de uma mudança da sociedade com a introdução dos computadores, como apontado por Baecker (2006), muito menos do impacto social da internet, sua teoria, que carrega algumas dissonâncias em relação ao pensamento de Morin provoca reflexões interessantes para a qualificação do sistema que é a rede mundial de computadores.

Pela teoria luhmanniana, haveria um lugar natural para a internet como meio de difusão, o mesmo lugar onde situa a escrita, a imprensa e os meios de comunicação de massa, apontados como meios que "[...] ampliam enormemente a memória, ainda que pela sua seletividade limitem os dados disponíveis para comunicações ulteriores" (LUHMANN, 2001 apud RODRIGUES; NEVES, 2017, p.103). Ainda sobre os meios de difusão, Rodrigues e Neves reforçam esse encaixe da internet nesse grupo:

A rede mundial de computadores é um exemplo da radical transformação que estes meios causaram na sociedade, com a possibilidade de produzir interações entre sujeitos localizados a milhares de quilômetros de distância e com a possibilidade de armazenar o conteúdo da informação por tempo indeterminado. (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 103).

Contudo, restringir a internet a apenas um meio de difusão, diante das possibilidades teóricas de Luhmann, deixa-se de explorar perspectivas interessantes da relação entre a rede mundial de computadores e os sistemas sociais. Nas suas reflexões sobre os sistemas sociais, a forma como faz sua estruturação e descreve seus mecanismos inspira uma ideia da internet não como simples meio de difusão, mas como sistema social, tal qual o direito, a ciência etc. Para desenvolver essa ideia, vale retomar as bases sociológicas onde o autor se apoia.

A perspectiva de Luhmann rompe com premissas da sociologia tradicional, conectando-se mais à cibernética e às ciências cognitivas. Sua teoria foca em uma arquitetura de sistemas (vivos, psíquicos e sociais) e subsistemas (o direito, a ciência, a religião, a política e a arte),

entendendo que os sistemas sociais, sejam eles sociedades, organizações ou interações, são feitos não por pessoas, mas, essencialmente, por comunicação. (RODRIGUES; NEVES, 2017).

Figura 1 - Relação complexidade e sistemas

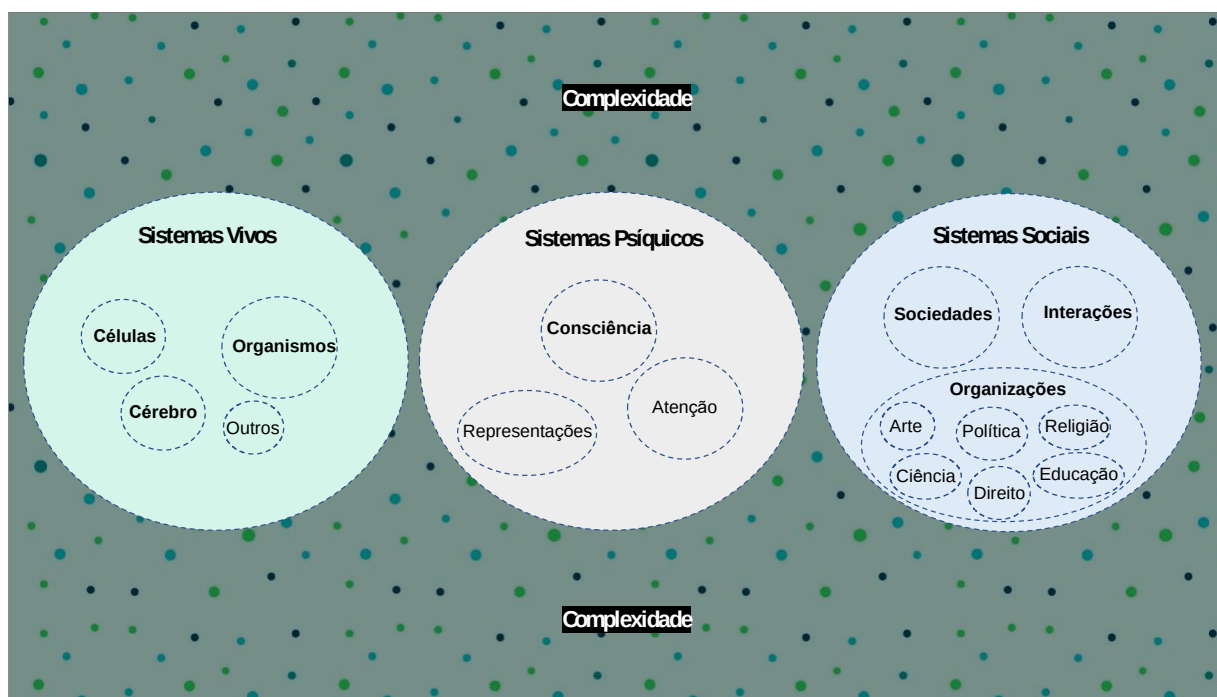


Gráfico criado pelo autor, baseado em Rodrigues e Neves (2017, p. 37).

Ao observar o sistema social apartado do indivíduo, torna-se possível um aprofundamento na natureza dos fenômenos interativos, observando mais atentamente aspectos como a autorreferencialidade do sistema e a autonomia de sua operação. Isso não exclui a evidência de que os sistemas sociais são afetados pelos indivíduos. No contexto de Luhmann, baseado em Parsons, isso ocorre por acoplamentos nomeados como interpenetração. (LUHMANN, 1998 apud RODRIGUES; NEVES, 2017).

Luhmann (1998; 2007) acaba separando os indivíduos, as pessoas, do sistema organizacional, dizendo que constituem por si só outros sistemas. Nesse caso, as pessoas estariam para a organização como ambiente, dos quais as organizações ainda dependem e com os quais estabelecem constantes acoplamentos. Sua tese afirma que antes de serem formadas por pessoas, as organizações são constituídas de comunicação. Que pode ser a comunicação entre as pessoas, mas que ganha vida própria e reforça a autopoiese e a construção de sentido e de identidade organizacional. (CURVELLO; SCROFERNEKER, 2009, p.12).

Retomando a ideia da internet como sistema social, é interessante lançar mão do mesmo procedimento de Luhmann, observando a rede mundial de computadores em um retrato sem indivíduos, considerando que parte importante de sua modelagem sistêmica está estabelecida de maneira autorreferente. Sob essa premissa, alocamos os indivíduos no entorno do sistema,

mais especificamente nos sistemas psíquicos, que se conecta ao sistema social por meio da interatividade.

Restringindo o olhar ao sistema isolado dos indivíduos, notamos similaridades entre a internet e os sistemas sociais que se reforçam. A autorreferência do sistema social, mais especificamente sua autopoiese, também está na internet. A autopoiese, como explica Luhmann, é sua

[...] capacidade de autoprodução; de produção de estados de auto-ordem: manutenção, redirecionamento, conservação/estabilidade do sistema através da relação sistema/entorno ou, ainda através da autorreferência/heterorreferência. (LUHMANN, 2006, p. 44-45 apud RODRIGUES; NEVES, 2017. p.47).

Na internet, essa autoprodução e esses estados de auto-ordem são estabelecidos pelo modelo de informação estruturante evoluído da cibernética, onde, devido a sua natureza complexa, a parte e o todo se integram. Essa autorreferência é evidenciada nos sistemas algorítmicos, caracterizados por "arranjos intrincados e dinâmicos de pessoas e códigos" (CORDEIRO, 2021, p.211).

A relação entre o conceito de algoritmo e o sistema social de Luhmann está no funcionamento, onde as pessoas são o entorno, o ambiente do sistema. Elas inserem informações estruturantes e complexas nesse sistema e são afetadas por devolutivas do sistema ao processar tais informações. No entanto, esse processamento, uma vez estabelecidas as regras do jogo, ou seja, seus mecanismos de funcionamento, condições, ações e reações, opera de forma autorreferente em escala, fazendo com que seu efeito algorítmico impacte muitas pessoas em pouco tempo.

Essa autorreferência pode ser notada, também, no conceito de autômatos de Deleuze (2005), em sua abordagem sobre o cinema, mas com aplicações ao contexto digital recente. Da Costa (2019) faz esse apontamento, exemplificando por meio dos mecanismos de filtragem nos sistemas de e-mail como a autorreferência existe antes mesmo do surgimento das redes sociais:

A ideia essencial desses softwares era a de servirem como assistentes aos usuários de e-mail, auxiliando-os em suas tarefas rotineiras, como salvar mensagens automaticamente transferir para a lixeira mensagens indesejadas, apresentar automaticamente o endereço de e-mail de um contato quando na redação de uma nova mensagem etc. Para isso, o agente deveria aprender a comparar situações atuais e informação armazenada, associando as várias características de uso do dono da conta, e sugerindo ou simplesmente executando tarefas predeterminadas. O usuário também conseguia instruir seu agente, de forma a obter melhores resultados de suas ações. Com o tempo, os vários agentes de cada usuário passaram a atuar de forma colaborativa, trocando informações entre si, visando aprimorar o suposto serviço de assistência (MAES, 1997). Ora, com essa arquitetura, que já funcionava no final dos anos de 1990, tinha-se o necessário para a revolução que viria no século XXI. Um agente inteligente que conseguia construir o perfil de um usuário, armazenar informação sobre suas atividades, trocar informação com outros agentes e, finalmente, deliberar sobre ações de forma autônoma. (DA COSTA, 2019, p. 591).

Essa autorreferência do sistema informacional da internet baseia-se em entradas humanas, no caso, os desenvolvedores que desenham o fluxo do algoritmo e os usuários que interagem mediante as regras definidas nesse algoritmo. O que acontece com os dados entre o desenho dos desenvolvedores e as reações dos usuários é autorreferência. Ao observar as evoluções desse processo, como no chamado *machine learning*, onde as máquinas aprendem com as reações das pessoas e criam novos fluxos, identifica-se uma autopoiese.

Novas dinâmicas digitais se anunciam a partir dessa intensificação autorreferente. Um exemplo encontra-se nos mecanismos do *Blockchain*, que viabilizam uma automação de processos burocráticos, incluindo decisões jurídicas, médicas, que são validadas por máquinas de maneira autônoma, extraíndo sua lógica decisória por meio de processos conectivos dos indivíduos.

Esses fenômenos digitais ilustram o aspecto de sistema social da internet, sendo cognitivamente abertos aos fatos e aos indivíduos, mas operacionalmente fechados em suas lógicas computacionais binárias. Outro aspecto dessa autoprodução está conectado à criação de realidade nos sistemas sociais, bem como na internet. Luhmann apoia-se na visão dos teóricos da auto-organização, aplicando em sua teoria a ideia de uma realidade criada por meio da auto-observação do sistema. (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 68).

O aspecto da auto-observação dos sistemas tem destaque na teoria de Luhmann, onde o conhecimento da realidade se dá pela observação do processo de diferenciação do sistema em relação ao entorno. (RODRIGUES; NEVES, 2017, p. 51).

O mesmo pode ser notado na internet que, por meio de suas interações, estabelece um processo de auto-observação, resultando em um modelo de vigilância que cria realidades. A operação dos algoritmos apoia-se na auto-observação do sistema para que ele responda ao entorno, no caso, os indivíduos, alocados nos sistemas psíquicos, sinalizados na figura 1.

Por fim, a mecânica de base dos sistemas sociais é muito similar ao que ocorre na internet. Durante o seu processo organizacional, dedicado a viabilizar maior potencial cognitivo humano, o sistema social, assim como a internet, produz complexidade:

O sistema opera de maneira seletiva, tanto no plano das estruturas como no dos processos: sempre há outras possibilidades que se possam selecionar quando se busca uma ordem. Justamente porque o sistema seleciona uma ordem, ele mesmo se torna complexo, já que se obriga a fazer uma seleção da relação entre seus elementos. (LUHMANN, 1996, p.137 apud NEVES, C.; NEVES, F., 2006, p.193).

No entanto, o sistema da internet não só reproduz práticas dos sistemas sociais, mas também os altera. Isso aparece nessa complexidade própria da web, tanto no tipo de inteligência

gerada por sua ordenação, como nas complexidades residuais desse processo, refletidas em desordem informacional.

Focando inicialmente em observar essa inteligência complexa, marcada por incertezas, instabilidades e grande volume informacional, nota-se que, por ser gerada via intensa interatividade, possui características próprias que demandam uma análise específica.

2.3 Inteligência conectiva

Na essência de um sistema social e, bem como da internet, estão a comunicação, a interação, marcadas pela conexão ou pela desconexão, pelo acesso ou pela rejeição à informação. A conectividade da internet é o que torna possível expandir as competências cognitivas do indivíduo, algo, como apontava Lévy, já intrínseco ao ciberespaço:

O ciberespaço suporta tecnologias intelectuais que amplificam, exteriorizam, e modificam numerosas funções cognitivas humanas: memória (banco de dados, hiperdocumentos, arquivos digitais de todos os tipos, imaginação (simulações), percepção (sensores digitais, telepresença, realidades virtuais), raciocínio (inteligência artificial, modelização de fenômenos complexos) (LÉVY, 2000, p. 157).

Nos idos dos anos 1990, parte do entusiasmo com esse potencial da internet pode ser reconhecido no conceito de Inteligência Coletiva, definido por “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências” (LÉVY, 2000, p. 28). Para evitar anacronismos, é importante considerar que o contexto da internet era muito diferente, com menos de 1% da população mundial conectada e sem a comunicação em velocidade acelerada das redes sociais. O próprio criador do conceito fez ressalvas para especificar sua proposta:

Quando eu falei de inteligência coletiva há 27 anos, evidentemente estava defendendo um uso ético e socialmente positivo da tecnologia. Mas o que eu queria enfatizar era sobretudo o aumento evidente das capacidades cognitivas, aponta Lévy. (LÉVY apud HERMOSO, 2021).

Sobre a ampliação dessas capacidades cognitivas, a sociedade da informação, com seu respectivo modelo econômico, passou a valorizar e buscar inteligência para navegar em meio à complexidade, como observado por Kerckhove:

A economia da informação está se afastando de tecnologias concretas de armazenamento, como vídeo analógico, áudio e impressão, em direção a máquinas inteligentes que produzem as informações sob demanda. Em outras palavras, enquanto as tecnologias de informação do passado são auxiliares de memória ou armazenamento (livros, fitas, discos, filmes, vídeos, fotografias), as principais tecnologias dos sistemas de informação atuais são auxiliares de processamento; isto é, ajuda à inteligência. (DE KERCKHOVE, 1997, p. xxv).

Uma interessante perspectiva para observar como essa inteligência conectiva se constitui, está em, ao invés de dirigir o olhar aos indivíduos, como proposto pelo termo "coletivo", observar o movimento interativo autorreferente da web, como sugerido por Kerckhove com a expressão inteligência conectiva. (DE KERCKHOVE, 1997).

As redes apoiam a extensão do que conhecemos como mente em associações novas e conectivas (não coletivas!). Eles estão fornecendo o ambiente operacional para a convergência de todos os dados. Uma mente que ainda podemos chamar de nossa está se derramando nas redes à medida que as envolvemos de forma mais interativa, mais íntima e sensorial do que nunca (DE KERCKHOVE, 1997, p. 25).

Com essa visão mais panorâmica do sistema que privilegia as estruturas e fluxos da rede, compreende-se melhor que, para a inteligência conectiva fluir, necessita-se de um design facilitador. No contexto da internet, essa arquitetura fundamenta-se na interatividade.

Um aspecto importante que se relaciona com a inteligência conectiva, mas também com a vigilância e com a desinformação, é algo viabilizado pelos computadores e que Kerckhove denomina como a numerização dos conteúdos (DE KERCKHOVE, 1997).

Sobre a relação dessa numerização com a vigilância, embora Kerckhove não faça essa associação em sua obra, numerar conteúdos é também uma forma de rastreá-los e identificá-los, tem-se, na própria premissa da internet, um aspecto de vigilância presente na base de seu design.

Sobre a relação dessa numerização com a inteligência conectiva e a desinformação, o ponto está na convergência propiciada por essa numerização dos conteúdos: “Cem anos depois, assiste-se com os computadores a uma numerização dos conteúdos que os tende a homogeneizar de uma forma paradoxal: os elementos que ‘entram’ ficam todos reduzidos ao mesmo denominador comum, o digital, mas este permite a jusante a particularização infinita das combinações entre esses elementos” (COELHO, 2001).

Se, na base da inteligência conectiva está uma evolução das possibilidades interativas reais, essa "homogeneização" resultante da numeração dos conteúdos é o caminho para essa evolução acontecer. A partir desse ponto, pode-se referir à homogeneização como convergência, uma convergência bastante abrangente e viabilizadora de novas possibilidades de inteligência. Na leitura de Coelho sobre De Kerckhove, consta que:

A interatividade real só está disponível por meio da numerização. Trata-se de uma etapa fundamental, que constitui uma redução de todos os fluxos a um denominador comum, que é uma espécie de equivalente geral, tal como o dinheiro: esse denominador comum são as unidades binárias (a relação 0/1). Ele permite a convergência das diversas indústrias: o telefone, a rádio, os computadores e a edição. Esta convergência realiza-se em três patamares: primeiro, temos a convergência numérica, ou convergência dos conteúdos; depois, temos a convergência dos suportes, reunindo os diferentes "meios" sob o mesmo regime operacional; por fim, a convergência dos utilizadores, que é um dos aspectos da famosa globalização. É esta

arquitectura [sic] que permite a planetarização do saber e das consciências (COELHO, 2001).

Se, por um lado, essa convergência é chave para uma inteligência conectiva, é também por ela que a desinformação trafega, uma vez que as narrativas ganham novas camadas em um contexto transmídias, onde o real e o falso podem se misturar, a cada transição, entre conteúdos ou entre mídias. A possibilidade de acrescentar camadas a um conteúdo gerando novos conteúdos é um recurso que serve tanto à inteligência conectiva como à desinformação. Nesse ponto, a escala global que Kerckhove refere com o termo planetarização, consequente dessa arquitetura, não se restringe a planetarização do saber e das consciências, mas também de uma escalada da desinformação.

Para compreender a interligação da numerização à convergência e à desinformação, vale retomar a análise de narrativa transmidiática sobre o caso da suposta associação entre as vacinas de Covid-19 à redução na performance dos sistemas imunológicos.

Apesar da questão mais abrangente, relacionando vacinas a efeitos inesperados, ser um discurso existente desde a década de 1980, a relação entre Covid-19 e HIV é uma ocorrência mais recente. Seguindo, especificamente, essa trilha da história, temos uma narrativa que se inicia em um conteúdo disponível no site *Before It's News*, associando-se a um relatório do serviço de saúde britânico e, depois, migrando para as redes sociais (Facebook e Youtube) na forma de um conteúdo enunciado por meio de uma *live* do presidente brasileiro. Posteriormente, torna-se um conteúdo de programa de rádio, também disponibilizado na internet, algo no formato de *insert*, citado em meio a uma longa entrevista à rádio. Todos esses conteúdos convergem para uma mesma narrativa, possuindo a chamada numerização citada por De Kerckhove, criando a possibilidade de interação entre esses conteúdos e seus respectivos autorreferenciamentos no ambiente digital. O caso pode ser adotado como um exemplo de convergência de conteúdos e dos suportes, sustentando uma narrativa base que recebe camadas de sentidos a cada novo conteúdo “numerizado” que se gera.

Há, também, outro aspecto para além do design tecnológico e sua arquitetura de convergência: o afetamento cultural. A alteração das narrativas desdobra produtos culturais de forma autônoma, dada a fusão entre produtores e consumidores de conteúdos em um mesmo indivíduo. Essas hibridizações, também contemplando integração entre mídias, são próprias de uma cultura de convergências, como nomeia Jenkins, onde conteúdos são constantemente estendidos e transformados, nem sempre em linha com a lógica original idealizada:

E fãs de um popular seriado de televisão podem capturar amostras de diálogos no vídeo, resumir episódios, discutir sobre roteiros, criar fanfiction (ficção de fã), gravar

suas próprias trilhas sonoras, fazer seus próprios filmes – e distribuir tudo isso ao mundo inteiro pela Internet. (JENKINS, 2009, p.42).

A possibilidade irrestrita de geração de novos conteúdos a partir, simplesmente, da inserção de camadas sobre uma narrativa original, é uma facilitação própria do design da internet, tendo, como efeito, o aumento do volume informacional na rede e, conseqüentemente, sua desordem, resultando em complexidade.

2.4 Desordem informacional

Se, por um lado, o processamento da complexidade feito pela internet gera conhecimento, expresso na inteligência conectiva, por outro, sua descentralização das fontes informacionais e seu design facilitador para a geração de conteúdo acarretam um aumento exponencial do volume de informação, refletindo na chamada desordem informacional.

O termo desordem informacional surge em um estudo sobre desinformação realizado pelo projeto *First Draft* (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017) como sinônimo de poluição informacional. Algo explicado nesta análise de maneira esquemática e ordenada pela junção de três elementos: a informação equivocada (*mis-information*), a desinformação fruto de manipulação (*disinformation*) e a informação mal-intencionada (*mal-information*).

Embora tenha um detalhamento interessante sobre cada um desses elementos, o que interessa ressaltar, aqui, é o entendimento do fenômeno da desinformação como algo sistêmico e não restrito às fake news ou aos seus produtores. Em Wardle e Derakhshan (2017), já se tem uma ponderação com relação a esse reducionismo. Essa observação reaparece em um guia de Wardle (2019), derivado do material original produzido para o Conselho da Europa:

O termo “fake news” (notícia falsa) não é nem o começo de tudo isso. A maior parte desse conteúdo nem é falso; muitas vezes é verdadeiro, usado fora de contexto e armado por pessoas que sabem que falsidades baseadas em um núcleo de verdade têm mais probabilidade de serem tomadas como verdade e compartilhadas. Além disso, a maior parte disso não pode ser descrita como “notícia”. São rumores à moda antiga, memes, vídeos manipulados, “anúncios micro-localizados” hipersegmentados e fotos antigas compartilhadas novamente como se fossem novas. (WARDLE, 2019, p.8).

Mesmo com essas ressalvas, o estudo, que traz a ideia de desordem informacional como poluição informacional, quando desenvolve mais o tema, parte para posicioná-lo como a ocorrência dos elementos de mesinformação, desinformação e malinformação (WARDLE, 2021). Esses elementos conseguem se libertar da limitação do conceito de fake news, incorporando ocorrências extremamente pertinentes para elucidar dinâmicas da desinformação como a incidência de discursos de ódio e vazamentos de informação. No entanto, mesmo mais

abrangente, não cobre todo fenômeno, pois, além do caos de narrativas, soma-se à dispersão de dados e, sobretudo, de informação.

Portanto, é importante voltar ao termo desordem como uma característica natural da complexidade e redimensionar sua abrangência. Em um contexto marcado pelo excesso de informação, incluindo aqui dados e narrativas, é natural que a complexidade se apresente com seus "[...] traços inquietantes da confusão, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza" (MORIN, 2005, p. 13).

A questão é que essa intensidade volumétrica do contexto informacional já era uma realidade antes dos computadores, quando o próprio entendimento do termo “informação” ainda estava difuso passando a ser esclarecido com a teoria da informação de Claude Shannon que passou a associá-la de maneira mais direta com a ideia de inteligência, como exposto em Gleick (2011):

A matéria-prima estava por toda parte, reluzindo e zumbindo na paisagem do início do século xx, letras e mensagens, sons e imagens, notícias e instruções, abstrações e fatos, sinais e signos: uma mistura de espécies relacionadas. E estavam em movimento, fosse pelo correio, por fio ou via onda eletromagnética [...]. No entanto, não havia uma palavra que denotasse tudo aquilo. “Intermitentemente”, escreveu Shannon a Vannevar Bush no MIT em 1939, “tenho trabalhado numa análise de algumas das propriedades fundamentais dos sistemas gerais para a transmissão da inteligência. “Inteligência”: esse era um termo flexível, muito antigo. “Agora usado como palavra elegante”, escreveu Sir Thomas Elyot no século XVI, “nas situações de tratados mútuos ou compromissos, seja por carta, seja por mensagem. Mas esse termo também tinha outros significados. Alguns engenheiros, especialmente nos laboratórios telefônicos, começaram a falar em informação. Eles usavam a palavra de maneira a sugerir algo técnico: quantidade de informação, ou medida de informação. Shannon adotou esse uso. (GLEICK, 2011, p. 9).

Dentro desse contexto, surge a intrínseca relação entre elementos próprios da complexidade: o volume informacional e a incerteza. Sobre o primeiro aspecto não é possível estabelecer grandezas de volume informacional se não houver uma unidade de medida para informação, estabelecida por Shannon com o bit. Isso foi determinante para que a sociedade passasse a notar crescimento exponencial do volume de informação:

[...] contabilizada em bits, a informação passou a ser encontrada por toda parte. A teoria de Shannon construiu uma ponte entre a informação e a incerteza; entre a informação e a entropia; e entre a informação e o caos. Levou aos cds e aos aparelhos de fax, aos computadores e ao ciberespaço, à lei de Moore e a todas as empresas pontocom do mundo. Assim nasceu o processamento de informações, junto com o armazenamento de informações e o acesso à informação. As pessoas começaram a nomear uma sucessora para a Era do Ferro e a Era do Vapor. “O homem, coletor de comida, reaparece de maneira incongruente como coletor de informação”, comentou Marshall McLuhan em 1967. Ao escrever isso, ele se antecipou em alguns segundos à aurora dos computadores e do ciberespaço. (GLEICK, 2011, p. 9).

Essa incerteza, própria da complexidade informacional, ganhou novos contornos com os computadores e suas conexões em rede. Em uma velocidade sem precedentes, dados, informações e narrativas, mensurados em bits, passaram a transitar e, assim, a informação e sua potencial geração de incertezas aumentaram.

A questão é que, no contexto da internet, os meios de produção e distribuição não se restringem a cumprir suas funções primárias e passam a criar novas camadas de sentido. Tal fato abre uma brecha para reforçar a internet não como meio de difusão, mas como um sistema social, algo que pode ser relacionado com o pensamento de Bastos quando se refere ao “[...] entendimento de que a introdução dos computadores e da internet alterou não apenas a cultura, mas também a estrutura material da sociedade” (BASTOS, 2013, p. 186).

Aqui se reforça que, além do volume e descentralização de sua produção, a internet reforça aspectos da incerteza, própria da complexidade, à qual a comunicação estabelecida por computadores em rede fica sujeita. Independente dos tipos de narrativas, como mapeados no estudo do *First Draft*, a desordem informacional abrange uma multiplicidade de dados, informações e narrativas, transformados em seu processamento.

2.4.1 Design da desordem informacional

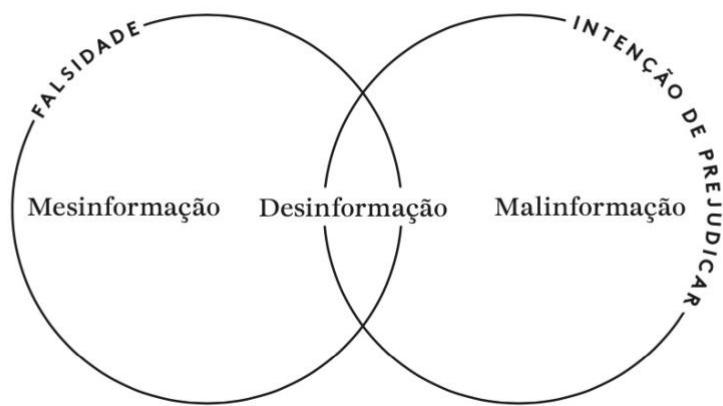
Mesmo que a desordem informacional vá além das narrativas, envolvendo dados e informação, vale se aprofundar no papel das narrativas no processo de desinformação. O primeiro aspecto é o volume e, para exemplificá-lo, pode-se usar o fenômeno da infodemia. Durante a pandemia do Covid-19, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Panamericana da Saúde (OPAS) publicaram um documento específico sobre o tema, descrevendo infodemia como:

[...] um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa. A palavra infodemia se refere a um grande aumento no volume de informações associadas a um assunto específico, que podem se multiplicar exponencialmente em pouco tempo devido a um evento específico, como a pandemia atual. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno é amplificado pelas redes sociais e se alastra mais rapidamente, como um vírus. (ZAROCOSTAS, 2020, 676, apud, ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2020, p.2)

O que é comumente chamado de informações refere-se às narrativas jornalísticas, reais ou falsas, informações estruturadas com a intenção de persuadir a identificação de quem a acessa. Entretanto, o estudo da *First Draft* amplia essa diversidade narrativa, indo além dos discursos jornalísticos. Como já mencionado, a proposta de design para desordem

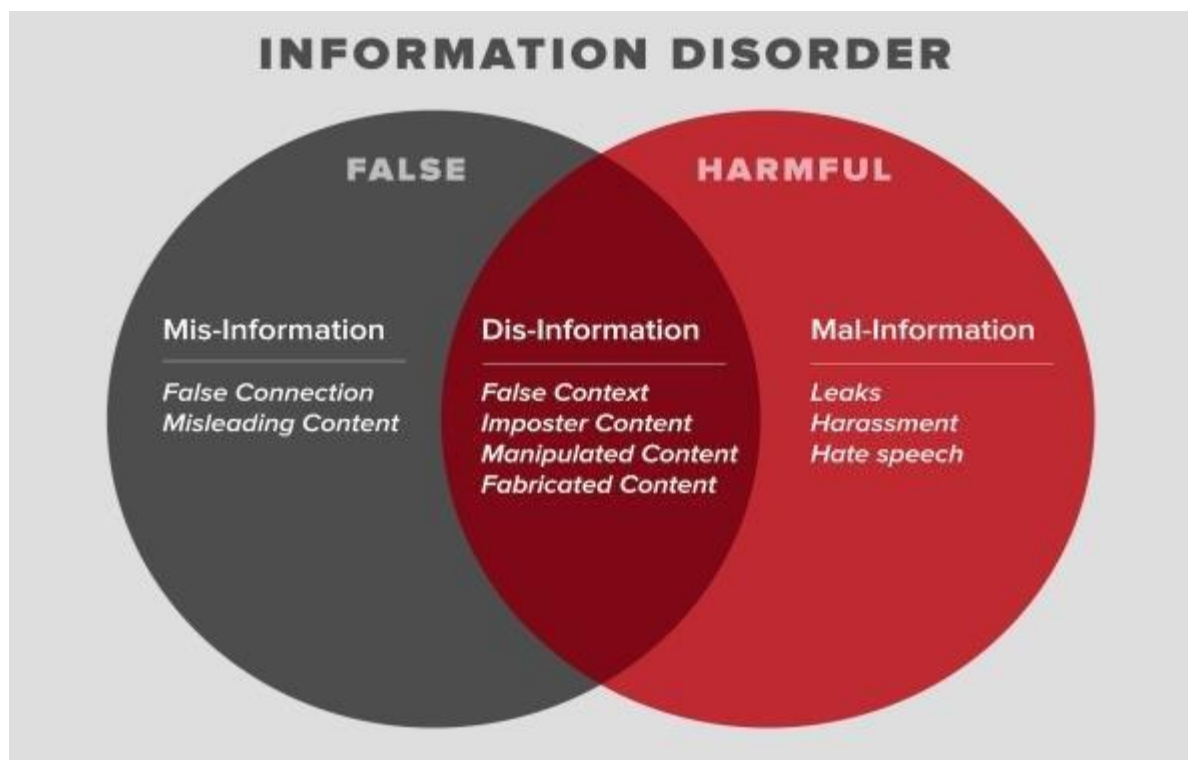
informacional de Wardle e Derakhshan (2017) desenha o fenômeno como o intercâmbio de três processos distintos que aumentam essa dificuldade no reconhecimento da verdade. Seja qual for a esfera do processo de desordem informacional, as intenções informativas e as condições de sua aceitação influem tanto quanto o seu teor. Desse modo, a desinformação está na interseção, entre *mesinformação*, conteúdo falso compartilhado por alguém que não percebe que é falso, e a *malinformação*, informações genuínas produzidas e compartilhadas com a intenção de causar danos. (WARDLE, 2019).

Figura 2 – **Visão geral do conceito desordem informacional**



(WARDLE, 2021, p. 11)

Figura 3 – **Desordem informacional e sua categorização de narrativas**



(WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p.5)

A *mal-information* é marcada pela forma como é produzida e distribuída, a exemplo dos vazamentos, e também por ter uma espécie de isca em sua composição para fisgar seus receptores por meio de uma conexão identitária. Nesse sentido, ela conecta seu teor falso a discursos de assédio ou de ódio. Alguns formatos publicitários das plataformas digitais, somados a métodos de monitoramento e vigilância, criam condição de propagar a *mal-information*, de forma bem dirigida, a um público sintonizado com seu mote ideológico, algo a ser desdobrado no capítulo seguinte.

Além dos três grupos narrativos, o estudo observa que a desordem informacional é caracterizada por três fases: criação, produção e distribuição, espelhadas a seus respectivos personagens, que são os agentes, os criadores, a mensagem e aquele que a recebe e a interpreta.

Com essa observação não fixada no produto narrativo final, mas também no seu processo de criação e distribuição, percebe-se melhor a dimensão do processo de desinformação. Nota-se que os fenômenos da desinformação e da informação manifestam-se das mais variadas formas, também funcionando como um sistema por ações combinatórias entre elementos distintos, tornando mais desafiador identificar de qual processo se está participando.

No contexto da desinformação, um exemplo pode ser o caso do polêmico episódio do podcast *Flow* que, no início de 2022, teve seu principal apresentador manifestando-se

favoravelmente à liberação de um partido nazista no Brasil. Em meio a uma suposta defesa à liberdade de expressão e a um equilíbrio entre os espaços de manifestação política entre esquerda e direita, o apresentador diz: *eu sou mais louco que todos vocês, eu acho que o nazista tinha que ter um partido nazista, reconhecido pela lei.*

A fala, claramente sem viés informativo, além de desconsiderar que já existiu um partido de proposições nazistas no Brasil, o Partido Integralista, transformou-se para um público específico em uma narrativa de que, no Brasil, não há liberdade de expressão, tendo seu cerceamento estabelecido por uma suposta patrulha ideológica do cancelamento. O caso mostra que o processo de desinformação é uma construção difusa, em que comentários que podem se aproximar de um discurso de ódio fomentam uma ideia dissonante da realidade, instaurando um processo de desinformação sem, necessariamente, fazer uso de uma notícia falsa.

Se, por um lado, exemplos de desinformação manifestam-se das mais diversas formas, o mesmo acontece com a informação potencialmente verdadeira. Um exemplo ocorreu durante a guerra na Ucrânia, na rede social chinesa do *TikTok*, por onde um soldado Ucrâniano reportou, embalado em dancinhas características da rede, os horrores do conflito. Já no Brasil, o perfil no Instagram chamado @196 sonhos, voltado ao turismo, apresentava esclarecimentos sobre a complexa relação entre ucranianos e russos. Essas ocorrências encaminham a discussão para outra parte da complexidade: a descentralização da autoridade informacional.

2.4.2 Autoridade descentralizada

A produção de informação descentralizada multiplica radicalmente os pontos de origem de informação, seguindo o modelo de crescimento rizomático, um crescimento que "[...] muda necessariamente de natureza à medida que ela aumenta suas conexões" (DELEUZE; GUATTARI, 2011).

Um conceito que demarca esse aumento descentralizado é a ideia de *prosumer*, ou seja, todos na internet tornam-se, em algum nível, produtores e consumidores de informação concomitantemente, daí o "pro" de *producer*, produtor de informação, e o "sumer" de *consumer*, consumidor de informação:

As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia como no caso da internet. Segue-se uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços. (CASTELLS, 1999, p. 51).

A profusão de novos produtores de conteúdo agrega complexidade pelo aspecto volumétrico ao representar uma "[...] extrema quantidade de interações e de interferências" (MORIN, 2005, p.34) no campo informacional. Contudo, há outro aspecto de alto impacto a considerar: uma reformulação no sentido de autoria, anonimato e autoridade bem como uma redefinição na forma de atribuir veracidade.

Formatos de produção em colaboração, como o *wiki*, por exemplo, são reconhecidamente fontes de informação válidas, onde a autoria de seus artigos é coletiva e anônima. Isso abre um precedente para a atribuição de veracidade: não mais baseada na autoria ou em uma fonte de distribuição conhecida, mas no autor ou veículo desconhecido. Nesse contexto, surgem também veículos como *Before It's News* e o anonimato de seus autores que assinam *concerned reader*. Nesse mesmo contexto, surgem movimentos que evidenciam uma dinâmica informacional complexa, em que há uma reformulação no que se define por autoridade.

Anteriormente, em uma sociedade baseada na palavra impressa e também pela lógica da indústria e cultura de massa, o conceito de autoridade estava associado à ideia de centralização da produção, da distribuição e do acesso à informação e à cultura. McLuhan (1972) destacou o efeito dessa centralização:

Se a palavra impressa transformou as línguas vernáculas em meios de comunicação de massa, elas, por sua vez, se constituíram instrumentos de autoridade governamental centralizada infinitamente mais poderosos do que todos aqueles que mesmo os romanos haviam conhecido com o papiro, o alfabeto e as estradas pavimentadas. Mas, pela sua própria natureza, a palavra impressa cria duas ordens de interesses em conflito, uma entre produtores e consumidores, outra entre governantes e governados. Com efeito, como forma de produção em massa centralmente organizada, a palavra impressa cria inevitavelmente o problema da "liberdade", o qual passa então a ser primordial e dominante em todo debate social e político. (MCLUHAN, 1972, p. 291).

O próprio McLuhan já evidenciava uma transformação na questão da autoridade com a migração do impresso para o eletrônico:

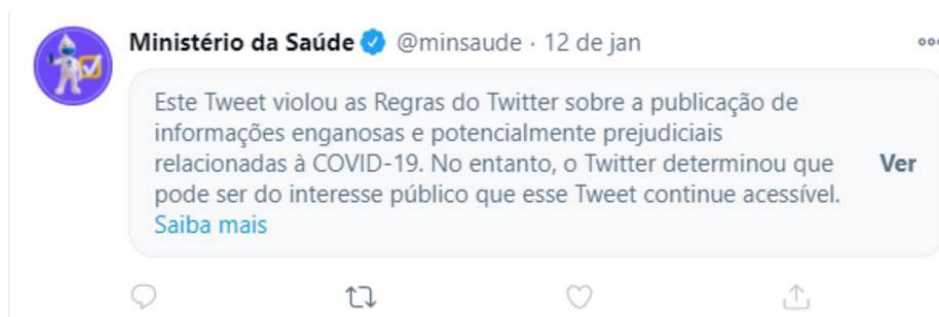
A nova galáxia elétrica de eventos já penetrou profundamente dentro da galáxia de Gutenberg. Mesmo sem colisão, essa coexistência de tecnologias e de estados de consciência leva a traumas e tensões todas as pessoas vivas. Nossas atitudes mais comuns e convencionais parecem subitamente transmutadas metamorfoseadas em gárgulas e máscaras grotescas. As mais familiares de nossas instituições e associações parecem, às vezes, ameaçadoras e nefastas. Essas múltiplas transformações, que são a consequência normal da introdução de novos meios de comunicação em qualquer sociedade, requerem estudo especial. (MCLUHAN, 1972, p. 313).

No contexto digital em rede, há uma descentralização da autoridade com a produção, a distribuição e o acesso à informação, facilitados de maneira mais abrangente. No entanto, a descentralização abre espaços para uma desconstrução da ideia da autoridade em que, como

aponta McLuhan, "[...] as mais familiares de nossas instituições e associações parecem, às vezes, ameaçadoras e nefastas".

Em meio à crise da pandemia, um exemplo que mostra a extensão atual deste fenômeno é o caso da suspensão do Twitter a políticos que usam seus canais para promover notícias sem comprovação científica. Isso aconteceu com o Ministério da Saúde brasileiro em uma postagem que promovia o chamado tratamento precoce, não aprovado pela vigilância sanitária do país e não referenciado pela OMS, corroborando com a ideia de que a crise de autoridade não é restrita, mas sim um fenômeno social complexo abrangente.

Figura 4 – **Alerta no Twitter classificando publicação do Ministério da Saúde como informação enganosa.**



(KER; VARGA, 2021).

A descentralização da autoridade, própria da internet, que facilita a produção, a distribuição e o acesso à informação, é um cenário propício para o surgimento de novos meios que avançam na reformulação da maneira de atribuir autoridade. Grupos digitais como Wikileaks, Anonymous e fóruns como 4chan evidenciam um novo proceder informacional, em que vazamentos e autoria desconhecida compõem o processo de produção e distribuição da informação na sociedade moderna, onde documentos oficiais dividem espaço com crenças antivacina, por exemplo.

O contexto de descentralização está diretamente ligado ao aumento da complexidade, dificultando o processo de checagem, como apontam estudos do *First Draft*:

Houve uma explosão de projetos e iniciativas em todo o mundo, e essa ênfase em fornecer contexto adicional às declarações públicas é um desenvolvimento muito positivo. Muitas dessas organizações estão focadas em autenticar fontes oficiais: políticos, relatórios de think tanks ou reportagens [...], mas nesta era de desinformação em que estamos vendo cada vez mais informações criadas por fontes não oficiais (de contas de mídia social que não conhecemos ou sites que apareceram recentemente), argumentamos que precisamos fazer a verificação de fontes e também a verificação de fatos. (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 18-19, tradução nossa).

Nesse contexto descentralizado, identificar a fonte, a raiz é tão importante quanto a qualificação do conteúdo em si. Wardle e Derakhshan (2017) dão exemplos a respeito:

Cada vez mais, ao avaliar a credibilidade de uma informação, a fonte que originalmente criou o conteúdo ou o compartilhou pela primeira vez pode fornecer a evidência mais forte sobre se algo é preciso. As redações e as pessoas que confiam nas mídias sociais para obter informações precisam investigar a fonte, quase antes de analisar o conteúdo em si. Por exemplo, rotineiramente as pessoas deveriam pesquisar a data e o local incorporados nas informações de registro de domínio de um suposto “site de notícias” para ver se ele foi criado há duas semanas na Macedônia. Da mesma forma, as pessoas devem verificar instintivamente se uma determinada mensagem tuitada apareceu em outro lugar, pois pode ser que a mesma mensagem tenha sido tuitada por dez contas diferentes exatamente ao mesmo tempo, e seis delas estivessem localizadas em outros países. As redações, em particular, precisam de ferramentas mais poderosas para mapear visualmente as redes e conexões online para entender como a desinformação está sendo criada, espalhada e amplificada. (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017, p. 18-19, tradução nossa).

Por fim, uma última questão a ser acrescida refere-se à ocorrência muito intensa dos *bots*, principalmente no Twitter. Em plataformas que não precisam autenticar seus usuários, existe a possibilidade de criação de perfis *fakes*, algo que amplia ainda mais a questão de descentralização de informação, permitindo o surgimento de *hubs* de desinformação. Além dessa descentralidade, outro ponto se mostra vital à discussão: a interatividade como meio para a desinformação dirigida.

2.4.3 Interatividade como elo entre desinformação e vigilância

Para demarcar um primeiro ponto de interseção entre a desinformação e a vigilância, é necessário repassar questões já citadas. Uma delas é a da multiplicidade de informação que inclui a profusão de narrativas e dados.

Um dos tipos de dados mais utilizados são as demarcações de interações. Como já mencionado, nas redes sociais, toda interação em um conteúdo gera um dado, uma informação que o sistema da plataforma usará como base para formar a paisagem informacional do usuário. Essas interações demarcadas criam fenômenos de massa segmentados.

Grupos que se engajam com determinado perfil de conteúdo formam as chamadas bolhas, cujo grande motor é a identificação dos indivíduos, algo influenciado pela identificação pregressa de outros indivíduos. Aqui, o processo identitário opera como um ímã, movimento facilmente identificado, por exemplo, durante as eleições americanas de 2016.

Esse mecanismo sugere uma influência sistêmica na qual a engenharia interativa, em que a comunicação moderna flui, estabelece dinâmicas que viabilizam a desordem. A mesma interatividade que ordena a imensidão de dados disponíveis na web, gerando a complexa inteligência conectiva, é base para a desordem informacional.

Contudo, o processo de desinformação não se explica somente pelo volume de informação e a descentralização de suas fontes de produção. Há um ponto fundamental a ser melhor analisado: o dirigismo narrativo. Para compreendê-lo, é necessário se um aprofundamento sobre o atual contexto da vigilância informacional.

3 A VIGILÂNCIA

3.1 A importância da vigilância na relação objeto da pesquisa

Depois de apresentar a complexidade informacional como o cenário caótico em que dados, informação e narrativa trafegam, criando condições para a inteligência conectiva – mas também para a escalada da desordem informacional –, torna-se possível explorar o fundamental papel da vigilância nesse contexto.

Processos de desinformação existem desde a antiguidade, porém, é na sociedade moderna que o fenômeno ganha potência, por meio da vigilância que viabiliza o entendimento e a segmentação da sociedade em grupos de audiências, bem como, o direcionamento de narrativas em consonância com os interesses e crenças dessas audiências.

Por ter papel central no contexto de desinformação vigente e, também, por seu grande impacto no processo de subjetivação do indivíduo moderno, o conceito de vigilância será abordado neste capítulo. Para melhor compreensão de sua relação com a desinformação, a proposta é analisar suas raízes e como essa vigilância está contida no design da rede.

Desde os protocolos da internet até a engenharia algorítmica das mídias sociais, a vigilância viabiliza a ponte entre narrativas e audiências, conectando-se, assim, com os processos de desinformação e subjetivação da sociedade moderna. A notória relação entre esses elementos encontra-se em diversas situações, mas este estudo reserva-se a observá-la nas mecânicas de aplicativos de mensagens privadas, como WhatsApp e Telegram, e nas discussões recentes do Projeto de Lei 2630/20, o PL das Fake News, que, ao buscar um modo de conter a desinformação, inevitavelmente, esbarra em questões de privacidade e vigilância.

Como o termo vigilância refere-se a um conceito abrangente, é preciso investigá-lo teoricamente para verificar sob qual perspectiva é tratado. Esta pesquisa dedica-se a estudar a vigilância no campo informacional, entendendo-a na tríade observação-conhecimento-intervenção existente no ambiente da internet, como sugere Bruno:

Assim, em linhas gerais, uma atividade de vigilância pode ser definida como a observação sistemática e focalizada de indivíduos, populações ou informações

relativas a eles, tendo em vista produzir conhecimento e intervir sobre os mesmos, de modo a conduzir suas condutas. (BRUNO, 2013, p. 18).

Um destaque do pensamento foucaultiano relacionado à questão encontra-se, mais especificamente, no caráter interventivo da vigilância informacional:

Nem a observação nem o conhecimento que dela derivam se caracterizam como vigilância se não houver a perspectiva de intervir sobre os indivíduos ou populações em foco. Tal intervenção é, sobretudo, da ordem do governo, entendido como a arte de conduzir condutas. (FOUCAULT, apud BRUNO, 2013, p. 18).

Além dos elementos da matriz disciplinar de Foucault, a ideia de vigilância informacional também abarca os conceitos de controle de Deleuze, intensificados por dispositivos sistêmicos ainda não discutidos por esses trabalhos, uma vez que esses pensadores, embora fundamentem parte importante da leitura sobre vigilância informacional, não vivenciaram sua intensidade social sob impacto da internet. Galloway (2004) e Lyon (2018), por exemplo, posteriormente, observaram esse fator, identificando a natureza dessa vigilância e desse controle na descentralização.

No Brasil, há um vasto e profundo trabalho de Bruno (2013) que, em *Máquinas de ver, modos de ser*, atribui uma importante característica à vigilância descentralizada, qualificando-a como uma vigilância distribuída, ideia também presente em Bauman e Lyon (2014) quando falam em "vigilância líquida", explorando a forma fluida dessa distribuição sob os preceitos da "modernidade líquida" em Bauman (2004).

A forma como todos esses autores iluminam o tema será explorada a seguir. A primeira relação entre eles é apresentada em um aspecto chave da relação dessa vigilância com a subjetivação do indivíduo moderno, a sua normalização na sociedade.

3.1.1 A normalização de uma vigilância informacional abrangente

A escalada social rumo a uma vigilância informacional deliberada toma impulso com a sua normalização. Uma compreensão possível para essa normalização pode ser localizada em um momento bem anterior ao contexto dos computadores em rede. Ao analisar a vigilância em um cenário prisional, Foucault traz o conceito de "corpos dóceis" (FOUCAULT, 2014), em que observa como a disciplina pode ser internalizada mediante ao modelo panóptico de vigilância, em que a sensação de vigilância de um presídio inteiro é exercida com um único vigilante.

Mesmo tratando-se do registro de um momento social muito distinto, encontra-se uma relação na ideia de interiorização da disciplina discutida em Foucault com o contexto

informacional atual da internet. Nesse ambiente, a internalização de uma disciplina associada à vigilância apresenta-se na forma de exposição, quando usuários, por saberem que são observados, passam a se expor mais via interações digitais. No entanto, embora o vigiado note essa vigilância e se exponha a ela, sua consciência sobre o nível dessa observação interventiva é limitado.

Retomando as bases de Foucault, em *Vigiar e Punir*, o autor trata do confinamento como recurso para domesticação dos corpos, falando de como a transição dos suplícios medievais para o cárcere privado, criou um modelo disciplinar onde a ideia central não está na agressão ao corpo, mas em sua docilização. Nessa narrativa está contido o modelo de vigilância panóptica (FOUCAULT, 2014), no qual o prisioneiro não precisa ter a presença física do vigilante para se sentir vigiado.

A base de Foucault presente na vigilância informacional objeto desse estudo se restringe a essa ideia de internalização, diferenciando-se da demanda do confinamento e do panóptico para sua efetivação, uma vez que essa vigilância é muitas vezes consentida, pois, em troca estão interesses do vigiado em relacionar-se e se expor.

Algo observado nas palavras do fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, ao justificar seu empreendimento. A declaração está disposta em (BRUNO, 2013, p.127): “As pessoas têm realmente se sentido confortáveis compartilhando não apenas mais informações e de diferentes tipos, como também de forma mais aberta e com mais pessoas. Esta norma social é apenas algo que evoluiu ao longo do tempo [...] Nós vemos que o nosso papel no sistema é estar constantemente inovando e atualizando para refletir as normas sociais vigentes”.

Ou seja, a internalização dessa vigilância informacional confirma-se por meio do nível de exposição voluntária de dados pessoais na rede, embora essa exposição não aconteça mediante um pleno entendimento prévio do usuário da web, que se entrega, através de curtidas e comentários, a uma ampla vigilância informacional que atende a diversas finalidades, muito além de ser um elo para uma observação amistosa de sua rede.

Há, também, uma evolução na intervenção dessa vigilância, marcada por sua atenuação, movida de forma intensa pela promoção do consumo endereçada pelo marketing moderno:

As ferramentas da vigilância de marketing ficaram mais afiadas e ajustadas em seu processo de difusão. No marketing praticado no Facebook, por exemplo, não há referências potencialmente desconcertantes às predileções pessoais de quem recebe a oferta; em vez disso, as referências são inofensivas, “socialmente corretas”, para os defensores das liberdades pessoais – referências a gostos e preferências, assim como as aquisições favoritas dos amigos da pessoa. (BAUMAN; LYON, 2014, p. 86).

Muito muito antes dessa atenuação notada no marketing moderno, Deleuze já apontava, em sociedade do controle, o papel da tecnologia em suavizar esse caráter interventivo:

As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamentos máquinas energéticas, com perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem; as sociedades do controle operam por máquinas de terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência e o ativo, a pirataria e a introdução do vírus. (DELEUZE, 2013, p. 227).

É interessante observar os perigos mencionados por Deleuze ao referir-se à sociedade do controle, marcada pela presença dos computadores. Os elementos têm forte relação com o processo de desinformação moderno, efetivado por meio de computadores conectados em rede. Quando o autor diz o “perigo passivo é a interferência”, temos aí algo muito ligado à vigilância, pois a vigilância é caracterizada por uma observação sistêmica de natureza interventiva. Já no “ativo”, Deleuze traz a noção de pirataria e vírus, que pode ser associada, indiretamente, ao cerne da desinformação por tratar-se de algo falseado (pirataria) e de alta potência de disseminação (vírus).

Retomando a questão sobre a natureza da intervenção na sociedade do controle, sua característica está na suavização da interferência, atuando por modulação, em que o controle é menos perceptível, pois utiliza-se das interações para ser exercido. Deleuze reforça: “[...] a linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição” (DELEUZE, 2013, p. 226).

O autor já observa esse efeito do marketing na atenuação do controle quando sinaliza que: “[...] o marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores. O controle é de curto prazo e de rotação rápida, mas também contínuo e ilimitado. O homem não é mais o homem confinado, mas o homem endividado” (DELEUZE, 2013, p. 228).

Uma vez colocado que o processo de normalização da vigilância tem como vetor um misto de interiorização disciplinar – estimulada pelo desejo de exposição identitária do indivíduo moderno –, com a suavização da interferência, promovida por meio da tecnologia digital, vale agregar um elemento que intensifica esse processo de normalização: as crises sociais.

3.1.2 A vigilância informacional e seus picos históricos

Uma característica da vigilância informacional é sua intensificação durante crises globais. Quando o medo é um sentimento que abrange a sociedade de maneira ampla, a

vigilância informacional conecta-se à ideia de segurança, na qual sua realização é apoiada massivamente.

O primeiro fato histórico a ser mencionado, aqui, é a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quando a vigilância informacional foi amplamente valorizada. Ela foi utilizada por Deleuze para localizar o início da sociedade do controle, onde a vigilância não se baseia mais via confinamento disciplinar, mas via modulação. (DELEUZE, 2013).

É nesse período que a vigilância, com seu viés informacional, toma mais forma e impulso, com as evoluções computacionais e progressões no campo da criptografia. Alguns fatos reforçam essa ideia; um deles é associado aos operadores de radar:

Na sua linhagem psicológica e cognitiva, o termo vigilância atrela-se aos processos atencionais quando a fadiga e as falhas dos operadores de radar na Segunda Guerra Mundial requerem estudos que ao mesmo tempo determinem e capacitem os limites da atenção. Ao tipo de atenção empenhada por estes operadores deu-se o nome de *vigilância* para designar uma *atenção sustentada*; termos estes que são ainda hoje usados como sinônimos em algumas teorias da atenção [...] o termo vigilância passa a significar uma forma específica de atenção, que envolve focalização, seleção, continuidade, finalidade e antecipação. Segundo J-P. Miallet (1999), este tipo de vigilância seria semelhante a de um guia, que orienta e ilumina o caminho em direção aos nossos objetivos, antecipando-se às nossas ações, reconhecendo obstáculos e vias de passagem. (BRUNO, 2013, p. 86).

Outro fato nesse marco histórico que ilustra uma evolução importante da vigilância informacional foi a progressão computacional da criptografia. As incursões creditadas a Alex Turing para decodificação da máquina Enigma também denotam essa intensificação. A Enigma, patenteada por Arthur Scherbius em 1918, foi uma máquina de criptografia com rotores muito usada pelo exército alemão na Segunda Guerra para comunicação entre as tropas.

Turing e uma equipe de matemáticos desenvolveram técnicas para quebrar a codificação das mensagens emitidas pela Enigma, contribuindo para a interceptação de informações altamente estratégicas, permitindo ao exército dos Aliados anteciparem movimentos de combate, refletindo em conquistas importantes que culminaram no fim da guerra.

Um adendo de interesse é que, nesta época, Turing chegou a encontrar-se com Shannon, criador da Teoria da Informação. Embora em projetos distintos de grande importância, ambos eram analistas criptográficos envolvidos em projetos sigilosos. O diálogo entre eles antecipava, em 1943, questões como “[...] a respeito dos poderes e das limitações de uma máquina idealizada de computação. Falavam, portanto, sobre [...] a possibilidade de as máquinas aprenderem a pensar”.

Em um tempo "[...] quando o transistor e o computador eletrônico ainda não tinham nascido [...]", a conversa já traz indícios de um pensamento dirigido à inteligência artificial, pois "[...] A visão que Shannon e Turing compartilharam nada tinha a ver com a eletrônica: tratava-se de algo no domínio da lógica" (GLEICK, 2011, p. 169).

Avançando na linha do tempo, outro fato histórico também detona a intensificação da vigilância informacional: o ataque às torres gêmeas nos Estados Unidos em 2001. Tal fato desencadeou um processo chamado de "supervigilância" no país. O decreto *USA Patriot Act* marcou uma escalada no monitoramento das informações, permitindo ao *Federal Bureau of Investigation* (FBI) e demais órgãos de segurança interceptarem, sem a necessidade de autorização prévia, ligações telefônicas, e-mails de organizações e pessoas supostamente envolvidas com terrorismo. A lei desencadeou programas de vigilância ostensivos, como *Stellar Wind*, conduzido pela Agência de Segurança Nacional.

Essa onda de vigilância alterou processos diversos, gerando aumento gigantesco no volume informacional captado pelo governo americano. Em Bauman e Lyon (2014, p.19) são exemplificadas várias práticas que denotam este aumento, desde "[...] o aumento em 3.100% nas horas demandadas aos funcionários da Força Aérea para reciclar as informações fornecidas pelos drones" até "[...] a quantidade de informações acumulada pela tecnologia de ponta à disposição do Exército americano aumentou 1.600%". A normalização dessa vigilância foi também alimentada pelo medo. Uma fala de Lyon dirigida a Bauman, em *Vigilância líquida*, enfatiza esse aspecto:

Esse é um exemplo do panóptico teórico em curso. Por outro lado, eu o remeto a um trabalho que você já analisou mais de uma vez, ao "sinóptico", o hábil neologismo de Thomas Mathiesen que contrasta o "poucos vigiando muitos" do panóptico à mídia atual, em que, como diz ele, "muitos vigiam poucos". Isso sugere como o panóptico pode, de fato, encontrar um aliado nos atuais meios de comunicação de massa. O ponto-chave de Mathiesen é que, quaisquer que sejam os efeitos do panóptico ainda hoje presentes nas sociedades, eles não podem ser entendidos separadamente do sinóptico, no mínimo porque ajudam a moldar os efeitos deste. (Isso foi visto nitidamente depois do 11 de Setembro, quando a constante repetição na TV da imagem das Torres Gêmeas em chamas ajudou a transmitir a sensação de estar em curso uma ameaça iminente que, como as autoridades nos informaram ad nauseam, poderia ser debelada por novas medidas de segurança e vigilância). (BAUMAN; LYON, 2014, p. 50).

Interessante observar que, antes do ataque às torres gêmeas, já estava em curso um crescimento da vigilância informacional que, após a crise, foi evidentemente impulsionado. Machado (2001) observa um movimento que conceitua como panóptico universal, onde "todos vigiam todos":

Os sistemas eletrônicos de vigilância multiplicam-se em progressão geométrica por toda parte. Não apenas os aeroportos ou estações de trens, mas agora até mesmo as estradas, túneis e supermercados, os grandes magazines, as fábricas e, no limite, escolas, instituições psiquiátricas, estão submetidos aos olhares técnicos e impessoais das câmeras de observação. (MACHADO, 2001, p. 220).

As medidas de vigilância foram alvo de várias críticas, principalmente, depois dos vazamentos promovidos por Edward Snowden que tornaram públicas várias práticas do governo americano. O caso confirma o medo como um impulsionador da vigilância, criando dilemas jurídicos e éticos. Embora, em certas ocasiões, um monitoramento se faz necessário, quando o escopo dessa vigilância não é transparente, sua prática extrapola seu objeto de investigação, resultando na captação de informações em excesso com interferências abrangentes e um controle nocivo.

Em 2020, outra grande crise global intensifica a prática da vigilância informacional: a pandemia de Covid-19. Ela exemplifica como a captação de dados, associada a uma necessária vigilância epidemiológica para monitorar a evolução da doença em escala mundial, extrapola sua função primária, tornando-se uma espionagem generalizada de dados pessoais.

Lyon (2022) trabalhou esse aspecto em uma análise para o rastreamento do cidadão no contexto pandêmico, informando excessos de vigilância informacional ocorridos em meio à crise. Como a recomendação da OMS indica o monitoramento da doença para compreender sua dinâmica, dimensionar riscos e tomar medidas preventivas, os governos usam dessa prerrogativa para uma captação de dados abrangentes, permitindo o controle em outras esferas para além da pandemia.

Por exemplo, há indícios de que houve, na China, um monitoramento dos cidadãos, incluindo acesso às informações de celulares, o que supostamente funcionou para reprimir ativistas pró-democracia em Hong Kong. Outra questão relacionada à vigilância informacional na China está na verificação de que os dados captados em um determinado período podem ser usados posteriormente, ou seja, o controle em si não se resume em priorizar a segurança, o que, para Viana e Salgado (2020), é um ato político. Os exemplos de Lyon são diversos:

Além disso, um oficial da lei de Minnesota pareceu alegar que o estado estava usando "rastreamento de contato" para identificar conexões entre os manifestantes Black Lives Matter em maio de 2020 [...].

Por exemplo, em fevereiro de 2020, os cidadãos sul-coreanos descobriram que o governo estava publicando em sites e em textos os detalhes dos movimentos exatos de indivíduos não identificados para todos os casos COVID-19. Podia-se ler: "O paciente nº 12 reservou os assentos E13 e E14 para uma exibição às 17h30 do filme

sul-coreano, 'The Man Standing Next'. Antes de pegar o trem das 12h40, o paciente nº 17 jantou em um restaurante de tofu macio em Seul. Sem dúvida, o objetivo era ver se contatos não descobertos podiam ser rastreados e testados. Mas esses dados, em mãos erradas, também podem ser mal utilizados. (LYON, 2020, p. 273-275).

Não faltam exemplos dessa arbitrariedade, mostrando a importância de estabelecer o escopo (protocolos compartilhados) da monitoria, alinhando sua amplitude e estabelecendo sua metodologia de modo a não ferir a liberdade dos cidadãos.

3.1.3 Extrativismo de dados e dataficação

O resultado da vigilância informacional é a captação de dados que, quando estruturados e processados, tornam-se conhecimento e interferência. Embora as crises mundiais intensifiquem sua prática, com o surgimento das redes sociais iniciou-se um processo abrangente da chamada dataficação. Como descrito em Schönberger e Cukier, trata-se de um processo baseado em dois fundamentos básicos de todo dado: a capacidade de registrar e mensurar. Em publicação sobre *big data*, os autores demarcam de forma entusiasmada essa potência das redes sociais para geração de dados. Em trecho específico sobre o Facebook, eles destacam algo que posteriormente revelou-se mais complexo:

No caso do Facebook, ele tem sido astuciosamente paciente, sabendo que revelar muitos novos propósitos para os dados de seus usuários muito cedo pode assustá-los. Além disso, a empresa ainda está ajustando seu modelo de negócios (e política de privacidade) para a quantidade e tipo de coleta de dados que deseja fazer. Portanto, muito mais críticas que ela tem enfrentado se concentram nas informações que é capaz de coletar do que no que realmente fez com esses dados. (SCHÖNBERGER, CUKIER, 2013, p. 189).

Posteriormente, o efeito negativo da dataficação surge nas aplicações de uso desses dados, dedicando-os à promoção de um dirigismo narrativo, prática de associar conteúdos a perfis, onde o envio restrito de conteúdos de interesse do usuário pode culminar em processos de desinformação.

Um documento vazado da empresa por sua ex-funcionária, a cientista de dados Francis Haugen, possui trechos que ilustram esse dirigismo. Um exemplo está na pesquisa sobre teorias conspiratórias encomendada pelo escritório do Facebook no Reino Unido. A passagem é citada em matéria publicada pelo site *Intercept*, com alguns trechos do material:

O alcance global do Facebook e outras plataformas de mídia permitem uma rápida disseminação dessas teorias por vastas distâncias”, diz a pesquisa. “A interatividade, conteúdo que prende a atenção e a habilidade de formar grupos dedicados em algumas redes sociais facilitam o compartilhamento e a manutenção de teorias da conspiração. Os pesquisadores enumeram várias: delírios de que redes 5G causam covid-19, negacionistas de mudanças climáticas, gente que batia o pé acreditando que a pandemia era uma farsa e o próprio ecossistema QAnon.

O estudo mostra que há grupos dedicados a disseminar essas teorias e que os usuários mais suscetíveis a elas normalmente tendem a só compartilhar esse tipo de conteúdo e ignorar o resto. “A informação é muitas vezes tirada de um amigo que tem a mesma visão, resultando em câmaras de eco online”, diz o documento. “Nelas, usuários tendem a ficar presos em comunidades que compartilham o mesmo interesse, e isso resulta no reforço de crenças conspiratórias e alimenta o viés de confirmação. (DIAS; RIBEIRO; LOPES, 2021).

O estudo também se refere à estrutura narrativa utilizada, baseando-se na lógica científica, conforme citado no capítulo anterior quando foram analisadas narrativas sobre vacinas: Em um post antivacina, por exemplo, os pesquisadores constataram que a linguagem, normalmente, aparenta ser factual e tem uma estrutura lógica – muitas vezes mimetizando informação científica (DIAS; RIBEIRO; LOPES, 2021).

É interessante observar como as questões associadas à dataficação são inerentes ao design da web, já presentes em seus mecanismos de interação desde sua base. A vigilância informacional descentralizada, distribuída e líquida está conectada a essa dataficação irrestrita que não é uma consequência evolutiva da web, mas de suas premissas de design, expressas em seus protocolos.

3.2 A vigilância no design da web e o design da vigilância

Após as eleições americanas de 2016, nota-se o destaque a uma ampla discussão sobre vigilância e controle, trazendo as redes sociais para o centro do debate. Com um crescimento exponencial de suas bases, o Facebook torna-se foco desta questão, principalmente depois do caso da *Cambridge Analytica*, que será abordado mais adiante.

A popularidade de produções documentais como *Privacidade hackeada* (AMER, NOUJAIM, 2019) e *O dilema das redes* (ORLOWSKI, 2020) indica interesse por compreender um pouco mais o fenômeno, uma vez que as plataformas tratadas nesses filmes estão muito presentes na rotina da sociedade moderna. Essas obras discutem como questões de privacidade ou, mais especificamente vigilância, são intrínsecas ao modelo de interação que esses sistemas estabelecem.

No entanto, é importante observar que essa vocação à vigilância não se restringe ao Facebook e nem propriamente às redes sociais, pois está impressa no design da internet que, desde sua origem, manifesta esse ímpeto vigilante em seus protocolos e dispositivos, como algoritmos, aplicações criptográficas e rastreadores, operando de maneira a entregar vigilância, o que não pode, por si só, ser considerado algo nocivo.

A vigilância, mais especificamente o controle, é própria da internet, uma questão de premissa da rede, e não uma consequência de sua evolução. Para embasar esse entendimento,

vale explorar a ideia de protocolo. Galloway (2004) explica que o protocolo na internet cria um controle em meio à estrutura descentralizada da rede, fazendo com que a hierarquia deixe de ser rigorosamente vertical, operando de forma mais rizomática. Como aponta Galloway (2004, p. 242): “[...] o protocolo é uma solução para o problema da hierarquia. Em muitos aspectos, é um avanço histórico”:

No centro da computação em rede está o conceito de protocolo. Um protocolo de computador é um conjunto de recomendações e regras que descrevem padrões técnicos específicos. Os protocolos que governam grande parte da Internet estão contidos nos chamados documentos RFC (Request For Comments). Chamados de “documentação primária da Internet”, esses memorandos técnicos detalham a grande maioria dos padrões e protocolos em uso na Internet hoje. (GALLOWAY, 2004, p. 6).

Se o protocolo é onde se arregimentaram as regras da rede, é possível considerá-lo como a base de premissas dessa rede, estabelecendo seu design. Galloway (2004) destaca que o entusiasmo com as possibilidades das redes ofuscou um melhor entendimento desses bastidores técnicos que, observados por uma perspectiva político-econômica, permitem compreender que ambos, vigilância e controle, são elementos nativos da internet:

Acima de tudo, a economia política do protocolo é a de gestão, modulação e controle. Técnica e politicamente, a “sociedade de controle” emerge tanto da pesquisa cibernética quanto de um imperativo militar-industrial em direção à “governamentalidade” dos sistemas de informação. Esse pano de fundo histórico prepara o terreno para as várias periodizações e mutações na vida do protocolo. No centro de tais mudanças está a questão da adaptação política e tecnológica, situada entre o controle centralizado e a regulação descentralizada. [...]. (GALLOWAY, 2004, p. XVIII).

Em um nível geral, o protocolo fornece um conjunto de conceitos, ou uma caixa de ferramentas, para usar a frase de Deleuze. Essas ferramentas-conceito não são tanto instrumentos ou obstáculos, mas sim máquinas suaves para interrogar a dinâmica político-técnica da informação e das tecnologias de computador, especialmente no que diz respeito a redes de todos os tipos. O protocolo pode, neste sentido, ser lido como um manual técnico, que incentiva o trabalho, a intervenção e a conscientização sobre nossas “tecnologias políticas” atuais. (GALLOWAY, 2004, p. XXII).

Em vários aspectos, o material de Galloway remonta a ideia do protocolo como um sistema, no caso, “[...] um sistema de gerenciamento distribuído que facilita relacionamentos ponto a ponto entre entidades autônomas”. Essa facilitação gerada pelo protocolo resulta em um dos meios de comunicação mais controlados.

A noção de vigilância nativa está presente nos protocolos, uma vez que estabelecem mecanismos de observação, registros e interferência para o fluxo geral da rede. Galloway comenta que essa cobertura abrangente do protocolo tem, implícito, um perigo. Poderia se conectar aqui, a abordagem já citada de Deleuze (2013) na qual discorre sobre o “perigo passivo da interferência”, como um risco fruto das operações de controle moduladas por computadores, mas Galloway faz menção a Foucault:

Isso torna o protocolo perigoso - mas, no sentido foucaultiano de perigo, isso é duplo. Em primeiro lugar, é perigoso porque atua para tornar concretos nossos desejos fundamentalmente contingentes e imateriais (um processo denominado reificação) e, nesse sentido, o protocolo assume tons autoritários. (GALLOWAY, 2004, p. 245, tradução nossa).

Nas suas conclusões, Galloway reforça que protocolos criam o conjunto básico de regras a partir do qual todas as outras decisões descendem. Para ele, neste ponto há um perigo, pois quem tem poder sobre a criação de tais protocolos exerce poder em uma área muito ampla da sociedade. Em seu trabalho sobre vigilância, Bruno também usa o conceito de protocolo de Galloway, reforçando esse aspecto da vigilância nativa na web:

No caso das redes digitais de comunicação como a Internet e muitas de suas plataformas, a vigilância é uma função potencial que está inscrita na própria engrenagem e arquitetura desses dispositivos, os quais contam, em seus parâmetros de funcionamento regulares, com sistemas de monitoramento de dados pessoais e controle de fluxos informacionais por protocolos. (BRUNO, 2013, p. 32).

Se a vigilância é algo nativo nos protocolos da internet e, conseqüentemente, em seu design original, cabe compreender melhor como ele propicia uma vigilância abrangente.

3.2.1 Design da vigilância distribuída

Um elemento importante no design da vigilância é sua natureza própria para distribuição, ou seja, permitir que a vigilância siga o mesmo design da internet, caracterizado pela descentralização. Vale retomar o conceito de “vigilância distribuída”, em Bruno (2013), para aprofundar de que forma a rede traz o controle em seu desenho:

A noção de distribuição busca designar um processo reticular, espalhado e diversificado, pleno de ambiguidades, que não se confunde com a ideia de uma vigilância homogênea, sem arestas nem conflitos. Ao contrário, os atuais processos de vigilância só podem ser entendidos se levarmos em conta que as ações que os constituem são distribuídas por diferentes setores cujos interesses e perspectivas são múltiplos e não obedecem a nenhum princípio unificado. Um outro aspecto que o adjetivo distribuído procura ressaltar provém do seu uso na qualificação de formas atuais de comunicação, sobretudo no ciberespaço. Os territórios moventes da comunicação distribuída se confundem com os da vigilância distribuída, ou melhor, esta última está incorporada nas engrenagens e critérios de funcionamento e eficiência da primeira. (BRUNO, 2013, p. 25).

Nesse ponto, retoma-se Bauman e Lyon (2014) e a ideia de “vigilância líquida”. Os autores pontuam a forte conexão entre a vigilância informacional e a modernidade, principalmente, ao destacar que “[...] aceita-se de forma ampla que a vigilância é uma dimensão central da modernidade”. O autor pontua um aspecto fundamental no design dessa vigilância, novamente associando-o ao marketing, quando menciona a inexistência de um repositório de informação fixo:

A vigilância suaviza-se especialmente no reino do consumo. Velhas amarras se afrouxam à medida que fragmentos de dados pessoais obtidos para um objetivo são facilmente usados com outro fim. A vigilância se espalha de formas até então inimagináveis, reagindo à liquidez e reproduzindo-a. Sem um contêiner fixo, mas sacudida pelas demandas de “segurança” e aconselhada pelo marketing insistente das empresas de tecnologia, a segurança se esparrama por toda parte. (BAUMAN; LYON, 2014, p. 7).

Lyon também faz menção a Deleuze no sentido de posicionar sob qual perspectiva essa vigilância opera em um contexto complexo, destacando seu modelo de crescimento rizomático, marcado pela incerteza:

Gilles Deleuze introduziu a expressão “sociedade de controle”, na qual a vigilância cresce menos como uma árvore – relativamente rígida, num plano vertical, como o panóptico – e mais como ervas daninhas. Como observam Kevin Haggerty e Richard Ericson, a “montagem da vigilância” capta fluxos do que se poderia chamar de dados corporais, transformando-os em “duplicatas de dados” altamente móveis e fluidas. William Staples também observa que a vigilância atual ocorre em culturas “caracterizadas pela fragmentação e pela incerteza, quando muitos dos significados, símbolos e instituições antes tidos como certos se dissolvem diante de nossos olhos”. Assim, o que é seguro, estruturado e estável se liquefaz. (BAUMAN; LYON, 2014, p. 7).

3.2.2 Algoritmos e rastreadores

Se o protocolo é um registro dinâmico que se atualiza na medida em que a internet cria suas ramificações, nodos, linhas e pontos, nele, fundamenta-se o design da experiência referente a qualquer ação da rede, como download, envio e recebimento de e-mails, logging, rastreamento e criptografia etc.

Algumas dessas ações são práticas já existentes na computação antes da internet e possuem a vigilância em sua natureza, como é o caso dos algoritmos. Galloway vai explorar o pensamento do crítico de mídia, Frederick Kittler, sobre a história do conhecimento, no qual mostra como “o estado do conhecimento mudou de um ‘reino do sentido’ (em 1800) para um ‘reino de padrões’ (em 1900) baseado em imagens e algoritmos” (GALLOWAY, 2004, p.22).

Galloway (2004) destaca que 1900 foi o ano do algoritmo, lembrando que foi nesse contexto entre 1800 e 1900, em que foi criado, pela matemática Ada Lovelace, o primeiro algoritmo para ser implementado em um computador.

Embora, em alguns algoritmos, a prática de vigilância esteja implícita em seu mecanismo, eles são apenas um procedimento computacional básico, trata-se “[...] apenas uma sequência finita de passos que se usa para resolver um problema, e algoritmos são muito mais amplos e muito mais antigos do que o computador. Muito antes de serem usados por máquinas, eram usados por pessoas” (BRIAN; GRIFFITHS, 2017). Algoritmos são fundamentais para a

inteligência conectiva, e sua execução pelos computadores é precisa, como também aponta Kerckhove:

Um algoritmo é simplesmente uma lista de processos passo a passo que devem ser seguidos para executar um determinado procedimento, os algoritmos podem ser simples ou extremamente complexos, e podem enterrar dentro deles outros algoritmos que, por sua vez, contêm outros algoritmos e assim por diante mas por mais complexas ou multicamadas que sejam, o computador digital pode executá-las com perfeição, pois segue passo a passo com infinita paciência e porque compartilha com todos os sistemas digitais a capacidade de realizar tais operações com perfeição. (DE KERCKHOVE, 1997, p. 25).

No entanto, notam-se elementos de observação interventiva, característicos da vigilância, em estruturas algorítmicas básicas, como o condicional IF-THEN, onde, na programação, IF (se) estabelece o critério que ativará determinada operação e THEN (então) orienta qual comando será ativado mediante a confirmação daquela condição. Um exemplo banal seria: IF (se) o usuário clicar no botão x, THEN (Então) exiba a página y.

No contexto das redes, essa lógica, buscando simplificar a relação entre os algoritmos e sua potencial vigilância, pode traduzir o funcionamento condicional em uma relação em que IF (se) pressupõe a interação de um usuário com determinado conteúdo, THEN (então) a interferência de enviar a ele mais conteúdos daquele mesmo tipo. Essa lógica, observada em uma experiência com mais de 2 bilhões de pessoas, começa a gerar um volume de dados que permite consumir um processo de observação interventiva de maior impacto social. Os algoritmos como dispositivos de vigilância na web podem ser notados em sua fase de popularização já nos mecanismos de busca, como aponta Bruno (2013):

Os algoritmos de monitoramento das informações e ações dos indivíduos no ciberespaço são constituintes dos parâmetros de eficiência de qualquer motor de busca. Mas o fato de a vigilância estar presente como uma possibilidade da própria arquitetura desses dispositivos não implica, contudo, que ela seja necessária. Ela pode muito bem não se atualizar; mas, quando se atualiza, opera no interior do próprio dispositivo, modulando-o e não descaracterizando-o. (BRUNO, 2013, p. 32).

É nas redes, porém, que sua complexificação traz impactos sociais mais profundos, tocando aspectos da economia e da política. Bruno (2019) explora esse lado sob o conceito da “economia psíquica dos algoritmos”:

Por economia psíquica dos algoritmos designamos o investimento contemporâneo – tecnocientífico, econômico e social – em processos algorítmicos de captura, análise e utilização de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados e ações em plataformas digitais (redes sociais, aplicativos, serviços de streaming, plataformas de compartilhamento e/ou consumo de conteúdo audiovisual etc.). As informações que interessam ao veloz capitalismo de dados não são mais apenas os rastros de nossas ações e interações (cliques, curtidas, compartilhamentos, visualizações, postagens), mas também sua “tonalidade” psíquica e emocional. É esta economia psíquica e afetiva que alimenta as atuais estratégias de previsão e indução de comportamentos nas plataformas digitais (e eventualmente fora delas). (BRUNO, 2019, p. 5).

É no design interativo das redes sociais que o uso do algoritmo atribui vigilância à operação do sistema, onde qualquer usuário está irrestritamente condicionado:

Nesse caso, vemos bem como a modulação e o controle do comportamento da economia psíquica dos algoritmos são exercidos privilegiadamente através de alterações no contexto e no ambiente da oferta de conteúdo, propiciados pela arquitetura e o design das plataformas. Embora alimentada por dados psíquicos e emocionais, o valor dessa economia psíquica dos algoritmos não deriva propriamente da acuidade de previsões de personalidade, mas sim da capacidade de intervir em tempo real nas ações e emoções dos usuários. (BRUNO, 2019, p. 16).

Outro aspecto da vigilância no design da rede que surge com a popularização da internet são os rastreadores. Nessa categoria, os cookies são os mais emblemáticos. Lançados em 1994 pelo navegador *Netscape*, originalmente, resolviam problemas relacionados à experiência do usuário. Foram usados, pela primeira vez, para verificar se os usuários já haviam visitado o site da *Netscape* e permitiam que os sites lembrassem suas preferências. Os cookies também apresentaram uma solução para carrinhos de compras virtuais, permitindo que sites de comércio eletrônico lembrassem o que as pessoas estavam comprando na última vez em que o visitaram.

No Brasil, logo após a aprovação da LGPD (BRASIL, 2018), a maior parte dos sites do país colocou, em suas páginas de entrada, o alerta para que os usuários aceitem ou configurem como querem que seja feito o rastreamento daquele site. Globalmente, o Google anunciou a extinção do procedimento de cookies para 2022. Por que esses movimentos?

Cookies são dispositivos de vigilância com função ambígua. Em seu modo *first party*, acompanham o usuário do site em que estão programados. São facilitadores para que uma operação na internet não recomece sempre que o usuário entre em acesse um site. Eles ajudam no entendimento e na construção de sua narrativa digital.

É inegável que há uma inteligência conectiva, envolvendo compreender via conexões, que entrega benefícios muitas vezes associados à otimização do tempo do usuário. No entanto, esse rastro digital involuntário, característico principalmente nos cookies *third-party* ou cookies de terceiros, persegue os usuários por toda a web. Esse tipo de rastro digital, somado às intenções expressas nos algoritmos, revertem-se em uma troca desproporcional, em que o usuário é monitorado, sem propriamente ter o conhecimento, e a interferência ou a resposta das plataformas segue além da oferta de uma facilitação de acesso ao conteúdo de interesse. Basta uma narrativa de interesse criada para que o usuário passe a ser submetido à publicidade relacionada em qualquer passo digital que dê.

O uso dos rastreadores remete à observação de Deleuze quando afirma: “[...] o marketing é agora o instrumento de controle social” (DELEUZE, 2013). Algo que deve ser

alterado, mediante a um padrão de consumo emergente, onde o respeito à privacidade passa a afetar decisões de compra.

Essa relação dos rastreadores com o marketing surge nos primórdios da publicidade digital, no entanto, esse registro permite uma aplicação de vigilância em contexto mais abrangente, como apontava Bruno (2013):

Em pesquisa realizada em 2010, identificamos a presença de 362 rastreadores de dados de usuários (cookies, flash cookies e web beacons) em apenas cinco sites da Internet brasileira (Terra, UOL, Yahoo, Globo.com, YouTube) e de 295 rastreadores nas duas redes sociais mais populares no Brasil (Orkut e Facebook). Cerca de 68% desses rastreadores atuam no campo do marketing on-line (Bruno; Nascimento et alli, 2012). Entretanto, ainda que habitualmente se enfatize o papel e os interesses do marketing neste contexto, é fundamental ressaltar que, além do marketing e da publicidade direcionada, o monitoramento de rastros pessoais na Internet é de interesse comum a diferentes domínios: segurança, entretenimento, saúde, gestão do trabalho e recrutamento de pessoal, consultoria e propaganda política, desenvolvimento de produtos e serviços, vigilância e controle, inspeção policial e estatal etc. (BRUNO, 2013, p. 125).

O convite à participação do usuário tem se relacionado menos com a promoção de um ambiente colaborativo e mais com um ponto de coleta de dados para interferência futura, seja ela no âmbito de consumo ou na paisagem informacional do indivíduo:

A participação do usuário é hoje um motor e um capital valioso da Internet, em torno do qual há tensões nos mais diferentes setores: entretenimento, conhecimento, marketing, consumo, política, arte etc. De um lado, o movimento participativo tem criado alternativas aos modelos tradicionais de produção e partilha da informação, do conhecimento, dos bens culturais (plataformas *peer-to-peer*, softwares livres e abertos, websites *wiki* e de produção colaborativa), assim como ações políticas de contravigilância ou de resistência a sistemas de controle (organizações voltadas para a proteção de dados pessoais nas redes digitais; softwares que burlam o rastreamento das navegações dos usuários; grupos de contravigilância ou de vigília de vigilantes). Por outro lado, esta mesma participação vem sendo capturada e capitalizada, seja de modo a reiterar lógicas comerciais, seja de forma a alimentar processos de vigilância. (BRUNO, 2013, p. 127).

No momento desta pesquisa, segue a perspectiva do fim da utilização dos cookies de terceiros, porém, alternativas menos invasivas, que ainda propiciem a segmentação de audiências, têm sido apresentadas por empresas como Google e Yahoo. A informação está disponível em matéria do site Meio & Mensagem (SACCHITIELLO, 2022).

3.2.3 Conhecimento por metadados

Se a atividade de vigilância refere-se à observação sistemática com o objetivo de produzir conhecimento e intervir no que foi observado, ela está inicialmente associada, no contexto da internet, ao rastreamento de toda informação digital ou digitalizada e a forma como esses dados rastreados são estruturados.

Nesse ponto, vale aprofundar um pouco mais sobre o quanto a forma como os dados são captados e estruturados estabelecem o caráter de vigilância praticado. No contexto da internet, especialmente o monitoramento das redes sociais, tem grande potencial interventivo sobre o que é observado. Embora os registros de Schönberger e Cukier (2013) tenham sido feitos em um período ainda embrionário com relação ao aproveitamento dos dados das redes, onde o “potencial extraordinário” dessa captação e estruturação de dados, como apontavam os autores, ainda ocorria em empresas que estavam definindo seus modelos de negócios e suas políticas de privacidade, o caráter preditivo e interventor dessa observação sistematizada já era notado:

Essas descobertas iniciais indicam onde a dataficação certamente irá em seguida. Como o Google, um punhado de redes de mídia social como Facebook, Twitter, LinkedIn, Foursquare e outras ficam em um enorme tesouro de informações arquivadas que, uma vez analisadas, lançarão luz sobre a dinâmica social em todos os níveis, do indivíduo à sociedade em geral. (SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 194).

Ou seja, já em seus primeiros anos de popularização, as plataformas entendiam o potencial de visualização sobre as dinâmicas da sociedade uma vez os dados captados e estruturados. Essa visualização está conectada a ideia de metadados, como descrita em Schönberger e Cukier (2013): “[...] as informações das informações”:

Twitter são limitadas a esparsos 140 caracteres, mas os metadados - ou seja, as “informações sobre informações” - associados a cada tweet são ricos. Inclui 33 itens discretos. Alguns não parecem muito úteis, como o “papel de parede” na página do Twitter de um usuário ou o software que o usuário utiliza para acessar o serviço. Mas outros metadados são extremamente interessantes, como o idioma dos usuários, sua geolocalização e o número e nomes de pessoas que eles seguem e daqueles que os seguem. (SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 192).

Várias constatações são feitas a partir desses metadados: desde padrões de humor em âmbito global – como verificado em estudo publicado na revista *Science* em 2011 – até a probabilidade de as pessoas se vacinarem, como avaliou o estudo de Marcel Salathé da *Penn State University*:

O que marca esta pesquisa como particularmente especial é que, onde outros estudos, como o Google Flu Trends, usaram dados agregados para considerar o estado de saúde dos indivíduos, a análise de sentimento realizada por Salathé realmente previu comportamentos de saúde. (SCHÖNBERGER; CUKIER, 2013, p. 193).

O uso de metadados em uma observação é um traço forte da vigilância, pois informações como a geolocalização são inseridas pelo usuário com o entendimento de que, em troca, receberá melhor experiência de uso, mas acabam por fornecer insumo para a vigilância, algo não necessariamente nocivo, desde que o usuário tenha a consciência do que está em jogo nessa troca.

Com essa visibilidade, e o respectivo conhecimento gerado a partir dela, é possibilitado um maior caráter interventivo, que consolida a vigilância em seu pleno funcionamento.

3.2.4 Multiplicação de vigilantes

O primeiro passo para entrar em uma rede social ou aplicativo de mensagem é fazer um cadastro. Nele, cria-se um perfil, provendo uma espécie de fichamento, descrevendo nome, associando-o a uma foto, à localização e a interesses. Alguns dados ficam disponibilizados a qualquer usuário; outros, podem ser fechados. No Brasil, no final dos anos 2000, havia uma presença em massa em uma rede social chamada Orkut, com cerca de 60 milhões de usuários, dos quais 50% eram brasileiros e 20% indianos (país de origem de seu criador).

Diferentemente do Facebook, o Orkut, que anuncia retornar em 2022, exibia a rede de amigos do usuário e suas conexões com comunidades a qualquer um que estivesse na rede, não havendo condição de restringir essa visibilidade. Uma outra característica da rede é que, no Orkut, quando determinado usuário visitava a página de outro usuário, o rastro dessa visita ficava exposto, a menos que o usuário alterasse essa configuração padrão.

Já o Facebook expunha menos informações do usuário em sua configuração padrão, como explicava o blog Tecmundo (PEREIRA, 2010): “No Facebook, se você não faz parte da rede de amigos de determinado usuário, tudo o que você pode ver é a miniatura da foto do perfil e informações bem básicas, além de fotos de álbuns abertos a todos”.

No entanto, a visibilidade do rastro de visita deixado por um usuário ao entrar na página de outro nunca foi um recurso disponibilizado, permitindo aos usuários entrar nas páginas dos demais sem que, necessariamente, fossem notados.

Se o discurso inicial do Facebook apoiava-se em apresentar sua plataforma como uma ferramenta para “refletir as normas sociais vigentes”, voltando-se ao anseio das pessoas em compartilhar suas informações “de forma mais aberta e com mais pessoas” (BRUNO, 2013, p.127), recursos como a não exposição de um rastro de visita indicam que a rede social também atendia a outro desejo social: o de vigilância.

A exposição, somada à possibilidade de ver sem ser visto, passa a ser um recurso utilizado não somente por usuários que buscam se relacionar, mas também para outras finalidades como, por exemplo, na área de recursos humanos de empresas. Esse comportamento começa a ficar mais evidente em meados da década de 2010, como relata Cavallini (2018), resultando em uma observação interventiva resultando tanto em demissões quanto em contratações.

Outro aspecto viabilizado pelas redes é o chamado *cyberstalking*, em que a vigilância informacional intervê com mais intensidade. No Brasil, isso chegou a tornar-se crime, como publicado pelo site *Tecmundo*:

[...] no cyberstalking, tudo é realizado através do uso da tecnologia, como o envio de mensagens insistentes nas redes sociais, e-mails, rastreamento e monitoramento dos passos da vítima, invasão dos computadores e smartphones, instalação de câmeras de vigilância, uso de e-mails da vítima para cadastro em diversos sites, em que ela passa a receber conteúdo pornográfico ou centenas de ligações de oferta de produtos. Também é muito comum o uso de fotografias para criar perfis falsos em sites de encontros e namoro, ou mesmo em redes sociais, com o intuito de prejudicar a imagem da pessoa, que passa a ser assediada por outras pessoas que acreditam que foi ela quem se cadastrou. Esse tipo de perseguição não tem limites, e todas as formas de invasão da privacidade dela e de sua família podem ser consideradas como “cyberstalking” e devem ser denunciadas. (FILHO, 2021).

Além da interiorização da disciplina e da suavização da interferência, essa multiplicação de vigilantes é mais um elemento de normalização da vigilância, algo que vai impactar na maneira como se consome informação e nos processos de desinformação. Essas "normas sociais" prontamente atendidas pelas plataformas, por um olhar supostamente dedicado à experiência do usuário, tem algumas consequências nocivas. Isso se torna visível quando esse usuário passa a buscar, na maneira como se relaciona com a informação, estabelecer seu processo de construção identitária. Algo melhor debatido a seguir.

3.3 A vigilância, privacidade e desinformação

A relação entre vigilância, desinformação e subjetivação do indivíduo baseia-se em três elementos: 1) a narrativa como ferramenta de construção identitária; 2) a dataficação e perfilamento de audiências; 3) o dirigismo de narrativas, viabilizado pela distribuição segmentada e veloz que atinge o indivíduo potencialmente interessado em fazer uso da narrativa recebida como meio de promoção identitária. Esse processo acontece em instâncias massificadas e segmentadas ao mesmo tempo, o que só é possível no contexto digital. O caso *Cambridge Analytica* pode servir como uma forma de exemplificar essas relações.

3.3.1 Caso Cambridge Analytica

Após as eleições americanas de 2016, nota-se uma ampla discussão relacionando vigilância e desinformação, trazendo as redes sociais para o centro do debate. Embora não seja o único ponto que explique o fenômeno, o Facebook, com o crescimento exponencial de suas bases, tornou-se emblemático nessa questão, principalmente depois do caso envolvendo a

plataforma e a consultoria *Cambridge Analytica*. Para compreender o caso, é necessária uma cronologia dos fatos, destacando alguns processos que irão ilustrar como a desinformação, a vigilância e a subjetivação se relacionam na complexidade das redes.

Criada em 2013, a consultoria de marketing político *Cambridge Analytica* surge oferecendo serviços de análise de dados dirigidos à comunicação estratégica para campanhas políticas. Já a partir de 2014, conforme o ex-funcionário da empresa Christopher Wylie revelou ao jornal britânico *The Guardian*, a empresa coletava informações pelo aplicativo *thisisyourdigitallife* (essa é sua vida digital, em português), que pagou a centenas de milhares de usuários pequenas quantias para que fizessem um teste de personalidade e concordassem em ter seus dados coletados para uso acadêmico. No entanto, o aplicativo também coletou informações de amigos do Facebook das pessoas que fizeram o teste. Ou seja, se uma pessoa respondesse o *quiz*, estaria entregando informações privadas não apenas do seu perfil, mas de todos os seus amigos (ENTENDA, 2018). Isso fez o volume de perfis que tiveram seus dados extraídos sair da casa dos milhares e ir para a dos milhões, podendo ter afetado até 87 milhões, segundo o Facebook.

Em 2015, com a experiência de mais de 40 campanhas, a empresa dedicou-se a promover a candidatura do ex-senador Ted Cruz nas prévias do Partido Republicano para eleger seu candidato à presidência, já fazendo uso dos dados coletados no *app* para mandar mensagens de campanha. Mesmo com Ted Cruz saindo da disputa interna, com sua base de dados coletados, a empresa prosseguiu coordenando as campanhas digitais presidenciais para o candidato vencedor, Donald Trump, em 2016.

Tanto no caso de Ted Cruz quanto no de Trump, além da coleta, o processo consistiu na criação de perfis psicológicos baseados nos dados com os quais se segmentaram mensagens de campanha – de forma a que cada perfil recebesse um tipo de anúncio, em linha com seu perfil, criando um modo eficaz de persuadir um potencial eleitor.

Esse processo foi apresentado por executivos da empresa em dois eventos da área de marketing digital, onde trazem uma metodologia alinhada com a sequência dos três elementos já citada, compreendendo: 1) a narrativa como ferramenta de construção identitária, não restringindo o uso de notícias falsas; 2) a dataficação e perfilamento de audiências, baseados em ciência comportamental; 3) o dirigismo de narrativas viabilizada por tecnologias publicitárias, ou, *ad techs*, via segmentação. As exposições que seguem apresentam detalhes desse procedimento, marcado pela junção entre vigilância e desinformação.

Para melhor entendimento, as informações foram organizadas em dois movimentos:

- primeiro movimento: com falas do então CEO da *Cambridge Analytica*, Alexander Nix, apresentando as estratégias de campanha para Ted Cruz nas prévias do Partido Republicano, no Concordia Annual Summit de 2016;
- segundo movimento: a então vice-presidente de *Global Media* da *Cambridge Analytica*, Molly Schweickert, no evento D3con de 2017, detalhando os bastidores da campanha de Donald Trump.

3.3.2 Primeiro movimento – Campanha Ted Cruz nas eleições primárias

Em maio de 2016, segundo Alexander Nix, então CEO da Cambridge Analytica, o então senador Ted Cruz era o único capaz de concorrer com Donald Trump para ser o candidato à presidência do Partido Republicano. No entanto, 18 meses antes, a situação era completamente diferente, pois o senador era o menos popular entre os candidatos. Segundo Nix, Ted Cruz mostrava-se alguém de baixo reconhecimento em meio a um potencial eleitorado, aparentemente, bastante homogêneo. Conforme a apresentação de Nix, o trabalho que proporcionou essa reversão pautou-se na combinação de três metodologias: uso da ciência comportamental; análise de dados; campanhas *ad tech* dirigidas. Tais metodologias serão explicadas a seguir.

3.3.2.1 Ciência comportamental

Ao explicar sua visão a respeito da ciência comportamental, Alexander Nix destacou a importância do domínio neste campo. Em sua apresentação, o executivo exemplificou com uma situação hipotética: "Se você fosse proprietário de uma praia exclusiva e quisesse impedir banhistas aleatórios de utilizá-la, como você faria?"

Ele separa duas mensagens, uma com viés informativo, simplesmente avisando que a praia hipotética é uma propriedade privada, e outra dizendo que havia tubarões na região. Na sequência, o executivo enfatiza que a segunda opção é baseada em ciência comportamental, logo, muito mais efetiva. Já nesse exemplo, identifica-se que a veracidade da informação não é foco da aplicação da metodologia, o critério para definir a mensagem a ser comunicada é o efeito na atitude que se quer gerar em seu destinatário.

Entretanto, o uso da ciência comportamental em campanhas de marketing vai além da escolha de uma narrativa de impacto. Seu trunfo está na maneira como organiza audiências. Segundo Nix, o desafio de comunicar, em tempos digitais, é que entender interesses de uma

audiência, baseando-se apenas em dados demográficos, não é suficiente para impactar na percepção e influenciar opiniões.

Contudo, com a massa de dados disponíveis, pelo fato de as pessoas exporem suas preferências nas redes, torna-se possível criar perfis baseados em motivações psicológicas e, com isso, ser muito mais efetivo em uma campanha mais dirigida. Em sua apresentação, Nix explica que sua metodologia previa uma combinação contemplando o uso de dados demográficos – idade, gênero, etnia, religião, educação e status socioeconômico – a manifestações comportamentais como: estilo de compra, estilo de vida, opiniões e nível de engajamento político. Com base nesses dados, a consultoria aplicou a metodologia do campo da psicometria chamada de OCEAN que já era conhecida nos anos 1980, também é chamada de *big five* e avalia a personalidade das pessoas por meio de cinco fatores: 1) abertura – qual é seu grau de abertura em relação a novas experiências?; 2) consciência – o quão perfeccionista você é?; 3) extroversão – você é uma pessoa sociável?; 4) amabilidade – você é cooperativo e atencioso?; 5) neuroticismo – você se irrita ou se magoa com facilidade? (GRASSEGER; KROGERUS, 2017).

Com essa divisão, identificam-se características predominantes do sujeito. Nas palavras do executivo da *Cambridge Analytica*, a psicografia é tão ou mais importante do que as informações demográficas:

[...] claramente a demografia e a geografia e a economia influenciarão sua visão de mundo, mas, igualmente importante, ou provavelmente mais importante, é a psicografia para uma compreensão de sua personalidade. Porque é a personalidade que impulsiona o comportamento e é o comportamento que obviamente influencia como você vota (CONCORDIA, 2016).

Em outro ponto da apresentação, Nix destaca o procedimento de *psychographic messaging*, cujo conteúdo é dirigido, exemplificando seu funcionamento com uma possibilidade:

Uma audiência mais influenciada pela amabilidade são pessoas que se preocupam com a tradição, o hábito, a família e a comunidade. Para este grupo, a mensagem republicana pode se apoiar em uma viés geracional armamentista, com a narrativa “do avô que ensinou o seu filho a atirar e o pai que por sua vez vai ensinar o seu filho, obviamente falar sobre estes valores é muito mais eficaz na comunicação de sua mensagem (CONCORDIA, 2016, tradução nossa).

3.3.2.2 Data analytics

Nesse ponto, destaca-se que não há necessidade de criar conteúdos sem saber do potencial de efetividade da peça criada. Por meio de métodos de vigilância, as narrativas

dirigidas podem ser notícias já existentes ou notícias falsas vindas de sites de desinformação.

Alex detalha o tipo de informação que se tem em cada grupo:

Hoje não precisamos adivinhar qual solução criativa pode ou não funcionar. Podemos usar centenas ou milhares de pontos de dados individuais em nosso público-alvo para entender exatamente quais mensagens vão funcionar para quais públicos muito antes do processo criativo começar. [...].

O big data é realmente a agregação de todos pontos de dados individuais que você possa ter em suas mãos, os quais são processados em um banco de dados e, em seguida, usado para informar e criar insights sobre seu público-alvo, isso pode incluir fatores demográficos e geográficos, idade, gênero, etnia, religião, etc, bem como, fatores psicográficos ou atitudinais, como hábitos de consumo e estilo de vida, exemplo: que carro você dirige, quais produtos você compra nas lojas, quais revistas você lê, quais clubes de golfe você pertence, quais igrejas você frequenta e é claro dados de personalidade ou comportamento isso é o que falamos anteriormente, como você vê o mundo, o que realmente o impulsiona (CONCORDIA, 2016).

Em relação à personalidade, essa estruturação de dados também categoriza questões comportamentais associadas à persuasão, baseadas nos seis princípios de persuasão de Cialdini (2021), nos quais são estabelecidos quais elementos influenciam mais o indivíduo. São eles: reciprocidade, afeição, aprovação social, autoridade, escassez, compromisso, unidade e influência. Dessa forma, ficam estabelecidos os grupos de audiência, viabilizando o dirigismo de narrativas que se concretiza por meio de tecnologias de publicidade.

3.3.2.3 Tecnologia de anúncio dirigido

Uma característica do marketing moderno está na prática da comunicação segmentada. Mensagens de qualquer campanha são dirigidas para que quem as receba se identifique de imediato. Nix diz:

[...] você não receberá mais anúncios de produtos e serviços com os quais não se importa, e sim você receberá apenas anúncios que não estão apenas nos produtos e serviços ou no caso de questões eleitorais que mais lhe interessam, mas que foram matizadas para refletir a maneira como você vê o mundo (CONCORDIA, 2016).

No hall de recursos técnicos, estão os rastreadores, como afirma Nix:

Cookies para direcionar banners de mídia social de publicidade digital e similares, obviamente podemos usar esses dados para o envio de uma mala direta, de maneira que um marido de uma família possa receber uma correspondência, mas sua esposa possa receber uma correspondência diferente, possivelmente até mesmo sobre o mesmo problema (CONCORDIA, 2016).

Nix revela entusiasmo com as possibilidades de uso dos dados, o que nos remete à noção de convergência, mencionada quando abordada a questão da numerização de todos os conteúdos (DE KERCKHOVE, 1997):

O mais empolgante de tudo provavelmente é o fato de que podemos pegar esses dados e combiná-los com os dados de televisão ou cabo, pois, toda vez que você assiste TV, os programas que você está assistindo estão sendo gravados e essas informações estão

sendo enviadas de volta ao seu provedor de cabo. Portanto, podemos combinar o que você assiste de forma que possamos começar a selecionar programas para anunciar em que temos a maior densidade do público-alvo que estamos tentando alcançar, isso não apenas reduz drasticamente o custo de sua publicidade, mas, claro, melhora o retorno do investimento (CONCORDIA, 2016).

Ao final da apresentação, Alex provoca: “[...] mas o que posso dizer é que dos dois candidatos que sobraram nesta eleição um deles está usando essas tecnologias e vai ser muito interessante ver esse impacto nas próximas sete semanas”.

3.3.3 Segundo movimento – Campanha Donald Trump

No caso de Donald Trump, seguiu-se a mesma metodologia, no entanto, com complexidade maior. A executiva Molly Schweickert, vice-presidente de *Global Media* da *Cambridge Analytica*, apontou as diferenças durante evento de marketing digital da D3con. Nesse caso, além das explicações técnicas apresentadas no evento, a pesquisa complementa os dados com matérias publicadas noticiando as questões relacionadas à vigilância e à desinformação pertinentes ao caso.

Foi utilizado um processo complexo de pesquisa e modelagem matemática, acompanhando toda a jornada eleitoral, sempre com a preocupação de enviar mensagem customizada para determinado perfil demográfico, psicossocial e, principalmente, de personalidade. Uma ocorrência não mencionada no evento que, depois, surge em matérias, é a suposta utilização de teorias conspiratórias como recurso de sensibilização, por exemplo, a promoção do caso *Pizzagate*:

A principal conspiração a circular na época foi o chamado *Pizzagate*, acusação falsa de que a candidata democrata e rival de Trump, Hillary Clinton, comandaria uma rede de pedofilia cuja sede ficaria numa pizzeria em Washington. Tudo começou com um boato de que escravos sexuais eram mantidos numa pizzeria mencionada numa troca de e-mails de funcionários da democrata - e terminou dias antes do discurso dela, quando um homem entrou no estabelecimento com um rifle. Ninguém se feriu, e o homem foi preso. Depois da eleição americana, o fenômeno das fake news começou a ter ampla análise. E só dois anos depois a forma como conspirações eram distribuídas no Facebook foi compreendida a partir do escândalo da *Cambridge Analytica*. (BBC, 2021).

O final do processo de análise pressupõe o envio de narrativas que determinado perfil deve fazer uso para seu processo de construção identitária. O dirigismo de narrativas aparece em fala do ex-funcionário da consultoria Christopher Wylie ao canal CNN, exposta em matéria para o site *Newsweek*: "Estávamos testando todos os tipos de mensagens e todos os tipos de imagens. Isso incluía imagens de paredes, pessoas escalando paredes". Ele complementa,

dizendo que testaram ideias de mensagens como "o governo está conspirando contra você" (LANKTREE, 2018).

Ao entender que determinado grupo possui viés mais conservador, a campanha do ex-presidente americano pôde fazer uso de notícias do tipo *Pizzagate*. Essa conexão, viabilizada pelos formatos de publicidade do Facebook, permitia criar paisagens informacionais em escala, impactando fortemente na percepção dos eleitores americanos.

Embora esse processo seja marcado pela segmentação de audiências específicas, trata-se de um agrupamento de massas, uma vez que os grupos de cada perfil reúnem grande densidade de usuários. Esse aspecto é próprio do processo de desinformação associado à vigilância, que se consuma quando, em maior ou menor grau, torna-se massificado.

Molly Schweickert, ex-executiva da empresa, comentou sobre o uso das ferramentas em um contexto do chamado *native ads*, tipo de publicidade que se aproxima do editorial, pois o anúncio tem toda a estética de uma matéria:

Estávamos fazendo o melhor uso do curto período de tempo e da curta quantidade de recursos, para realmente estar falando com nosso público-alvo. Como era a publicidade de persuasão, tipo de publicidade que se destina a mudar a opinião de alguém, abordamos questões específicas. (A ideia era) mudar a dinâmica da publicidade política padrão que muitas vezes é extremamente chata ou negativa. Algo que as pessoas podem facilmente olhar, particularmente em um ano em que já estão ouvindo muito sobre isso (D3CON, 2017).

A preocupação em acertar a linguagem era prioridade, apontou Schweickert:

[...] quando o tipo de anúncio era publicidade nativa, trabalhamos em colaboração com alguns editores específicos. Neste caso, do site Politico, trabalhamos com eles para produzir um anúncio online muito interativo, exibido apenas para indivíduos particularmente segmentados [...] para que não fosse um desperdício de financiamento [...]. Sabíamos que estaríamos mostrando isso para as pessoas certas [...] sempre buscando uma forma de garantir que as pessoas tivessem um conteúdo mais consistente e algo que fosse realmente interessante e bonito (D3CON, 2017).

Depois de expor o caso, pode-se refletir sobre cada etapa desse processo para uma compreensão melhor da relação entre vigilância, desinformação e subjetivação. Como ponto de partida, segue-se focando, mais especificamente, a questão das narrativas e sua conexão com o processo identitário.

3.3.4 Narrativa na construção identitária e sua potência de controle

Como observado no primeiro capítulo, a profusão de narrativas compõe parte importante da desinformação estabelecida no meio digital. O conceito de desordem informacional e a noção de infodemia se baseiam nessa multiplicidade discursiva em crescente produção nas redes. O ponto específico que se viabiliza a partir da acuracidade do dirigismo

dessas narrativas é o fato de as narrativas digitais se tornarem formas do indivíduo expressar sua identidade.

O design estabelecido para que o usuário interaja nas redes facilita o atendimento do viés identitário, a começar pelo fato de que a interação mais comum, na maior parte das redes, é o indivíduo indicar que gostou de determinado conteúdo. Sob a perspectiva da dataficação, os conteúdos curtidos e os compartilhados referem-se mais à identidade do usuário do que, propriamente, ao conteúdo em questão.

Com a chegada da internet, a abertura de canais de publicação, posteriormente, as redes sociais, o processo de construção identitária do indivíduo sofre uma drástica transformação, caracterizada por uma sociedade altamente demandante de narrativas, seja por compartilhar sua subjetividade ou por conectar-se às subjetividades de outras pessoas e, por meio dessas conexões, compor a própria identidade.

Essa demanda passa a ser atendida, pois a oferta de narrativas evolui junto ao progresso das tecnologias. Isso se observa desde a concepção do alfabeto grego, posteriormente com a prensa, o rádio e a televisão, propondo haver uma relação entre as tecnologias de distribuição de narrativas com a demanda por narrativas na construção de subjetividade. Ou seja, quanto mais acesso às narrativas, maior sua demanda em função da construção identitária.

Até no contexto da televisão, a relação do indivíduo com narrativas era majoritariamente reativa, como audiência, uma vez que os sistemas midiáticos operam por modelo fechado. No entanto, a internet, inicialmente com blogs e, posteriormente, com as redes sociais, cria uma situação nova que faz surgir a figura do *prosumer*, reunindo a produção e o consumo de narrativas no mesmo indivíduo.

Nesse contexto, o processo de subjetivação dirigido à construção de um “eu” passa a ter, em sua composição, a visibilidade desse “eu” perante a sociedade. Ou seja, a subjetividade passa a se construir no coletivo, por meio de narrativas. Sibilia aborda a necessidade crescente do olhar do outro para o indivíduo ratificar a sua existência:

Afinal, o que se busca ao se exibir nas redes? Seduzir, agradar, provocar, ostentar, demonstrar aos outros - ou a alguém em particular - quanto se é belo e feliz, mesmo que todos estejam a par de uma obviedade: o que se mostra nessas vitrines costuma ser uma versão "otimizada" das próprias vidas. (SIBILIA, 2016, p. 42).

O indivíduo não se define apenas pelo que pensa ou faz, mas também pelos feitos que compartilha e os pensamentos que externa no ambiente digital, mesmo no âmbito das mensagens privadas. O próprio convite feito ao usuário do Facebook é emblemático ao solicitar que poste em seu *feed* perguntando: “no que você está pensando?”

Nesse contexto, as narrativas ampliam sua função de registrar histórias, assumindo um papel de ferramenta identitária. Ao conectar-se, mais do que propriamente consumir essa narrativa, o indivíduo cria uma espécie de nó existencial, ratificando sua identidade.

Trazendo essa questão para o processo de desinformação, um dos aspectos das notícias, conceitos e teorias conspiratórias é o atendimento a esse propósito de construção identitária. Importante enfatizar que nem toda notícia falsa possui relação com esse aspecto. No entanto, como o objeto desta pesquisa explora a desinformação associada à contraposição entre privacidade e vigilância, o aspecto identitário da desinformação torna-se o foco mais relevante.

Nesse contexto, as narrativas são componentes de uma plataforma de crenças, pois a adesão a uma narrativa pode significar a crença em um conjunto de ideias relacionadas diretamente ou não relacionadas à narrativa em questão. Esse fato pode ser entendido observando alguns grupos do Facebook.

Um usuário que aderiu ao grupo "vacinas causam autismo" (extinto pela própria plataforma) recebia, por meio dele, conteúdos de outra natureza, como posicionamentos políticos mais radicalizados, crença na efetividade de uma ciência alternativa e críticas à indústria farmacêutica, esboçando o interesse mais abrangente dos seguidores.

Tendo esse grupo como exemplo, o usuário que adere à narrativa que associa vacina a autismo também pode se interessar por narrativas extremistas. Assim, fica conectado a uma plataforma de crenças composta por narrativas diversas em um processo de promoção identitária, uma vez que curtir ou fazer parte do grupo, permite a ele manifestar sua adesão a um conjunto de pensamentos, expressando como sujeito. Pela conotação de movimento, os grupos antivacinas ganharam popularidade nas redes e, mesmo extintos, usufruem da convergência de sua base, migrando para outras redes e plataformas.

Se a construção identitária cria, nas narrativas, um atrativo natural para encontrar audiências, quando proativamente enviadas para o público de interesse, o engajamento é imediato, com grande potencial de escala. A possibilidade de dataficação para agrupar audiências por interesses e a possibilidade de disparar mensagens de maneira dirigida, via tecnologia de anúncio dirigido, como mencionado no caso da *Cambridge Analytica*, criam uma combinação potente para a informação e, sobretudo, para a desinformação.

3.3.5 Dataficação e perfilamento das audiências

Como já abordados, a dataficação e o perfilamento de audiências criam a condição para a distribuição de mensagem com bastante acuracidade, ligando perfis a narrativas de interesse

de maneira efetiva. No entanto, a consciência sobre esse cruzamento não é natural para a compreensão do usuário digital que busca, simplesmente, um benefício específico em troca de seus dados.

Ao informar sua localização em rede social, por exemplo, o usuário espera receber informações associadas à determinada região. No entanto, entregue para uma plataforma com uma contrapartida clara, esse dado pode ser obtido por outras pessoas e organizações para outras finalidades por meio de práticas como a raspagem de dados, como informa Mendes (2019) via projeto Colaboradados. Essa prática de raspagem pode ser manual, driblando os sistemas antirraspagem das plataformas, ou automatizada, por meio de práticas como HTML Parsing e DOM Parsing. Toda essa informação tem criado um mercado de dados, como abordado por Mello, que alertava para o risco dessa prática em contextos eleitorais, mencionando que o processo de raspagem conseguia relacionar números de celulares registrados no Instagram com postagens específicas feitas por usuários, viabilizando a oferta de bancos de dados temáticos para o disparo em massa de mensagens via WhatsApp:

Por exemplo, seleciona um banco de dados de pessoas que postaram no Instagram usando #direitoaoaborto ou #shoppingiguatemi ou de perfis que curtiram uma foto específica. Com essas informações, forma-se um banco de dados de usuários para enviar mensagens em massa por WhatsApp, por exemplo. (MELLO, 2020).

Outra manobra para obtenção de dados está no formato pesquisa de personalidade, a exemplo do ocorrido no caso da *Cambridge Analytica*, que adquiriu dados obtidos via aplicativo *thisisyourdigitallife* que “[...] oferecia a centenas de milhares de usuários pequenas quantias para que eles fizessem um teste de personalidade e concordassem em ter seus dados coletados para uso acadêmico” (CRUZ; UCHINAKA; RIBEIRO 2018).

O resultado dessa dataficação é o perfilamento que, a partir da estruturação dos dados, torna-se possível, organizando os usuários em grupos com mesmo perfil. No caso retratado na matéria da *Folha de S.Paulo* (MELLO, 2020), o perfilamento poderia ser feito agrupando perfis engajados na questão do aborto, sendo possível, provavelmente, uma segmentação demográfica por idade e gênero.

No caso da *Cambridge Analytica*, o método usado foi o modelo OCEAN, desenvolvido pela Universidade de Cambridge, baseado em psicometria, classificando perfis por níveis de abertura a novas ideias, criando grupos por comportamento. Muitas vezes, esse perfilamento não depende de dados inseridos em um cadastro, pois a simples interação em uma plataforma fornece grandes insumos para o processo de dataficação:

Com 68 likes é possível prever sua raça (95% de precisão), orientação sexual (88%) e filiação a um partido (85%). Curtidas revelam ainda gênero, religião, tendência à depressão, uso de drogas, QI, se os pais são casados e muito mais. Todas as interações

são guardadas e cruzadas com outras informações, usando aprendizado de máquina e algoritmos. (CRUZ; UCHINAKA; RIBEIRO, 2018).

Com a informação estruturada, tem-se o conhecimento próprio da vigilância, tornando-se possível consumá-la por meio de uma interferência informacional, caracterizada pela distribuição segmentada de narrativas.

3.3.6 Segmentação de massa

Também fazendo uso do caso *Cambridge Analytica* como exemplo, o final do processo pressupõe o envio de narrativas que determinado perfil deve utilizar para seu processo de construção identitária. Ao entender que determinado grupo tem um viés mais conservador, a campanha do ex-presidente americano pode fazer uso de notícias falsas como, por exemplo, o caso *Pizzagate*, que acusava sua oponente Hillary Clinton de fazer parte de uma rede de prostituição envolvendo menores de idade e restaurantes.

Esse tipo de conexão, viabilizada pelos formatos de publicidade do Facebook, cria paisagens informacionais em escala, permitindo impactar intensamente a percepção de muitos eleitores americanos que ainda não tinham posição para o pleito.

Embora marcado pela segmentação, um agrupamento é uma segmentação de massas, uma vez que os grupos de cada perfil reúnem grande densidade de usuários. Esse aspecto é característico do processo de desinformação associado à vigilância, consumando-se quando, em maior ou menor grau, torna-se massificado.

A ocorrência dessa massificação também foi noticiada nas eleições presidenciais brasileiras de 2018, quando se verificou a utilização de soluções digitais de disparos de mensagens em massa nas campanhas no segundo turno. Durante 2018, o Tribunal Superior Eleitoral teve 50 ações protocoladas na corte (TSE).

Nas eleições seguintes, as municipais de 2020, o Facebook relata medidas sistêmicas em resposta a essas ocorrências, demonstrando que a massificação ocorre mesmo em aplicativos de mensagens privadas.

O WhatsApp tem restringido o compartilhamento de conteúdos, reforçando suas características de aplicativo de mensagens privadas. Desde 2019, por exemplo, mensagens no WhatsApp encaminhadas mais de cinco vezes passaram a ser marcadas como “encaminhadas com frequência”, a partir de 2020, a ferramenta passou a limitar o repasse de mensagens a uma única conversa por vez. A empresa destacou que a mudança levou a uma redução global,

também observada no Brasil, de 70% no número de mensagens frequentemente encaminhadas pelo aplicativo.

Os aplicativos de mensagens privadas merecem um tratamento à parte, uma vez que manifestam outra importante convergência entre desinformação, vigilância e privacidade.

3.3.7 Desinformação em aplicativos de mensagens privadas

Parte importante do tráfego da internet tem origem no movimento conhecido como *dark social*, que nada mais é do que as visitas aos sites com origem em cliques compartilhados em aplicativos de mensagens instantâneas como o WhatsApp e o Telegram. O acesso gerado pelos aplicativos de troca de mensagens entra nesse parâmetro e tem demarcado mais de 80% dos acessos aos sites de notícias, ou seja, boa parte do tráfego vem desses lugares. O Brasil figura entre os países mais presentes nesse tipo de solução: estima-se que, aproximadamente, 120 milhões de brasileiros estão no WhatsApp e 53% dos smartphones brasileiros têm o Telegram instalado.

Se as redes sociais e seus algoritmos são lugares onde a vigilância ocorre abertamente, na própria mecânica sistêmica das plataformas, a distribuição e o lastro da desinformação são potencializados nos aplicativos de mensagens privadas, nos quais a criptografia torna o acesso aos teores dos diálogos naturalmente bloqueados, como relata matéria do *Washington Post*:

A natureza fechada dos serviços de mensagens complica a já difícil tarefa de combater rumores e reprimir mentiras. Ao contrário dos fóruns amplamente abertos do Facebook e do Twitter, o WhatsApp hospeda conversas privadas entre grupos de amigos. Ele é criptografado ou embaralhado matematicamente, para que ninguém – nem mesmo os funcionários do serviço – possa ler o conteúdo das mensagens que não foram destinadas a eles. (DWOSKIN; GOWEN, 2018, tradução nossa).

Embora tenha a criptografia, os metadados do aplicativo já permitem várias situações relacionadas à desinformação em ambientes fechados. As possibilidades de engenharia social, que criam falsas contas de usuários, espalhando golpes, é um exemplo. Além disso, os *apps* de mensagens privadas também têm sido usados para distribuição de mensagens em massa, algo que as plataformas vêm coibindo.

A atuação da desinformação em *apps* de mensagens privadas ocorre pelo contexto de convergências, não se restringindo ao *app* em si, mas à combinação entre redes sociais, sites e demais soluções tecnológicas. Cada plataforma tem características específicas, como observadas a seguir.

3.3.7.1 Whatsapp

O Whatsapp foi desenvolvido em 2009 e, já em 2014, reunia 450 milhões de usuários ativos mundialmente. Mais da metade desse número foram adesões ocorridas apenas no intervalo de um ano, entre 2013 e 2014. Na sequência, a empresa foi comprada pelo Facebook (Grupo Meta) por 19 bilhões de dólares.

Em matéria à revista *Wired*, pouco antes da venda, seu co-fundador Jan Koum contou que o objetivo do *app* se resumia a três pontos: não ter publicidade, ter uma boa experiência e não armazenar mensagens para não colocar em risco a privacidade dos usuários. Outro importante aspecto que assegura essa maciça adesão é o fato de estabelecer-se como uma ferramenta gratuita.

Até 2016, no entanto, o *app* não fazia uso da criptografia de ponta a ponta. Quando adotada, foi amplamente divulgada, por exemplo, em matéria de Cade Metz (2016) para a revista *Wired*.

A criptografia do WhatsApp é exaltada como uma das mais eficientes entre os *apps* de mensagens privadas. Esse nível de proteção já foi alvo da justiça americana e da brasileira, que solicitaram o inviável desbloqueio da criptografia durante processos investigativos e judiciais.

O protocolo de criptografia do WhatsApp foi desenvolvido pela empresa Open Whisper Systems, fundada por Moxie Marlinspike em 2013, mesmo ano de criação do protocolo *Signal*, aplicado em diversas soluções de *app* de mensagens. Posteriormente, o *Signal* também se tornou um *app* com pretensões de competir com o WhatsApp, alegando maior proteção à privacidade.

No entanto, a segurança da criptografia esbarra em dois pontos: 1) a maneira como as empresas armazenam os metadados, uma vez que essas informações, dependendo de como são disponibilizadas, permitem o cruzamento com outras bases, viabilizando uma espécie de vigilância que resulta em golpes; 2) a inviabilidade de conhecer o teor das informações também impõe dificuldade no controle das notícias falsas. Restando algumas aplicações como a rotulagem de mensagens, tais como os alertas de “encaminhadas com frequência”, referentes a mensagens divulgadas mais de cinco vezes. Nesse caso, um alerta é emitido ao usuário informando que determinado conteúdo tem sido compartilhado com frequência e, por essa razão, há maior possibilidade de ser falso.

O relatório do Projeto de Propaganda Computacional da Universidade de Oxford analisou a incidência de desinformação no WhatsApp em 10 países, dos quais sete foram constatados como polos de desinformação, entre eles, o Brasil.

Mesmo com linhas diretas de denúncias, a distribuição de notícias falsas segue acontecendo velozmente, sendo difícil contê-las antes de sua massificação por meio do aplicativo. No Brasil, um caso emblemático foi relacionado à vacina de febre amarela, no qual uma informação falsa alegava que a vacina contra a doença determinada pelo governo seria perigosa. Em 2018, a epidemiologista franco-americana Laurence Cibrelus, chefe da estratégia de combate à doença na OMS, afirmou que a desinformação foi o vetor da queda do índice de vacinação no período, de 80% para 55%. Matéria no site *Nexo* reforça o atributo de confirmador de viés, próprio do WhatsApp:

Por se tratar de uma plataforma mais difundida e com grande capilaridade em todos os segmentos da população, o WhatsApp funciona como um poderoso instrumento de confirmação de viés (confirmation bias). Por exemplo, se alguém já predisposto à xenofobia passa a ser bombardeado por mensagens que dizem que o vírus da covid-19 foi fabricado em um laboratório chinês com a intenção de quebrar as outras economias ao redor do planeta, o mais provável é que essa mesma pessoa que se identificou com tal teoria conspiratória a repasse imediatamente (ARAÚJO, 2021).

Outro ponto de atenção no WhatsApp são os grupos, pois, neles, há trocas de mensagens em que um processo de desinformação pode ser detonado em pouco tempo.

3.3.7.1.1 Grupos

No WhatsApp, os grupos – que eram inicialmente mais restritos a pessoas próximas – têm se tornado fóruns cada vez maiores, estabelecendo a convivência entre muitas pessoas desconhecidas. Nesses grandes fóruns, também se torna possível o acesso ao número de contato dos usuários, que é a chave para acessar as contas dos usuários.

As discussões sobre o Projeto de Lei das Fake News (BRASIL, 2020) buscam estabelecer um número máximo de membros por grupo no WhatsApp, por entender que agrupamentos massivos têm potencial disseminador enorme. No entanto, o WhatsApp já anunciou que aumentará o limite de membros em grupos de 256 para 2.560 mil integrantes. Por acordo com o TSE, o recurso só estará disponível após as eleições de 2022.

3.3.7.2 Telegram

O Telegram foi desenvolvido em 2013 pelos irmãos Nikolai e Pavel Durov, fundadores do VK, a maior rede social da Rússia. O aplicativo de mensagens possui o protocolo MTProto.

A grande diferença com relação ao WhatsApp é que, no Telegram, até o fechamento desta dissertação, o usuário pode criar grupos com até 200 mil membros.

A criptografia do Telegram apresenta-se de duas formas: 1) cliente-servidor, na qual a proteção da mensagem é menor, uma vez que ela não trafega completamente cifrada; 2) *End to end* ou ponto a ponto no mesmo modelo que a do Whatsapp, porém, para operar a conversa nesse modo, é importante que a troca de mensagens esteja configurada para o modo *chat* secreto, que não mantém *backups* na nuvem.

A não intervenção da plataforma sob o que nela circula, sem rotulação de mensagens ou limites de compartilhamento, dá ao Telegram grande potencial para a desinformação. Como o Twitter, Facebook e até mesmo o Whatsapp têm restringido a propagação de notícias falsas, muitos perfis encontram no Telegram um refúgio para essa propagação, resultando, por exemplo, em grande crescimento de grupos antivacina na plataforma.

Essa relação entre o Telegram e seu potencial no campo da desinformação teve um marco: pela ausência no atendimento de demandas das autoridades brasileiras, em março de 2022, o ministro do STF Alexandre de Moraes determinou a interrupção dos serviços do Telegram no país. A decisão foi revogada após a ferramenta atender às requisições do ministro, sendo elas: a necessidade de indicação do representante da empresa no Brasil; a informação de todas as providências adotadas para combater a desinformação e a divulgação de notícias falsas no canal; a imediata exclusão de publicações no link [jairbolsonarobrasil/2030](https://t.me/jairbolsonarobrasil/2030) e o bloqueio do canal [claudiolessajornalista](https://t.me/claudiolessajornalista).

No Brasil, outro fato de destaque envolvendo a plataforma ocorreu em 2019, com o vazamento das conversas do então juiz Sérgio Moro ao site *The Intercept Brasil*. Nesse caso, havia uma suposta relação entre o fato de o aplicativo não ter a criptografia de ponta a ponta ativa para todas as suas mensagens e a ocorrência do vazamento.

3.4 A vigilância e a sociedade

3.4.1 Vigilância na cultura

A vigilância informacional está imersa na sociedade moderna, atingindo níveis profundos como os sistemas sociais da cultura e da economia. Isso sugere que a vigilância é um processo adensado na sociedade moderna, com perspectiva longa.

Uma das obras literárias mais emblemáticas sobre a vigilância é *1984*, o clássico de George Orwell publicado em 1949. O livro apresenta uma sociedade severamente vigiada por

um sistema chamado *Big Brother*, inspirando, anos depois, o programa de TV de mesmo nome. A livro aponta vários indícios de que a vigilância informacional não só se efetivou, mas se alastrou em registros culturais. Em Orwell, a vigilância informacional está no centro de uma sociedade marcada pelo autoritarismo, onde a intervenção aos cidadãos não alinhados com o “partido” refletia em seus desaparecimentos sumários, tornando-os vítimas do sistema.

Tirando esse aspecto que aproxima a história de Orwell mais da sociedade disciplinar de Foucault do que da sociedade do controle de Deleuze, o livro promove uma reflexão sobre a vigilância informacional, relacionando-a com mecanismos de desinformação observados na atualidade. O personagem do livro, Winston, que trabalhava no “Ministério da Verdade”, era responsável por reescrever artigos jornalísticos alterando textos antigos para que as previsões do governo sempre parecessem certas ou favoráveis. Essa parte do livro é tratada com mais detalhes à frente, quando a dissertação entra no tema da subjetivação, mais especificamente, do efeito da relação entre a vigilância e a desinformação na memória.

Fazendo uma correspondência com os dias atuais, tem-se, no fenômeno do chamado “negacionismo”, manifestado nas redes sociais, alterações de narrativas históricas como, por exemplo, a crença de que o nazismo não existiu ou de que não houve ditadura no Brasil. Contudo, essas alterações de narrativas não necessariamente se restringem a uma prática específica de governo. Trata-se de manifestações distribuídas do controle, bastante associadas à descentralização das redes.

Ao discutir essa cultura da vigilância, Lyon argumenta o quanto esse registro de Orwell, amplamente citado, não corresponde ao contexto de vigilância atual. Para ele, a diferença está na perspectiva dessa observação vigilante, não sendo, estritamente, o modelo panóptico realizado por um governo central:

Não que Orwell não tivesse nada a dizer - longe disso; seu trabalho ainda é profundamente relevante, retratando algumas características dolorosamente familiares para muitos que viveram durante as ditaduras do século XX, alertando contra uma queda sutil no controle do Estado dentro de supostas democracias liberais e exortando os leitores a buscar um mundo de decência, tolerância e humanidade. Em vez disso, minha mensagem é que o Big Brother é a metáfora errada para a vigilância hoje. Persistir com a linguagem de um tirano totalitário que ameaça suas vítimas com ratos vorazes e botas de cano alto simplesmente desvia a atenção do que realmente está acontecendo no mundo da vigilância. Algumas situações de vigilância são de fato sinistras e sádicas e, com razão, deploráveis como tal. Mas a experiência da maioria das pessoas com vigilância hoje não é assim, e é por isso que ir além do Big Brother é necessário agora mais do que nunca. (LYON, 2018, p. 16, tradução nossa).

Lyon aponta registros culturais mais associados ao contexto atual, por exemplo, o romance *The Circle* de Dave Eggers, como sendo um discípulo moderno de Orwell:

Dave Eggers, autor inspirado de *The Circle*, deliberadamente faz referência a Orwell por meio de dispositivos como slogans atualizados. “Liberdade é a escravidão” dá lugar a “Compartilhar é cuidar” neste mundo de vigilância suave de conforto do consumidor e roupas de trabalho casuais. E, como Peter Marks observa secamente, *The Circle* é filho do Big Data, e não do Big Brother. Esse é o ponto. As culturas de vigilância de hoje, essas formas cruciais de ver e estar no meio digital, são inseparáveis do chamado esgotamento de dados que jorra de milhões de máquinas a cada momento de todos os dias e do esforço global ganancioso para criar valor a partir delas. O que as pessoas percebem, em geral, é o incrível poder da internet para mantê-las conectadas, divertidas, entretidas, abastecidas, atualizadas, tranquilas e informadas. À medida que se envolvem com o mundo online, no entanto, eles não apenas improvisam respostas para as formas sutis como são observados, mas também usam essas tecnologias de vigilância para seus próprios fins. Assim, nascem novas culturas de vigilância. (LYON, 2018, p. 20).

A cultura da vigilância tem ampliado sua linguagem. Lins e Bruno (2010) discutem as práticas estéticas e artísticas da vigilância, demarcando um aspecto importante: a representação da vigilância se expande de imagens clássicas de câmera de circuitos internos para um registro muito diverso, indicando como a vigilância, hoje, é feita por meio de diferentes interfaces.

Outro ponto importante pode ser observado no 15º CINEBH (Mostra Internacional de Cinema de Belo Horizonte), realizado em 2021, cujo tema foi “cinema e vigilância”, propondo uma interessante discussão entre os dois elementos:

Desde a invenção das tecnologias que permitiram a captação e reprodução da imagem em movimento, as palavras “cinema” e “vigilância” caminham lado a lado. Filho do capitalismo industrial e símbolo da modernidade, o cinema nasce, paradoxalmente, como produtor de encantamento, graças à sua capacidade de capturar a vida no tempo, e como um dispositivo que inaugura novas possibilidades de vigilância e controle. (CINEMA E VIGILÂNCIA, 2021).

Assim como Orwell, o festival também observa uma relação entre vigilância e desinformação:

A incidência desse novo estatuto da vigilância, que atravessa a economia, os costumes e o imaginário, tem influenciado a imaginação de cineastas e orientado uma nova intersecção entre estética e política, entre privacidade e espetáculo, entre linguagem e fato. No tempo das fake news, o mito da imagem como testemunho já não determina mais os problemas do que seria uma dicotomia entre o real e o simulacro. O que a ficção do cinema durante o século XX imaginava como distopia de uma sociedade controlada por uma instância de poder invisível – como na série *Doutor Mabuse*, de Fritz Lang – ganhou uma dimensão inimigável. (CINEMA E VIGILÂNCIA, 2021).

Apresentada por Lyon, uma observação interessante dessa cultura está na magnitude da vigilância. Segundo o autor, ela apresenta-se adensada em diferentes campos da sociedade, e sua interferência muito conectada ao conhecimento de natureza interventiva que produz, mais especificamente, seu caráter preditivo:

Não apenas isso. A vigilância ocorre em todas as esferas da vida que antes ficavam em silos muito mais separados. Assim, disciplina - para não falar do consumo - e segurança estão na verdade relacionadas, nessa visão, algo que até Michel Foucault deixou de reconhecer. Foucault insistia na separação deles justamente no momento em que suas conexões eletrônicas eram reforçadas. A segurança agora usa a disciplina, por exemplo, no controle de fronteiras. A segurança se transformou em uma empresa voltada para o futuro - perfeitamente capturada no romance e filme *Minority Report* (2002) ou na série de TV americana *Person of Interest*, amplamente assistida - e funciona por meio da vigilância, tentando monitorar e até mesmo prevenir o que irá acontecer, usando técnicas digitais e raciocínio estatístico, muitas vezes referido hoje como Big Data. (LYON, 2018, p. 98).

Esses registros da vigilância em manifestações culturais seguem ocorrendo, a exemplo das produções *Privacidade hackeada* e *Dilema das redes*. No Brasil, até na música nota-se o registro desse movimento, por exemplo, na música de Caetano Veloso (2021):

Uns anjos tronchos do Vale do Silício
Desses que vivem no escuro em plena luz
Disseram vai ser virtuoso no vício
Das telas dos azuis mais do que azuis
Agora a minha história é um denso algoritmo
Que vende venda a vendedores reais
Neurônios meus ganharam novo outro ritmo
E mais e mais e mais e mais e mais
(ANJOS..., 2021)

Embora não haja uma crítica dirigida ao Estado, como em Orwell, os registros passam a simplificar o fenômeno das redes como um jogo de poder focado nas empresas de tecnologia do Vale do Silício. Indo mais a fundo nesse aspecto, surge o termo “capitalismo da vigilância” (ZUBOFF, 2021), que observa como essa vigilância institucionalizada na cultura mundial, está inserida no modelo econômico da sociedade.

3.4.2 Vigilância na economia

Talvez, o traço de maior impacto social da vigilância esteja no seu viés econômico. Um dos mais antigos modos de conversão de dados em recursos financeiros é a espionagem industrial. A prática visa à obtenção de informação de forma a convertê-la em vantagens financeiras. Um dos seus modos de atuação consiste em uma determinada empresa buscar a descoberta de segredos industriais de sua concorrente.

Esse uso da informação é um processo que perpassa as sociedades da disciplina e do controle. Em um período transitório entre os dois modelos sociais, na década de 1930, o marketing e a publicidade iniciam o uso das pesquisas de mercado. A prática, como é sabido, é utilizada para transformar as informações coletadas na pesquisa em serviços, produtos ou narrativas, ou seja, seu valor monetário se converte no consumo desses itens transformados de acordo com o que é extraído nas pesquisas.

Hoje, o valor financeiro não depende da reversão do dado em um determinado benefício de produto, serviço ou de comunicação dirigida ao consumo. Atualmente, o valor do dado está no próprio dado, entendendo que ter bancos de dados estruturados significa um alto poder social e financeiro simplesmente pela sua posse, não sendo necessário fazer do dado um meio para criar algo no qual se irá capitalizar.

Por isso, a vigilância de dados praticada hoje reconfigura o modelo econômico do capitalismo, conforme discutido por Zuboff (2021) em sua noção de "capitalismo de dados".

A monetização das plataformas é um marco para esse capitalismo. O Google, fundado em 1998, apresenta dois anos depois, em 2000, seu modelo publicitário de link patrocinado, combinando técnicas já existentes aplicadas a um novo contexto. Os anúncios *pay per click*, que o investidor pagava somente quando o seu anúncio recebia o *click*, traz uma diferença em associar um anúncio a um termo pesquisado na ferramenta. Para Zuboff (2021), “[...] o Google é para o capitalismo de vigilância o que a Ford Motor Company e a General Motors foram para o capitalismo gerencial com base na produção em massa”:

Em termos operacionais, significava que o Google usaria seu próprio e crescente cache de dados comportamentais e seu poder e expertise computacionais com a única tarefa de combinar anúncios com buscas. Uma nova retórica se instalou para legitimar esse inusitado movimento. Se era para haver propaganda, então ela teria de ser “relevante” para os usuários. Anúncios não estariam mais ligados a palavras-chave numa pesquisa, e sim um anúncio específico seria “direcionado” a um indivíduo específico. Garantir esse Santo Graal da propaganda asseguraria relevância aos usuários e valor aos anunciantes. (ZUBOFF, 2021, p. 215).

Outra questão presente em Zuboff (2021) é a abordagem do processo de dataficação do Facebook, algo chave nas discussões levantadas a partir do caso *Cambridge Analytica* por ter uma conexão maior com as questões de subjetividade, como mencionado no estudo *Evidência experimental de contágio emocional em larga escala por meio de redes sociais*:

Os resultados experimentais não deixavam espaço para dúvidas de que mais uma vez as deixas subliminares do Facebook, programadas com cuidado, indetectáveis e

incontestáveis, transpunham a tela dos dispositivos para adentrar a vida diária de centenas de milhares de usuários ingênuos, previsivelmente acionando qualidades específicas de expressão emocional através de processos que operam fora da consciência dos alvos humanos [...].

A publicação do estudo do Facebook suscitou um debate feroz quando especialistas e o grande público começaram, enfim, a avaliar o poder sem precedentes do Facebook — e de outras companhias da internet — de persuadir, influenciar e, em última instância, fabricar comportamentos. (ZUBOFF, 2021, p. 842).

Se, por um lado, têm-se a inteligência conectiva, a desinformação e a vigilância como potenciais nativos do sistema da internet, seu adensamento na cultura e na economia indicam tratar-se de um paradigma longo, em que as discussões sobre sua evolução necessitam partir do pressuposto de não ser algo que se combata, mas que se calibra. Uma tentativa, em curso no Brasil, de calibragem dessa vigilância, visando a menor incidência de desinformação, está presente nas discussões do PL 2630 (BRASIL, 2020), conhecido como Lei das Fake News, analisado a seguir.

3.4.3 O PL 2630 e a relação entre desinformação e vigilância

A análise das discussões sobre o PL 2630 feita aqui não é sobre a qualidade jurídica da lei, até mesmo porque, no momento de fechamento desta dissertação, o PL ainda está em discussão, não tendo o seu texto final aprovado na Câmara dos Deputados.

No entanto, analisar os debates em torno do projeto, as resistências, convergências e alterações no texto original, permite notar que qualquer discussão que se proponha intervir no cenário da desinformação irá conectar-se a dilemas relacionados à gestão de dados, à privacidade e à vigilância. O PL 2630 (BRASIL, 2020), inicialmente apelidado como Lei das Fake News, não consegue progredir em seu propósito sem tocar em questões associadas não só à produção, mas, principalmente, à distribuição e reprodução de informação em meio a complexidade da internet.

Como já abordada, a relação entre desinformação e vigilância é demarcada por três elementos: a narrativa de construção identitária, a dataficação e a ativação da segmentação de massa, muito possível por meio de modelos de publicidade que permitem a mensagem dirigida via dinâmicas digitais de buscas, interações e formação de paisagens informacionais, como resultado desse processo.

Sugerindo que o problema das fake news não se reduz à intenção de quem as produzem e propaga, o PL 2630 a trata como uma questão sistêmica em que o processamento da

informação pelo indivíduo que a recebe possui a mesma ou maior importância do que a compreensão das suas origens ou tentativa de impedimento de sua criação.

A premissa de que a desinformação é uma questão sistêmica traz ao PL uma dinâmica de causa e consequência muito focada em alterações nos mecanismos desse sistema informacional. Nesse sentido, um ponto de destaque relaciona-se a um fundamento da complexidade destacado no capítulo anterior, o caráter volumétrico da informação. Em vários pontos do projeto, busca-se alterar mecanismos dos sistemas de comunicação para reduzir o volume informacional, como, por exemplo, quando proíbe as plataformas de operarem com contas automatizadas sem identificação de controle, os chamados robôs.

A questão dos robôs está muito atrelada ao aspecto volumétrico da complexidade, pois eles têm enorme potencial de produção e propagação de conteúdos nas redes, criando condições para que, em pouco tempo, sejam aglutinados conteúdos em torno de um eixo de informação falso, cuja popularização se torna um atributo importante de crença, pois o usuário pode considerar que, se há muita gente em torno de uma mesma narrativa, é porque ela reflete a verdade.

Outro ponto associado à questão volumétrica é, novamente, uma alteração de mecanismo sistêmico. A proposta restringe o funcionamento no envio de mensagens, limitando o número de envios de uma mesma mensagem a usuários e grupos. Além disso, o projeto também estabelece um número máximo de membros por grupo.

Desde 2018, o WhatsApp tem passado a limitar o uso do recurso de encaminhamento. Como visto anteriormente, as restrições de encaminhamento, segundo a própria plataforma, reduziu o número de mensagens frequentemente encaminhadas em até 70%.

Embora os sinais de redução sejam positivos, a empresa anunciou o lançamento para 2023 de um agregador de grupos que permitirá o encaminhamento de mensagens para milhares de pessoas ao mesmo tempo. Algo que, a pedido do TSE, não será implementado em 2022, ano de eleições. A alegação é sempre associada à postura das empresas de tecnologia em colocar os anseios dos usuários em tudo que fazem, o chamado *customer centricity*.

3.4.3.1 Questões de rastreabilidade

Uma das questões discutidas no PL 2630 é a possibilidade de rastreabilidade. Em suas discussões iniciais, foi debatida a possibilidade de reter o CPF dos usuários das plataformas para identificação do autor e distribuidor de notícias falsas. Isso preocupou o relator da ONU

Joseph Cannataci que, em carta enviada às autoridades brasileiras, sinalizou que a prática seria uma ameaça ao direito à privacidade, à democracia e às liberdades civis, alertou:

[...] a obrigação de associar uma conta a um documento de identidade e/ou número de telefone celular prejudica diretamente o direito de permanecer anônimo no exercício legítimo do gozo do direito à privacidade, personalidade e dignidade, assim como à liberdade de pensamento e expressão. (CHADE, 2020).

Esse caminho foi abortado, mas a questão de identificação ainda permeia o projeto em situações específicas, por exemplo, os aplicativos de mensagem que associam seus serviços a números de celulares. Para esses casos, o PL aponta que [...] deverão suspender as contas de usuários que tiveram os contratos encerrados pelas operadoras de telefonia ou pelo consumidor”. Além disso:

[...] projeto altera a Lei 10.703/03, que trata do cadastro de telefones pré-pagos para determinar que a regulamentação dos cadastros traga procedimentos de verificação da veracidade dos números dos CPFs e CNPJs utilizados para a ativação de chips pré-pagos (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Outro momento em que o PL trabalha os mecanismos de identificação surge na questão da remoção de conteúdos. Toda vez que uma plataforma precisar remover um conteúdo de desinformação, os usuários deverão ser notificados em caso de denúncia ou de aplicação de medida por conta da lei, mas há uma ressalva:

[...] porém, eles não precisarão ser notificados em casos de dano imediato de difícil reparação; para segurança da informação ou do usuário; de violação a direitos de criança e de adolescentes; de crimes previstos na Lei do Racismo; ou de grave comprometimento da usabilidade, integralidade ou estabilidade da aplicação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020).

Ainda no campo da identificação, o PL sempre menciona que, para transparência das medidas em execução, será necessário que as plataformas tenham um relatório de prestação de contas dessas medidas de contenção à desinformação. Anteriormente, havia a preocupação do nível de abordagem desses relatórios, algo que, segundo a oposição das empresas de tecnologia, geraria informações que, em mãos erradas, poderiam prejudicar a privacidade das pessoas.

Matéria publicada no site Meio & Mensagem (2022) cita a questão sensível da publicidade digital, abordando que:

[...] o projeto de lei sugere que todos os conteúdos pagos nas redes sociais terão que ser identificados. Em novas versões, foram acrescentados: veto a combinação do tratamento de dados pessoais dos serviços essenciais dos provedores com os de serviços prestados por terceiros, quando tiverem como objetivo exclusivo a exploração direta e indireta no mercado em que atua ou em outros mercados. (PLATAFORMAS, 2022).

Aqui existe um ponto que altera a eficiência do dirigismo de narrativas, mas que também irá mexer com toda uma economia baseada em combinações de dados. Em manifestação

contrária, Google, Facebook, Instagram, Twitter e Mercado Livre publicaram uma carta, onde "[...] argumentam que o PL impede uso equilibrado de dados pessoais para a entrega das peças publicitárias eficientes, o que prejudicaria pequenas e médias empresas" (PLATAFORMAS, 2022).

O Interactive Advertising Bureau (IAB), rede global que representa a publicidade digital em mais de 45 países, também reagiu em relação aos anúncios, apontando que o:

[...] PL impede anúncios segmentados quando veda o uso de dados dos usuários por outras empresas. Assim, as estratégias de empresas que trabalham com ferramentas de segmentação seriam expostas e as agências e clientes estariam em risco. De acordo com o Bureau, a publicidade é essencial à economia, pois movimentou R\$ 23 bilhões em 2020, 90% em anúncios segmentados (PLATAFORMAS, 2022).

Por fim, a matéria ainda menciona a posição da Comissão de Privacidade e Proteção de Dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB SP), afirmando que:

[...] também manifestou preocupação ao citar que o PL impõe mais regras do que a própria LGPD (BRASIL, 2018). Segundo a comissão, ao considerar os tratos de dados pessoais por terceiros com o objetivo de explorar o mercado direta ou indiretamente uma infração, o projeto de lei impede a verificação em dois fatores, como enviar mensagens aos usuários, o uso de controladores de dados e a inovação (PLATAFORMAS, 2022).

Aqui é possível retomar a questão de que toda vigilância requer um protocolo delimitando o nível de informação coletada, a sua aplicação em relação ao que é investigado e como é feito o descarte do dado uma vez tendo cumprido sua função. A preocupação está nos exageros da vigilância e da contravigilância, infringindo as liberdades dos indivíduos na sociedade.

O que se observa nas discussões, geralmente, é a exposição de duas forças que não precisam rivalizar, de um lado, a busca por uma contenção volumétrica da informação e sua rastreabilidade para identificar pontos de origem e distribuição dos conteúdos digitais; de outro, a valorização da experiência do usuário que, no entendimento das plataformas, deseja receber conteúdos dirigidos, incluindo publicidade, de forma a diminuir sua dificuldade em navegar e se relacionar na complexidade informacional da internet.

O que entra em questão é como colocar o usuário no centro das plataformas, estabelecendo um limite saudável de resposta aos seus anseios. Para isso, é necessário refletir de que usuário se está falando e como o modelo instituído de comunicação, no qual vigilância e desinformação coexistem, tem afetado os processos de subjetivação do indivíduo.

4 IMPACTO NA SUBJETIVAÇÃO

4.1 Experiência do usuário e seus dilemas

O contexto de desordem informacional, combinado a um intenso regime de vigilância, impacta na forma como o indivíduo processa a complexidade do mundo. Nesse sentido, um dos primeiros aspectos a ser discutido nesse capítulo gira em torno do conceito de “experiência do usuário”. Desse ponto, deriva uma questão chave: afinal, que usuário é esse e quais são suas motivações?

O tema da experiência do usuário é algo bastante discutido por empresas de vários mercados, principalmente por volta da década de 1980, período em que uma das ideias sobre o consumo passa a posicioná-lo de maneira a não o restringir à aquisição de um serviço ou produto, tratando-se da promoção de uma experiência, jornada que inclui o antes e o depois da aquisição.

Com esse olhar mais abrangente, muitas empresas se apresentam como seguidoras do chamado *customer centricity*, referindo-se a uma atuação baseada no protagonismo do consumidor, cujos anseios, supostamente, definem a forma como as organizações e suas soluções operam.

No campo da internet, onde o consumidor se apresenta na forma de usuário, um de seus anseios mais latentes, diante a complexidade informacional da sociedade moderna, é o desejo de acesso facilitado à informação em diferentes contextos. Das notícias aos produtos e serviços, o usuário da internet tem o que Wurman (2001), influente designer do campo digital, chama de ansiedade de informação, um comportamento expresso na frustração de não encontrar o que se deseja, dado o volume informacional no qual se encontra. Nos anos 2000, isso aparece em uma versão intensificada, chamada de *fear of missing out* (FOMO), traduzindo, medo de estar perdendo algo, conceito cunhado pelo consultor de Marketing e PHD Dan Herman, que exemplifica como esse processo de vigilância social afeta o processo de subjetivação do sujeito moderno.

Basicamente, FOMO é uma das formas extremadas da ansiedade de informação, compreendendo a ideia, nascida em meio à complexidade informacional instaurada com a comunicação em rede, do medo do indivíduo estar constantemente perdendo alguma experiência que gostaria de vivenciar, resumindo, uma boa experiência que acontece com o outro e que o indivíduo sente que deveria também acontecer com ele.

Como resposta a essa ansiedade, Wurman nomeou uma disciplina que tomava forma nos primórdios da internet, a arquitetura de informação, ou seja, o design de estruturas e fluxos

que facilite ao usuário chegar rapidamente aonde deseja, mas que, em contrapartida, moldará diálogos e processos de subjetivação do indivíduo moderno, cuja existência passa a ser manifestada, predominantemente, no digital, ponto este não explorado por Wurman.

Essa crescente demanda por facilitação ao acesso de informações vai refletir em uma escalada de ofertas nesse sentido. Em 1990, surgem os primeiros navegadores e buscadores da web, com destaque para o Google, que traz, na descrição de sua missão em seu site, o objetivo de oferecer facilitação: “Nossa missão é organizar as informações do mundo para que sejam universalmente acessíveis e úteis para todos”.

Além disso, esse usuário da internet que segue tornando-se mais complexo, também passou a expressar um desejo já existente muito antes da web. Como pode ser visto na obra de Debord de 1967, *A Sociedade do Espetáculo* (DEBORD, 2007), entendendo o espetáculo como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens. Como já mencionado, nos anos 2000, esse contexto social foi captado pelo CEO da Meta (grupo do Facebook) Mark Zuckerberg: “[...] as pessoas têm realmente se sentido confortáveis compartilhando não apenas mais informações e de diferentes tipos, como também de forma mais aberta e com mais pessoas” (BRUNO, 2013, p.127).

Tanto o anseio de um acesso facilitado à informação como o desejo de expor sua existência, ratificando-a no outro, são aspectos das subjetividades que se conectam à relação entre vigilância e desinformação. Nesse sentido, um dos pontos centrais está no fato de que o processo de subjetivação desse indivíduo, quando observado sob a perspectiva da interseção entre desinformação e vigilância no contexto digital, é muito marcado por uma demanda de construção e promoção identitária.

Pode-se notar essa questão identitária e uma visão mais permissiva da plataforma em permitir que os usuários promovam suas crenças, desconsiderando que elas podem ser peças de desinformação. Zuckerberg, em entrevista à jornalista Kara Swisher em 2018, disse:

[...] eu sou judeu e há uma série de pessoas que negam que o Holocausto aconteceu. Acho isso profundamente ofensivo, mas, no fim das contas, não acredito que a nossa plataforma deveria remover [esse tipo de conteúdo], pois penso que há coisas que as pessoas erram de maneiras diferentes. Não imagino que elas estejam errando de maneira intencional (RECODE DECODE, 2018).

Tal exemplo ilustra o dilema das plataformas entre prover ao usuário a experiência desejada, no caso, expressar sua identidade livremente, e permitir o dano social da desinformação. Em outro momento da entrevista, Zuckerberg diz que “[...] é difícil impugnar e entender a intenção [de quem posta]”, indicando que, por essa razão, é complicado determinar o que deve ser excluído da plataforma. Essa observação sobre a intencionalidade leva à reflexão

sobre os processos de subjetivação e, mais especificamente, sua relação com a noção de identidade.

4.2 A relação entre subjetividade e identidade

Inicialmente, é necessário estabelecer as bases do que se chama, aqui, de identidade, uma vez que a desinformação, a vigilância e a subjetivação se conectam por um processo de construção identitária. Para isso, apresenta-se uma questão, abordada por Smith (2002), em que é pontuado como a noção de identidade tem se modificado por meio das transformações tecnológicas – o que remeterá às discussões sobre o corpo na sociedade da disciplina de Foucault (2014):

No mundo físico há uma unidade inerente ao eu, pois o corpo fornece uma definição convincente e conveniente de identidade. A norma é: um corpo, uma identidade. Embora o eu possa ser complexo e mutável ao longo do tempo e das circunstâncias, o corpo fornece uma âncora estabilizadora. (DONATH; SMITH, 2002, p. 27).

Ou seja, a identidade estaria ligada a uma unidade integradora física: o corpo. Com a evolução tecnológica, a noção de identidade torna-se turva, não tendo o corpo como principal referencial, como abordado em Deleuze (2013), que enfatiza o aspecto do corpo nas sociedades disciplinares, relacionando-o em dois polos: “[...] a assinatura que indica o indivíduo e o número de matrícula que indica sua posição numa massa” (DELEUZE, 2013). Mediante as transformações tecnológicas, próprias da sociedade do controle, esse aspecto irá operar de forma distinta. Vale resgatar, o que diz Deleuze, mesmo já citado, para associar tal aspecto a outro raciocínio:

Nas sociedades do controle, ao contrário, o essencial não é mais uma assinatura e nem um número, mas uma cifra: a cifra é uma senha [...]. A linguagem numérica do controle é feita de cifras, que marcam o acesso à informação, ou a rejeição. Não será mais diante do par massa-indivíduo. Os indivíduos tornaram-se “dividuais”, divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados mercados ou “bancos”. (DELEUZE, 2013, p. 226).

Na ideia do indivíduo divisível, o uno e o múltiplo coexistem em uma mesma plataforma integradora, não se tratando mais de um corpo com o par massa-indivíduo, ou seja, matrícula e assinatura. Em uma possível compreensão sobre Deleuze, esse indivíduo divisível é reconhecido pelo acesso ou a rejeição à informação, o que, transposto ao contexto da internet, pode corresponder ao ato de conexão e desconexão, tornando-o uma forma de expressão moderna do eu.

Algo interessante aqui é que, embora Deleuze e Guattari façam uma crítica contundente acerca da ideia de identidade, expressa em Freud, por considerá-la limitada, quando apresentam o pensamento alternativo, a ideia de que o indivíduo é composto por modos de subjetivação, essa necessidade do uno integrador não está por todo descartada. Mesmo enfatizando que "a multiplicidade não tem sujeito", quando Deleuze e Guattari (2011) ilustram esse conceito, o pensador dá espaço para uma multiplicidade que reside "na pessoa".

Uma multiplicidade não tem nem sujeito nem objeto, mas somente determinações, grandezas, dimensões que não podem crescer sem que mude de natureza (as leis de combinação crescem então com a multiplicidade). Os fios da marionete, considerados como rizoma ou multiplicidade, não remetem à vontade suposta de um artista ou de um operador, mas à multiplicidade das fibras nervosas que formam por sua vez uma outra marionete seguindo outras dimensões conectadas às primeiras. "Os fios ou as hastes que movem as marionetes — chamemo-los a trama. Poder-se-ia objetar que sua multiplicidade reside na pessoa do ator que a projeta no texto. (DELEUZE, GUATTARI 2011, p. 23).

Apesar da ideia de multiplicidade ilustrada pelos fios da marionete como representação rizomática dos modos de subjetivação, Deleuze apresenta, na construção de sua sentença, a integração dessa multiplicidade no uno. Neste trecho, a questão se coloca quando aterrissa em "[...] sua multiplicidade reside na pessoa do ator".

Não se deve com essas convergências desconsiderar importantes pontos da crítica desses autores a alguns reducionismos Freudianos, principalmente no contexto de interpretação dos sonhos, quando Deleuze e Guattari criticam severamente as associações que Freud estabelece ao buscar simplificar o entendimento das abstrações do inconsciente por meio de correlações com traços de personalidade referente a familiares, pais e mães, como o que é expresso no referido caso do "Homem dos lobos", usado em DELEUZE, GUATTARI (2011).

De maneira bem resumida, trata-se do paciente Serguei Pankejeff, atendido por Freud, que relata um sonho recorrente envolvendo lobos espalhados em uma árvore. O caso não será destrinchado nesse texto, pois o ponto ligado a essa pesquisa se restringe à discussão sobre os contrapontos e convergências das noções de indivíduo e coletivo, uno e múltiplo e, por fim, identidade e modos de subjetivação. Por essa razão, os trechos utilizados para compreender essa relação se concentram em partes onde isso é mais evidente, como a severa crítica de Deleuze e Guattari (2011) ao entendimento de Freud para esse caso.

Quem ignora o fato de que os lobos estão em matilha? Ninguém, exceto Freud. O que qualquer criança sabe, Freud não sabe. Freud pergunta com um falso escrúpulo: como explicar que existem cinco, seis ou sete lobos no sonho? Porque ele decidiu que se trata de uma neurose [...] o resultado é sempre o mesmo, pois se trata sempre de voltar à unidade da pessoa ou do suposto objeto perdido. Os lobos vão ter que se expurgar de sua multiplicidade. [...]. Nós assistimos à jubilação redutora de Freud [...]. (DELEUZE e GUATTARI, 2011, p. 54).

Embora os autores usem o caso para sustentar uma contraposição entre a noção de identidade perante a noção de subjetividades, há, no próprio discurso de Freud, uma indicação de que o conceito de identidade não se refere a esse uno restritivo e bloqueado. Quando Freud analisa a formação do eu a partir da psicologia das massas, apresenta a proposta de um EU múltiplo ao mencionar a psicologia individual como início da psicologia social:

Na vida psíquica do indivíduo, o outro é, via de regra, considerado como modelo, como objeto, como auxiliar e como adversário, e por isso a psicologia individual é também, de início, simultaneamente psicologia social, nesse sentido ampliado, mas inteiramente legítimo. A relação do indivíduo com seus pais e com seus irmãos e irmãs, com seu objeto de amor, com seu professor e com seu médico, logo, todas as relações que foram até agora objeto privilegiado da investigação psicanalítica, podem reivindicar ser consideradas fenômenos sociais. (FREUD, 1921, p. 137 apud MOREIRA; SILVA, 2021, p. 11).

Essas similaridades podem ser notadas quando colocados trechos em sequência. Primeiro, um outro apontamento de Deleuze e Guattari, usando a metáfora do “lobo” como “matilha”, ou seja, da multiplicidade na identidade:

[...] seria preciso compreender em intensidade: o Lobo é a matilha, quer dizer, a multiplicidade apreendida em um instante, por aproximação e distanciamento de 0 – distâncias sempre indecomponíveis. (DELEUZE; GUATTARI, 2011, p. 58).

Em Freud, a relação lobo-matilha aparece na proposição da relação indivíduo-massa:

Cada indivíduo é uma parte constitutiva de muitas massas, é ligado de maneira multilateral por identificação e construiu seu ideal do Eu segundo diversos modelos. Assim, cada indivíduo é parte integrante da alma de muitas massas, a de sua raça, a de sua classe, a da comunidade de fé, a de seu Estado, etc., e pode, além disso, aceder a uma pequena parcela de autonomia e de originalidade (FREUD, 1921, p. 207 apud MOREIRA; SILVA, 2021, p. 12).

Essas conexões são também observadas em Martins (2015), quando se nota que os questionamentos de Deleuze e Guattari trazem uma extensão aos pressupostos de Freud, não interpretando tais observações como ideias que, necessariamente, se rivalizam. Tal questão aparece quando mencionada a noção de personalidade:

[...] a distância entre Deleuze, Guattari e Freud no que se refere a suas concepções de personalidade estaria muito mais no caráter da identidade substantiva, na substantificação quase geográfica que Freud atribuiu de fato às diferentes instâncias psíquicas da personalidade, que seria inaceitável na perspectiva de um plano imanente e dissolvido da subjetividade como propuseram os filósofos [...] este psiquismo substantificado implica – diferentemente do que supuseram Deleuze e Guattari – desunificar a personalidade para compreendê-la em termos de conflito psíquico. (MARTINS, 2015).

Nesse ponto, as conclusões associadas ao foco desta pesquisa é que há uma relação entre a identidade e a multiplicidade dos modos de subjetivação, que, na internet, fica mais exposta, pois em meio à hiperconectividade das redes o indivíduo é o uno e o múltiplo simultaneamente.

Sua existência como indivíduo se consoma no coletivo; a construção identitária desse sujeito tecnológico acontece por meio da interação com o outro.

Embora essa multiplicidade exista no indivíduo digital, vale destacar que esse sujeito ou a construção identitária em questão não abarca toda a subjetividade produzida pelo indivíduo. Como explica Rolnik (NARCISO 21,2017), “[...] a ideia de identidade é quando a subjetividade está reduzida ao sujeito”. É neste recorte da subjetivação que esta pesquisa irá transitar, seguindo com a proposta de que construção identitária e modos de subjetivação são conceitos que se ligam, tendo intensa relação com as questões da vigilância e da desinformação.

4.2.1 A subjetivação de um sujeito tecnológico

Considerando a ideia de identidade como a subjetividade reduzida ao sujeito, é interessante recortar melhor as características do sujeito moderno, intensamente impactado pela tecnologia, refletir sobre a multiplicidade subjetiva nele abarcada bem como o processo de construção identitária em curso.

No primeiro ponto, deve-se aprofundar na relação entre homem, mais especificamente a mente humana, e tecnologia – no caso, os computadores. Por tratar-se, inicialmente, de uma ferramenta de suporte às atividades cognitivas, o computador e, posteriormente, os computadores em rede com a internet, trazem, fortes relações com o cérebro e seu funcionamento em seu design e em seu vocabulário, como aponta Turkle (2005):

Desde os primeiros dias, a ciência da computação emprestou termos da psicologia cotidiana para descrever as operações das máquinas de computação, assim como a psicologia pegou emprestado a linguagem da ciência da computação para descrever a mente. O mais impressionante é que era comum falar da "memória" de um computador em uma época em que o behaviorismo insistia que tudo o que se podia estudar nas pessoas era o comportamento de "lembrar". Os computadores ajudaram a re-legitimar a noção de memória dentro da psicologia acadêmica e, com a introdução dos computadores na cultura dominante no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as pessoas em suas conversas cotidianas começaram a descrever a atividade mental humana em termos computacionais. (“Com licença, preciso limpar meu buffer; não ficarei feliz até que depure esse problema.”). (TURKLE, 2005, p. 2).

O caos informacional ampliou a lacuna existente entre a complexidade do mundo e a consciência humana. Os computadores, a rede e seus sistemas passaram a funcionar não apenas como ferramenta, mas como extensão da mente, como parte do sujeito, interferindo radicalmente no processo de subjetivação e construção identitária desse sujeito-tecnológico. Bastos (2013) descreve sobre esse aspecto ao citar “que os computadores [...] inauguram uma competição inédita com as consciências” ou ao mencionar que “os computadores transformariam as mensagens, a informação e mesmo o entendimento da informação, cuja

compreensão dependeria então de filtros e rotinas eletrônicas da computação”. (BASTOS, 2013, p. 186).

Vale resgatar, também, a menção a De Kerckhove (1997) citada no primeiro capítulo, em que aponta que o processo dos computadores como extensão da mente humana mudou ao longo do tempo, migrando de um suporte à memória, em um sentido mais comum de repositório de informação, para a expansão da inteligência.

Dessas condições apontadas pelo autor, a pesquisa segue destacando a importância da interatividade no sentido de como a interatividade dessa inteligência conectiva se associa a “[...] uma nova ecologia de redes, ou seja, a economia de indústrias relacionadas e os novos hábitos cognitivos sociais e pessoais que as sustentam” (DE KERCKHOVE, 1997, XXV).

Sobre a inteligência, é interessante notar que, por volta dos anos 1980, paralelamente aos primórdios da popularização dos computadores e da internet, as questões envolvendo a multiplicidade passam a ter evidência. Nesse mesmo período, quando Deleuze e Guattari mergulham na perspectiva da multiplicidade na subjetividade, também surgem conceitos como a teoria da inteligência múltipla (GARDNER, 2010), que desmonta a ideia, até então estabelecida, da inteligência como algo único. Gardner destaca que “[...] o que costumamos chamar de inteligência é uma combinação de determinadas habilidades lógico-linguísticas, particularmente as que são valorizadas na escola secular moderna” (GARDNER, 2010, p. 18). A Teoria das Inteligências Múltiplas também guarda relações com os computadores, como descreve o autor:

Mais coloquialmente, considerava a inteligência como um computador mental configurado de forma especial. Enquanto a teoria padrão sobre a inteligência postulava um computador multiuso, que determinava as melhores habilidades da pessoa dentro de um espectro de tarefas, a teoria das IM postulava um conjunto de dispositivos de informática. (GARDNER, 2010, p. 18).

Gardner (2010) desmembra a noção unívoca de inteligência em uma multiplicidade de competências, ou seja, a inteligência deixa de ser algo primariamente funcional e técnico, passando a ter nove variações: lógica-matemática; linguística; musical; espacial; corporal-cinestésica; intrapessoal; interpessoal; naturalista; existencial. Esse entendimento de inteligências múltiplas também é notado no campo computacional. Um exemplo vem do artigo de Battro (GARDNER, 2010), quando comenta sobre os laptops XO, equipamentos de baixo custo desenvolvidos pelo MIT e oferecidos pela organização One Laptop Per Child (OLPC), fundada por Nicholas Negroponte em 2005:

O que me chama a atenção é que o novo laptop tem algumas propriedades fundamentais relacionadas às IM. A tela do XO mostra vários ícones, como uma paleta para desenhar e pintar, um tambor para música, um bloco para escrever, um globo para se comunicar usando a Internet. Em um sentido profundo, esse projeto

avançado de computador representa várias inteligências em ação. (BATTRO, 2010, p. 298).

Se há uma semelhança entre o design dos computadores e o design que se estabelece na mente humana, a partir de novas compreensões nos campos da neurologia, psiquiatria e psicologia, há também uma correspondência tecnológica para o conceito sujeito manifestado na internet. Essa correspondência está no conceito de perfil.

Um perfil é, de certa forma, uma representação do sujeito expressa por meio de categorias identitárias. No perfil, “[...] o indivíduo é uma parte constitutiva de muitas massas” (FREUD, 1921 apud MOREIRA; SILVA, 2021). O indivíduo se pronuncia via cifras geradas pelo aceite ou pela rejeição às informações (DELEUZE, 2013), é enquadrado nas “[...] amostras, dados de mercados ou bancos” (DELEUZE, 2013, p. 226) por meio de um agrupamento.

É justamente nesse ponto onde os fenômenos de vigilância e desinformação tomam corpo. Os sistemas da web possuem a vigilância como uma competência nativa e dependem de uma observação sistemática do usuário para oferecer-lhe uma experiência de construção identitária, como tratado no capítulo anterior. Além dessa questão sistemática, essa observação alimenta-se de uma entrada de dados que o usuário faz nem sempre consciente da vigilância à que está submetido.

Uma vez feita a entrada de dados, o usuário passa a ser identificado com um determinado perfil, associado a uma plataforma de crenças. Ou seja, se ele interage com narrativas associadas ao universo dos esportes, existe a possibilidade de também se interessar por narrativas associadas à saúde e ao bem-estar. Logo, essas narrativas também são ofertadas ao usuário.

A conexão do usuário com esses conteúdos, além de permitir novos reforços desse conjunto de crenças, permite que ele construa sua própria identidade no aceite do outro, mostrando para sua rede um sujeito identificado com aquela crença, conectado às narrativas que lhe façam ser reconhecido por uma qualidade ou uma inteligência.

Como as narrativas dirigidas via intervenção vigilante cumprem o papel de construir identidades e confirmar crenças, sua relação com a verdade não é objeto dessas interações. O que está em jogo é o quanto determinada narrativa colabora para que o indivíduo construa e promova sua identidade. Esse movimento é chave no processo de desinformação, uma vez que essas interações acontecem em escala, reforçando, ainda mais, a confirmação de crenças.

Talvez, o caráter central dessa multiplicidade característica do processo de subjetivação é que na internet e, principalmente, nas redes sociais, o indivíduo não se conecta com uma narrativa de maneira isolada. Quando se engaja em determinada narrativa, na verdade, atende-

se a múltiplos modos de subjetivação. Geralmente, a multiplicidade que compõe o sujeito cria situações em que as conexões narrativas são associadas a uma plataforma de crenças – algo que, nos sistemas, configura-se com determinado perfil.

A multiplicidade, ainda que restrita ao sujeito, posiciona o processo de subjetivação e construção identitária como algo dinâmico. O EU referido nesta pesquisa é um agrupamento de múltiplas subjetividades em permanente transformação no espaço-tempo. Para iniciar, é importante avaliar como os modos de subjetivação dirigidos à construção identitária são representados na internet.

Um perfil só é reconhecido quando enxergado em um coletivo por sua presença reincidente. Não existem perfis únicos; existem ocorrências e, principalmente, interações que, ao performar de uma mesma forma entre vários indivíduos, cria um perfil no qual os usuários serão encaixados.

Muitas vezes, essa representação se traduz em uma forma matematizada de navegar na complexidade das redes, apoiando-se em uma área da psicologia questionada por Gardner (2010), a psicometria. O cientista ficou conhecido por criticar o reducionismo implícito na psicometria, mais especificamente nos testes de QI, que quantificam a inteligência, tratando-a como algo único, um potencial intelectual pré-definido. No entanto, a aplicação da psicometria no contexto da internet possui grande impacto no processo de subjetivação, sendo um ponto da relação entre a desinformação e a vigilância com impacto direto na subjetividade. Com essas considerações teóricas, é possível avançar para as exemplificações práticas.

A psicometria é a área da psicologia que metrifica processos mentais por meio de testes de avaliação comportamental. Sua aplicação no ambiente digital estabelece um funcionamento dos algoritmos nas redes. Como toda interação está sob vigilância, seja ela de aceite ou rejeição à informação, sempre se há insumos em abundância para ação psicométrica, que se aproveita dos dados comportamentais facilmente expostos e captados na rede.

Zuboff (2021) aponta uma mudança na finalidade de utilização desse recurso psicométrico. Inicialmente, esse entendimento matematizado do comportamento do usuário tinha o objetivo de melhorar a experiência do usuário nas plataformas digitais. A autora exemplifica essa movimentação citando passagens da história do Google, envolvendo o seu diretor Amit Patel:

O trabalho de Patel com essas entradas de dados o convenceu que arquivos detalhados sobre cada usuário — pensamentos, sentimentos, interesses — podiam ser construídos a partir da onda de sinais desestruturados que acompanhavam cada ação on-line. Esses dados, concluiu ele, forneciam na realidade um “abrangente sensor de comportamento humano” e podiam ser postos em uso de maneira imediata para alcançar o sonho do

cofundador do Google Larry Page de um buscador como uma abrangente inteligência artificial. (ZUBOFF, 2021, 196).

Com a pressão por monetizar suas soluções, os trabalhos baseados na psicometria passaram a ter um objetivo publicitário de segmentação, ligando anúncios a perfis. Além do Google, Zuboff cita um estudo sobre o Facebook para mostrar como a aplicação da psicometria pode desvirtuar-se do foco exclusivo de melhorar produtos e serviços:

Em 2013, outro provocante estudo de Kosinski, Stillwell e Thore Graepel (da Microsoft) revelou que as curtidas do Facebook podiam “estimar de forma automática e precisa uma ampla gama de atributos pessoais que os usuários em geral acreditariam ser privados [...]”.

Os autores pareciam cada vez mais ambivalentes a respeito das implicações sociais de seu estudo. De um lado, anunciavam que as novas capacidades preditivas podiam ser usadas para “melhorar inúmeros produtos e serviços”. Concluía que negócios on-line podem se adaptar de acordo com a personalidade do usuário, com marketing e recomendações de produtos feitos sob medida, do ponto de vista psicológico, para cada indivíduo. Mas os autores também advertiam que máquinas de predição automáticas operadas por empresas, governos ou pelo Facebook podem, por si só, computar milhões de perfis sem a consciência ou o consentimento individual e descobrir fatos “que o indivíduo pode não ter pretendido compartilhar”. Os pesquisadores avisavam que “é possível imaginar situações em que tais predições, mesmo estando incorretas, poderiam representar uma ameaça ao bem-estar, à liberdade ou até mesmo à vida do indivíduo. (ZUBOFF, 2021, 764).

O sujeito digital se tangibiliza na forma do perfil, algo com forte impacto na subjetivação, pois, uma vez o indivíduo enquadrado em um determinado perfil, o sistema estabelece que os estímulos informacionais passem a operar nesse território. Isso é, a subjetividade que, no contexto digital, já está mais restrita ao sujeito e à ideia de identidade, vê a sua potência como experiência do mundo no indivíduo ainda mais achatada por um regramento algorítmico estabelecido pelas plataformas.

A associação desse *modus operandi* com o desenvolvimento da publicidade digital faz com que o sujeito se conecte a um tipo de mundo (NARCISO 21, 2017), um conjunto de crenças baseado nos dados captados durante as interações informacionais que compõem o seu perfil. O primeiro ponto para a definição de um perfil é que ele se baseia na ideia de personalidade como motor de toda ação digital. Assim, o processo de construção identitária se baseia “no aceite ou a rejeição” (DELEUZE, 2013) a determinado tipo de informação, alinhado à determinada construção identitária, ou como em Sibilia “performar a própria extimidade nas telas cada vez mais onipresentes e interconectadas” (SIBILIA, 2016, p.249)

O primeiro aceite acontece quando o sujeito reconhece a plataforma como um lugar válido para a construção de sua identidade. É nesse momento que esse sujeito digital se concebe em um cadastro. Focadas em oferecer a melhor experiência ao ansioso usuário digital, as plataformas buscam reduzir os obstáculos para seu acesso à informação, diminuindo ao máximo a solicitação de dados para adesão à plataforma. Sendo assim, os cadastros passam a solicitar o preenchimento de requisitos mínimos para que a identidade do usuário vá se construindo a partir de suas interações nas plataformas. Principalmente, no caso das redes sociais, a construção identitária desses perfis acontece mediante a vigilância que observa as interações do usuário e o enquadra em um perfil, passando a intervir na paisagem informacional que acessa.

À medida que aumentam suas interações, geralmente mediadas por uma oferta narrativa diversa, que vai de fotos de gatos do melhor amigo até uma notícia sobre vacinas, passa a ser possível criar o perfilamento coletivo, ou seja, usuários que manifestam um mesmo padrão de interação se tornam amostras, perfis baseados no coletivo que permitem o direcionamento de narrativas de maior aderência, associadas a uma plataforma de crenças.

O domínio desse procedimento demarcou a passagem das eleições americanas de 2016, reunindo elementos de vigilância e desinformação com alto impacto na subjetividade. Essa construção identitária ocorre também em grupos e fóruns, por exemplo.

4.2.2 Construção identitária nas interações em grupos e comunidades

Outra manifestação digital do "[...] indivíduo como parte constitutiva de muitas massas" (FREUD, 1921 apud MOREIRA; SILVA, 2021, p.12), pode ser notada na noção de grupo e comunidade, algo mencionado no contexto específico dos aplicativos de mensagens, mas que, na verdade, se espalha por toda web – desde fóruns de tecnologia a uma comunidade de terraplanistas. Além da troca de informação entre pares de uma mesma crença, há também a forte ocorrência de construção identitária.

Os grupos funcionam como bandeiras, marcações que indicam traços de identidade. O interessante é que, nos grupos digitais, embora haja uma proposta narrativa focal, manifestam-se também narrativas paralelas, confirmando como, na verdade, cada usuário se conecta não somente a uma narrativa específica, mas com um conjunto de ideias e atributos comportamentais.

Novamente, o exemplo é o grupo que relacionava as vacinas como causa de autismo, extinto do Facebook. Além de demonstrar sua conexão com o assunto, os seguidores da página também trocavam postagens de pretensão informativa com teorias conspiratórias – o que

demonstra como o processo de construção identitária está associado a uma plataforma de crenças, e não exclusivamente a uma narrativa de notícia falsa.

No Brasil, um fenômeno que pode exemplificar essa questão é o grupo Terra Plana, no Facebook. É comum observar entre seus seguidores outros atributos identitários, por exemplo, a predileção religiosa e o valor à família tradicional. Diferentemente do correspondente grupo americano Flat Earth, no Brasil, a conexão à ideia de que o planeta Terra é plano não acontece movida por uma pseudociência, mas por outras crenças associadas.

Outro exemplo está conectado ao trabalho de Winch (2015) com plataformas digitais sobre maternidade, como Babycenter (gerenciado pela Johnson & Johnson) e o site Mumsnet, assim como a atuação de marcas como a Dove na promoção de uma relação de intimidade com grupos femininos. Winch mostra que, apesar de a narrativa central girar em torno da maternidade, as interações, nesses canais, promovem valores para além das discussões focais de interesse geral de mães e pais:

Esses espaços de marca disseminam, perpetuam e realizam seu ideal de indivíduo empreendedor através, por e sobre os corpos das mulheres. O patriarcado é ofuscado em uma cultura popular afetiva onde as lógicas neoliberais configuram a vida íntima das mulheres e onde as mulheres são cúmplices na regulação das feminilidades normativas. (WINCH, 2015, p. 2).

No caso exposto por Winch, em meio a discussões sobre maternidade, apresenta-se uma proposta identitária mais abrangente, trazendo, entre outros vieses, a promoção de feminilidades normativas. Em resumo, os grupos digitais identitários configuram-se como plataformas de crenças baseadas em um conjunto de narrativas abordando temáticas não necessariamente próximas, mas que aglutinam perfis similares de audiência.

4.2.3 Duas faces do sujeito: o EU Midiático e o EU Vigilante

Esse sujeito tecnológico que constrói identidade por meio de interações, estando elas em suas *timelines* nas redes sociais ou nos grupos que participa, é afetado pelo modelo de comunicação estabelecido. Em De Kerckhove (2009), havia apontamentos sobre essa movimentação:

Os sistemas de processamento de informação, como os computadores e os vídeos, são extensões de algumas das principais propriedades intelectuais das nossas mentes. Desta forma, podem ser consideradas tecnologias da psique – psicotecnologias [...]. No nível mais simples, qualquer meio nos obriga a responder fisicamente ao seu modo de funcionamento [...] condicionando-nos tanto social como psicologicamente para responder de acordo com critérios técnicos e não apenas psicológicos. (DE KERCKHOVE, 2009, p. 228).

A construção de identidade nas redes é feita pelo sujeito-tecnológico de dois modos, por uma espécie de dois EUs que se retroalimentam. Pode-se fazer uso da representação chinesa de *Yin e Yang* para ilustrá-los, pois, assim como na filosofia oriental, trata-se de forças antagônicas e complementares, nomeadas, nesta pesquisa como EU midiático e EU vigilante.

Ambos serão tratados com mais atenção neste capítulo, mas em uma descrição geral, o EU midiático constrói identidade no olhar do outro, ou seja, um EU que se consuma quando observado; o EU vigilante a constrói ao exercer observações sistemática e interventiva do outro. Ambos buscam aceitação em seu processo identitário, mas vale especificar melhor o funcionamento de cada um deles, pois essas são conexões que relacionam a vigilância, a desinformação e a subjetivação.

4.2.3.1 EU midiático

Como citado, o EU midiático é uma parte do sujeito que se consolida no olhar do outro. O objetivo identitário desse EU midiático não é angariar atributos para compor personalidade, mas, ao expor-se, ter a aceitação de suas crenças, reconhecer pertencimento.

Com a popularização dos computadores e, principalmente, dos smartphones, o EU midiático encontrou uma via facilitadora para manifestar-se de maneira quase que irrestrita. Os equipamentos de comunicação, a internet e suas plataformas atendem a uma demanda social cada vez mais evidente. Debord (2007) já apontava para essa questão, destacando que a ocorrência das relações sociais eram cada vez mais mediadas por imagens, ou seja, todo aparato tecnológico de mídia somada à crescente tendência social – voltado para o que Serge Tisseron qualifica como *extimité*, a extimidade. (SIBILIA, 2016).

Como já citado, o Facebook, na figura de seu idealizador, já expressava a demanda desse EU midiático quando o associou a uma norma social que evoluiu ao longo do tempo, sendo função de sua plataforma corresponder a ela. Em meio a essa combinação entre tecnologia disponível e "norma social", surge o *prosumer* e toda pessoa com acesso à internet torna-se mídia. Assim, a construção identitária via EU midiático encontra uma estrada livre na qual as narrativas e seus autores crescem exponencialmente. Em alguns casos, essa facilitação permite a promoção de pensamentos e subjetivações sem qualquer elaboração ou barreira crítica, como se fosse algo extraído diretamente do inconsciente e externado instantaneamente para o mundo.

Nesse sentido, o vazamento de informações internas do Facebook, o conhecido e já citado caso do *Facebook Papers*, demonstrou certa preocupação dos executivos da empresa com a incidência de casos associados a discursos de ódio, *bullying*, à linguagem política

incendiária e exploração de crianças ocorridos na plataforma com maior incidência do que em outras. Os documentos vazados apontam um infeliz destaque ao Brasil como um país onde essa incidência é maior.

Por outro lado, como o EU midiático é regido por aceitação, existe uma produção narrativa mais articulada, buscando a todo momento editar as narrativas autobiográficas de promoção ao sujeito para resultar em aceitação, ou, como definem as redes sociais, engajamento. Nesse contexto, a noção freudiana de que toda psicologia é psicologia social novamente é ratificada. Como afirma Sibilia (2016), as redes viabilizam ao sujeito sua versão "otimizada" que opera em função do olhar externo.

No sentido da subjetividade que se constrói no coletivo, Sibilia (2016) reforça a demanda crescente do olhar do outro para ratificar a existência dos indivíduos. Com as tecnologias das redes sociais intensificadas pela popularização dos smartphones, criou-se a condição para a apropriação de comportamentos antes restritos ao universo das celebridades, características da cultura de massa. As plataformas digitais agregam ao desejo de se expor a condição de fazê-lo sem camadas de intermediação, onde o mundo virtual propicia explorações de identidade (SIBILIA, 2016)

É importante observar que o EU midiático manifesta-se sem restrições demográficas: de adolescentes em parques urbanos, postando acontecimentos da cidade de São Paulo como se fossem *selfies* em primeira mão até indígenas nas reservas de Sete de Setembro, em Rondônia, publicando denúncias de invasores madeireiros no Facebook, como registrado no filme *Ex-Pajé* (2018) de Luiz Bolognesi.

A manifestação do EU midiático não se restringe ao compartilhamento de fotos de viagens para a promoção de um sujeito exitoso. Embora esse teor preencha parte importante das *timelines* das redes sociais, o EU Midiático se pronuncia, também, publicitando fatos que o afetam psicológica e socialmente, sejam reais ou peças de desinformação para melhor configurar sua versão otimizada.

Um ponto de atenção acerca do EU Midiático é que seu exercício de manifestação desperta discussões sobre a liberdade de expressão e seus limites. Se a expressão de todo e qualquer discurso é viabilizada tecnologicamente na internet, a ideia de contenção sistêmica à práticas de informação gravemente prejudiciais à sociedade, como discursos de ódio ou desinformação, torna-se, de certa forma, contraditória a proposta desses sistemas.

Esse, talvez, seja um obstáculo importante para a efetivação de conceitos de contenção informacional, como a noção de *privacy by design* nos sistemas de informação da internet. A ideia de tornar a proteção da informação como um recurso original, contido no desenho das

ferramentas digitais, parece contrária à vocação natural do ambiente em rede para explicitar ideias, conceitos, informações, narrativas e dados.

No entanto, apesar da natureza expositiva da internet, a rede tem outro dispositivo nativo, como observado no capítulo 2, uma vocação também natural à vigilância. Por meio dela, outro processo de subjetivação se desenvolve, o EU vigilante.

4.2.3.2 EU vigilante

Retoma-se, aqui, alguns pontos inicialmente tratados na seção 3.2 na qual o design da vigilância foi abordado. Dirigindo, mais especificamente, a questão relacionada à multiplicação de vigilantes que o design propicia. No entanto, agora, o foco será o indivíduo vigilante, partindo do pressuposto de que a internet e todo o seu aparato de equipamentos e sistemas expandem as capacidades cognitivas humanas. Neste trecho, a capacidade cognitiva expandida é a de observar e processar informação e intervir mediante esse processamento. Ou seja, a internet amplia a potência do vigilante que há em todo indivíduo. Ao explicar seu conceito de psicotecnologias, De Kerckhove menciona a potencialização na capacidade de "sondar":

As psicotecnologias criam um eu expandido, saindo do eu pessoal para os mais distantes confins que sejamos capazes de sondar com as nossas todo-poderosas e em constante expansão extensões perceptivas e motoras. (DE KERCKHOVE, 2009, p. 234).

O foco dessa "sondagem" continua sendo o outro e a construção identitária pela observação sistemática do outro. Embora a ligação seja indireta, a vasta oferta de conteúdo no mundo digital, facilitada por plataformas de *streaming* como a Netflix, explora a potência humana para a observação. A exaltação a práticas como o *binge-watching*, o comportamento de assistir a episódios de séries de maneira ininterrupta, reforça esse reconhecimento da sociedade moderna à observação intermitente como se fosse uma qualidade do sujeito.

Paralelamente ao fenômeno da *extimité*, característico do EU midiático, surge outra espécie de *binge-watching*, dirigido para um modo de observação compulsiva do outro, a chamada vigilância social (LYON, 2018), isto é, a efetivação de um panóptico universal onde a vigilância é generalizada. No início dos anos 1990, Machado retoma um pensamento freudiano para essa relação:

No começo do século, Freud já previa a reversão da pulsão do olhar no seu oposto (a pulsão de sentir-se olhado). Isso significa, na linguagem das perversões, que voyeurismo e exibicionismo eram duas faces de uma mesma moeda: olhar não era outra coisa que se mirar no espelho do olho do outro. (MACHADO, 2001, p.229).

Aprofundando a ideia da vigilância social e seu efeito na subjetivação do sujeito moderno, o primeiro ponto é que se costuma discutir, sob a ótica do capitalismo de vigilância, o olhar vigilante das grandes corporações de tecnologia para os movimentos de seus usuários. No entanto, a vigilância, assim como a possibilidade de exposição, também é uma demanda social do sujeito moderno bem atendida pelas redes.

Não faltam conteúdos na internet sobre o tema, ressaltando a normalidade do ato do indivíduo vigiar sua rede próxima ou até mesmo outras pessoas fora de seu círculo social. Como em matéria do site UOL (IKEDA, 2022) que abre mencionando que "[...] ter a curiosidade de olhar perfis em redes sociais, principalmente de ex-namorados ou pretendentes, é um hábito comum". No entanto, como descrito em Marwick (2012), esse procedimento corriqueiro denota questões importantes como o fato dos "[...] entendimentos de papéis sociais, divulgação e publicidade serem alterados pelas lentes da vigilância social":

A vigilância social é a escuta contínua, investigação, fofoca e investigação que constitui a coleta de informações pelas pessoas sobre seus pares, destacada pela digitalização social normalizada pelas mídias sociais. Abrange o uso de sites de mídia social para transmitir informações, pesquisar conteúdo criado por outros e regular o próprio conteúdo com base nas percepções do público. (MARWICK, 2012, p. 382).

Marwick também comenta a normalização da vigilância no âmbito da vigilância social, cuja finalidade seria criar e proteger relacionamentos.

Trottier (2012) apresentam outra nomenclatura para esse modelo de vigilância: a vigilância interpessoal, apontando que o relacionamento entre pares está na raiz desse espírito vigilante, de forma que “[...] os usuários cuidam uns dos outros, em vez de se comunicarem diretamente uns com os outros”. Embora o texto use o Facebook como exemplo, essa questão também se apresenta em grupos, como os organizados em aplicativos de mensagens:

A vigilância é mais do que coleta de dados porque se baseia em relações mediadas, perfis e relações assimétricas de visibilidade. É a lógica organizacional dominante da modernidade tardia. O Facebook, por exemplo, organiza as relações entre pares. Não apenas os laços sociais interpessoais são mediados em uma plataforma organizacional, mas a atividade interpessoal também se torna assíncrona. Os usuários cuidam uns dos outros, em vez de se comunicarem diretamente uns com os outros. Outros tipos de vigilância ocorrem através do Facebook (Trottier, 2011), mas as relações entre pares também se tornam mais vigilantes por natureza (TROTIER, 2012, p. 320).

A ideia de normalização da vigilância social, ou interpessoal, também é tratada por Trottier (2012). O autor enfatiza que a relação entre exposição e vigilância é chave nesse processo, sendo essa “intervisibilidade” uma característica da sociedade contemporânea:

Os usuários experimentam a vigilância interpessoal como uma violação, mas também passam a vê-la como uma condição generalizada das mídias sociais, sugerindo uma maior normalização da vigilância (Murakami Wood & Webster, 2009). A intervisibilidade (Brighenti, 2010) que esses indivíduos exibem e exploram é uma

característica crescente da sociabilidade contemporânea. A vigilância interpessoal também é mútua nas mídias sociais, pois os usuários podem assistir e ser observados. O fato de os usuários poderem optar por assistir aos outros e se tornarem visíveis adiciona uma dimensão empoderadora a essa vigilância (TROTIER, 2012, p. 320).

Outro termo usado é a vigilância lateral. Em Lyon, esse comportamento é retomado com a ideia de internalização da vigilância:

Os efeitos de tal vigilância não são tão diretos quanto os efeitos da vigilância convencional, mas a vigilância social, sem dúvida, produz autovigilância de outros usuários. Que o olhar vigiado é internalizado pode ser visto como comportamentos são modificados com a percepção de que a observação específica ocorre. E às vezes os comportamentos são simplesmente reforçados. (LYON, 2018, pp.351-352).

O autor também retoma o fato de as vigilâncias social, interpessoal e lateral terem consciência de que a monitoria alheia é uma espécie de saber-poder (FOUCAULT, 1970, Apud TUCHERMAN, 2005).

A força do olhar ainda é evidente nesse nível interpessoal, porque faz a diferença. E os usuários que estão secretamente checando os outros, por exemplo, estão totalmente cientes dessas relações de poder. Um estudo realizado por meio de pesquisas internacionais mostrou que até 30% dos usuários de mídia social no Canadá, Estados Unidos e Reino Unido não apenas se envolveram em tal 'perseguição', mas imaginaram que aqueles cujas informações pessoais eles estavam analisando ficariam constrangidos ou chateados se eles soubessem que estavam sob vigilância dessa maneira. (LYON, 2018, p.266).

Retomando Trottier (2012), nota-se que a vigilância generalizada entre usuários cria um contexto de conexões em que o usuário nem sempre tem consciência, gerando um acúmulo de informações e dados que afetam a privacidade: “[...] as mídias sociais conectam relações familiares a tipos de exposição desconhecidos e muitas vezes indesejados, como resultado do acúmulo de informações pessoais e laços sociais” (TROTIER, 2012). Além disso, um ponto muito importante desse raciocínio está na atribuição de responsabilidade, no fato de que “[...] as reputações nas mídias sociais são tratadas como uma responsabilidade individual, enquanto na prática excedem o controle individual” (TROTIER, 2012).

Ainda desdobrando as questões de privacidade, o autor acrescenta um efeito colateral que pode estar anunciando uma nova demanda social do usuário que não deseja uma “[...] incapacidade de gerenciar a própria reputação e um eu virtual comprometido” (TROTIER, 2012).

A adoção de mídia social põe em risco a privacidade, e isso incomoda os usuários. Mas a privacidade não é clara. Em seus termos mais simples, a vigilância é um processo, e a privacidade é um valor que é ameaçado por esse processo. A perda de privacidade significa exposição indesejada, incapacidade de gerenciar a própria reputação e um eu virtual comprometido. Acadêmicos e usuários abordam a vigilância de mídia social por meio da privacidade, mas esses sites ressaltam a complexidade de entender e manter a privacidade (Nippert-Eng, 2010). Os usuários reconsideram enquanto gerenciam ativamente sua privacidade nas mídias sociais (boyd, 2008; West, Lewis & Currie, 2009). Esses usuários tinham experiência em manter um grau de

privacidade dos pais antes das mídias sociais, e essas experiências informam seu uso de sites como o Facebook. Mas eles não apenas ocultam informações de alguns usuários; eles compartilham ativamente com os outros. Os usuários mantêm um compromisso entre garantir a privacidade e obter exposição pública ao colocar seu conteúdo pessoal no Facebook (TROTIER, 2012).

A norma social apontada por Zuckerberg parece estar ganhando novas camadas. O usuário confortável em compartilhar suas informações de forma mais aberta parece agora também buscar garantias de privacidade.

4.3 A ansiedade de informação e o EU vigilante

A noção sobre ansiedade de informação que abriu este capítulo, trazida pelo arquiteto e *designer* gráfico Richard Wurman, possui forte relação com a operação de vigilância social exercida pelo EU vigilante. O primeiro ponto a discurrir é que a lente do EU vigilante enxerga tudo como informação, muito estimulada pelo papel que a informação obteve na sociedade moderna, como apontado por Wurman (2001):

Informação é poder, uma moeda mundial sobre a qual fortunas são feitas e perdidas. E estamos em um frenesi para adquiri-lo, firmes na crença de que mais informação significa mais poder. No entanto, apenas o oposto está provando ser o caso. O excesso começou a obscurecer as distinções radicais entre dados e informações, entre fatos e conhecimento. Nossos canais de percepção estão em curto-circuito. (WURMAN, 2001, p. 17-18, tradução nossa).

Outro aspecto da informação é trazido por Gleick (2011), para quem, além de poder, a informação é um elemento primário para a construção identitária, que viabiliza a existência do indivíduo:

A informação possibilita a existência de “cada ser — cada partícula, cada campo de força, até o próprio continuum espaço-tempo”. Essa é outra maneira de considerar o paradoxo do observador: o fato de o resultado de um experimento ser afetado, ou até determinado, quando este é observado. Além de estar observando, o observador também faz perguntas e afirmações que por fim precisam ser expressas em bits distintos. “Aquilo que chamamos de realidade”, escreveu Wheeler, timidamente, “surge em última análise das perguntas no formato sim-ou-não que fazemos a nós mesmos.” Ele acrescentou: “Tudo aquilo que é físico tem uma origem informacional-teórica, e estamos num universo participativo”. Todo o universo passa assim a ser visto como um computador — uma máquina cósmica de processamento de informações. (GLEICK, 2011, p. 10).

Justamente por esse impulso dado pelo entendimento de que informação é poder, o EU vigilante a busca com apetite voraz. Entretanto, sempre estará em jogo o fator tempo, ou seja, o desafio imposto pela veloz e intermitente oferta de informações está em como processá-las cognitivamente em menor tempo possível, estando aí as raízes da ansiedade por informação. Wurman também traz esse ponto, associando esse processo com a desinformação:

Temos uma capacidade limitada de transmitir e processar imagens, o que significa que nossa percepção do mundo é inevitavelmente distorcida por ser seletiva; não

podemos assimilar tudo. Quanto mais imagens com as quais somos confrontados, maior a probabilidade de nossa visão do mundo ser distorcida. Tome as notícias como exemplo. Quem já jogou o jogo infantil em que você tem alguns segundos para olhar uma bandeja de objetos e depois deve contar todos os itens da bandeja, sabe que quanto menos tempo você tiver e mais objetos na bandeja, mas é mais provável que você se lembre de coisas que não estavam lá e esqueça as coisas que estavam lá. (WURMAN, 2001, p. 18).

No contexto das notícias, Wurman aborda o impacto da questão volumétrica própria da complexidade. Resumindo, a abundância informacional é raiz para um olhar superficial aos conteúdos, vendo os fatos sem a compreensão das razões pelas quais ocorrem. Isso é característico das redes sociais, nas quais o comportamento padrão do usuário é rolar a página, conteúdo a conteúdo, sem clicar para sua leitura na íntegra:

A quantidade de notícias que devemos ingerir todos os dias dificulta nossa capacidade de perceber da mesma maneira. Não apenas estamos mais propensos a cometer erros de percepção, mas quanto mais tempo passamos com relatos de eventos díspares, menos tempo temos para entender os “porquês” por trás deles, para ver as relações entre eles e entender o presente no contexto da história. Em vez disso, somos embalados por um fluxo de fatos superficiais; ficamos entorpecidos, passivos e não receptivos por um excesso de dados que não temos tempo e recursos para transformar em informações valiosas. (WURMAN, 2001, p. 18).

A questão da oferta excessiva também aparece em Gleick, que ratifica o quanto a ideia de Shannon a respeito da informação tem se mostrado efetiva no mundo moderno. Porém, há uma contradição associada a esse êxito: além de ansiedade, tem-se fadiga e saturação informacional.

À medida que o papel desempenhado pela informação se expande para além dos limites da capacidade humana, ela se torna excessiva. “É informação demais”, dizem as pessoas hoje em dia. Temos fadiga informacional, ansiedade informacional, saturação informacional. Já conhecemos o Demônio da sobrecarga de informações e seus maléficos filhotes, o vírus de computador, o sinal de ocupado, o link desativado e a apresentação em formato PowerPoint. Tudo isso remonta a Shannon. Foram muitas mudanças em muito pouco tempo. Posteriormente, John Robinson Pierce (engenheiro dos Laboratórios Bell que cunhou o termo transistor) brincou: “É difícil imaginar como era o mundo antes de Shannon mesmo para aqueles que o habitavam. É difícil recuperar a inocência, a ignorância e a falta de compreensão”. (GLEICK, 2011, p. 11).

Para Wurman, a questão da ansiedade de informação não está associada à informação propriamente, mas à explosão de dados, ou seja, à informação sem sentido informacional ou forma narrativa:

Portanto, a grande Era da Informação é realmente uma explosão de não-informação; é uma explosão de dados. Para lidar com o crescente ataque de dados, é imperativo distinguir entre os dois; informação é aquilo que leva à compreensão. Todo mundo precisa de uma medida pessoal para definir a informação. O que constitui informação para uma pessoa pode ser dado para outra. Se não faz sentido para você, não se qualifica. (WURMAN, 2001, p. 19).

Aqui, cria-se um contraponto: o EU vigilante enxerga em tudo o potencial de informação, mas o que o cerca, em sua maior parte, é dado. A ansiedade em questão nunca será apaziguada, tornando-se um processo permanente da subjetivação do sujeito moderno. Outro traço interessante do EU vigilante presente no sujeito moderno e tecnológico é a vigilância social como um processo de construção identitária marcado pela permanente busca, no outro, daquilo que o define como sujeito.

Há um aspecto do conceito FOMO ligado a essa questão: se uma boa experiência acontece com o outro, o indivíduo sente que deveria também acontecer com ele. Aqui, identifica-se um efeito do cruzamento entre a ansiedade de informação e a vigilância social.

4.4 Matematização das percepções

Em 2019, o Instagram testou retirar de sua plataforma a possibilidade de os usuários observarem o número de *likes* que outros usuários recebiam em suas fotos. Basicamente, a medida escondia o número de curtidas nos conteúdos com a preocupação de "[...] diminuir o clima de competição entre os seguidores e colaborar para que as pessoas foquem mais em contar suas histórias e não apenas esperar pelas curtidas" (ALVES, 2019).

A discussão sobre a relação entre a saúde mental e as redes já estava em curso e a medida demonstrava sintonia com o contexto social. Em 2016, Turkle mostrou como a demanda por aceitação irrestrita alimentava uma espécie de expressão condicionada. Nesse ponto, há uma correlação entre o EU Vigilante e o EU Midiático:

Na internet, encontramos uma forma simples, rápida e relativamente "barata" de achar a aprovação dos outros. E certamente começamos a almejar mais esse tipo de reconhecimento. Hoje, publicamos mais um tipo de conteúdo que sabemos que vai gerar likes. (É UM CÍRCULO..., 2016).

No entanto, a iniciativa do Instagram sofreu críticas e, em 2021, a ferramenta restabeleceu a visibilidade das curtidas, dando a opção ao usuário para ocultar ou não essas métricas, alegando:

[...]Decidimos fazer este novo teste porque a resposta que recebemos dos usuários foi mista — algumas pessoas descobriram que não visualizar o número de curtidas as ajudava a se sentirem menos pressionadas, enquanto outras pessoas queriam continuar a ver a contagem para que pudessem identificar tendências e os conteúdos mais populares no Instagram (TAGIAROLI, 2021).

O caso ilustra o peso da vigilância social como uma oferta tão importante quanto a possibilidade de exposição na rede e ilustra a conotação informacional das imagens, na qual a publicação, para boa parte dos usuários, somente se consoma quando aceita, ou seja, quando

registra maior número de *likes*. O retorno, dando a opção ao usuário, expõe uma tarefa desafiadora das plataformas para conter as ansiedades informacionais de sua audiência.

Outro exemplo ocorreu no Whatsapp: em 2021, por pressão dos usuários, a ferramenta apresentou a possibilidade de acelerarem a velocidade dos áudios recebidos em seu aplicativo de mensagens, o que já era possível no aplicativo concorrente, o Telegram. Tal experiência é outro exemplo da ansiedade informacional que, mesmo com os prejuízos na expressão sonora, timbre e pontuações, o usuário opta por chegar rapidamente ao teor central da mensagem. Em conteúdo disponível no site Tecnoblog, a psiquiatra Regiane Kunz relaciona essa aceleração do WhatsApp a uma espécie de ansiedade:

O que a gente precisa pensar é que, apesar da vantagem, se não é mais uma forma de mostrar que tentamos acelerar tudo. Essa pressa é justificada?”, questiona Regiane. A psiquiatra incentiva que as pessoas analisem se a ansiedade está fazendo com que os bons momentos sejam menos aproveitados. “Muitas vezes precisamos que as coisas durem o tempo que elas precisam durar. Qual a necessidade dessa pressa toda?”, reforça [...]. Uma das preocupações de Regiane é que haja falha na comunicação. Quando ativamos o recurso de aceleração de áudio no WhatsApp, não somente a duração da mensagem é alterada, como também a entonação de voz do remetente, o que pode fazer com que certas nuances passem despercebidas durante a fala. (MARQUES, 2021).

Nota-se o comportamento EU vigilante em vários aspectos nas redes, onde a observação processa tudo como informação, seja imagem, áudio ou vídeo. Na busca por sentido imediato, o consumo, em qualquer formato, sempre vem agregado ao domínio do tempo de mensagem e da matematização das percepções, como as contagens de *likes*, meios ágeis de compreendê-las como aceitação ou rejeição, eliminando o processo de descobrir, questionar e processar conhecimento, bem como o espaço para contemplação, especulações e fabulações. Tudo deve ser proporcionado instantaneamente o que impacta, inevitavelmente, na capacidade criativa, pois tudo demanda uma pronta-resposta sem muita elaboração.

Por fim, torna-se possível interligar os pontos, entendendo que a ansiedade por informação é combustível para um regime de vigilância deliberada que, uma vez associado à demanda de construção identitária do sujeito tecnológico, cria um terreno fértil para o cultivo da desinformação. Nesse estado de alerta, o EU Vigilante afeta o EU Midiático, estabelecendo um modo condicionado de construção identitária:

Nesse sentido, nossa forma de se expressar muda e se transforma em padrões que podem agradar o público. Acho que esse é o principal problema. Isso gera algumas questões: o que dizemos online e até mesmo o que pensamos está entrando em padrões que sabemos que vai agradar as pessoas? O que isso pode causar à nossa criatividade? As mídias sociais definitivamente nos colocaram em um círculo vicioso de busca de aprovação. Mas, com sabedoria, acredito que conseguimos quebrar esse ciclo. (TURKLE, 2016).

Refazendo os principais pontos até aqui, tem-se o indivíduo moderno como um sujeito tecnológico, com a mente expandida por uma rede complexa, intrincada entre diversos *devices* e sistemas, trazendo consigo dois EUs, forças antagônicas e complementares, compreendendo-os como EU midiático e EU vigilante.

Além de uma relação mediada por informação e impulsionada por ansiedade, afetando a maneira como as personalidades se expressam e constroem identidade, toda essa engrenagem afeta dois aspectos fundamentais do indivíduo: a memória e a sua relação com o conhecimento.

4.5 Memória

A memória é fortemente afetada pelos processos informacionais contemporâneos. De fato, ela é uma experiência informacional, pois, conforme Izquierdo (2018, p.21) “[...] memória significa aquisição, formação, conservação e evocação de informações”.

As relações entre desinformação e vigilância e as operações do EU midiático e do EU vigilante alteram a maneira como as memórias se constituem, sejam individuais ou coletivas, de curta, média ou longa duração.

A complexidade informacional e sua mediação por meio de sistemas de comunicação em rede alteram processos de subjetivação e construção identitária. Segundo Izquierdo (2018 p.21), “[...] podemos afirmar, conforme Norberto Bobbio, que somos aquilo que recordamos [...]. O acervo de nossas memórias faz cada um de nós ser o que é: um indivíduo, um ser para o qual não existe outro idêntico”.

Um ponto interessante, em Izquierdo, é como a memória se constitui em um elemento identitário, fazendo "cada um de nós ser o que é: um indivíduo". Aproveitando-se das relações exploradas anteriormente entre Freud, Deleuze e Guattari, também é possível refletir na memória a coexistência do indivíduo e do coletivo, do uno e da multiplicidade. A matilha, como mencionada por Deleuze e Guattari (2011), ou a psicologia social, como abordado por Freud (1921), somam-se à uma noção do eu. É interessante notar essas relações no contexto da internet.

4.5.1 Relação memória e internet

Pensando na relação entre a memória e a internet, a primeira associação possível está na composição de ambas. As memórias são fragmentos informacionais, o que na internet poderia ser representado pelo *big data*, onde cada informação passa pelos mesmos processos verificados na memória: aquisição, formação, conservação e evocação de informações.

No entanto, existe uma diferença importante entre a memória na internet e na mente humana: enquanto na rede a capacidade de armazenamento é continuamente expansível, dado os grandes progressos tecnológicos, os limites de memorização constatados na mente humana criam um grande desafio para curadoria de informações. A seleção que os indivíduos fazem, constantemente, para não se lembrarem de tudo a todo momento, as máquinas performam por algoritmos que ordenam suas narrativas de memória.

O armazenamento de informação das máquinas e a curadoria que acontece na mente humana criam uma simbiose entre esses dois sistemas, sendo uma das notórias hibridizações do sujeito tecnológico moderno. Com isso, sistemas informacionais disponíveis na internet tornam-se cada vez mais extensões da memória em todas as suas operações, alterando processos de subjetivação.

Um exemplo disso é a alteração da nossa relação com os registros de memória via fotografia. Com a grande capacidade de armazenamento das nuvens, a produção fotográfica doméstica intensificou-se radicalmente. Todo esse registro demanda um grande armazenamento, possibilitado por sistemas como o Google Fotos e até mesmo pelo Instagram, que além de armazenarem, tornam as memórias públicas e coletivas. Nessas redes tem-se uma primeira alteração da experiência de memória. Como as pessoas ficam conectadas a esses sistemas integralmente, recebem, por meio deles, alertas fazendo correlações temporais.

No caso do Google Fotos e do Facebook, são lembretes como “neste dia, há 4 anos atrás”, com as recordações daquele período, ou seja, a memória obtém um recurso de evocação não necessariamente despertado por emoções e estados de ânimo (IZQUIERDO, 2018), mas apoiados em uma dataficação, uma lógica algorítmica baseada no tempo, geolocalização ou outro processo matematizável.

Outro aspecto está no processo de curadoria de memórias que acontece no cérebro, algo que a mente faz para conciliar a atividade cerebral entre memória, processamento de informação e outras demandas. No contexto da internet, isso ocorre por outros fatores, sendo um exemplo o caso da extinta rede social Orkut. Ativa de 2004 a 2014, acumulava mais de 50 milhões de comunidades, fotos e mensagens de usuários na plataforma – até conceder um tempo para os usuários retirarem suas informações e, depois de 2017, ser extinta. O destino das informações não foi noticiado.

Além de exclusões como esta, há o caso dos apagões de sistemas do WhatsApp e do Instagram, ocorrido em 2021, dando um alerta de que parte de registros de memória amplificados por meio desses sistemas pode ser excluídos ou ficar temporariamente inacessível por fatores não esperados, seja por motivos comerciais ou técnicos.

Por fim, um impacto que também dá à memória um viés mais tecnicista e também social está muito ligado ao processo de construção identitária e aceitação. À medida que o indivíduo compartilha fragmentos informacionais de suas experiências na internet, as interações de sua rede são quantificadas, criando uma espécie de índice de popularidade que dá à memória mais um recurso de lembrança. O indivíduo lembra o fato e também o quanto determinado fato foi aceito, isto é, potencialmente, lembra melhor aquilo que teve mais popularidade, recebendo mais curtidas.

4.5.2 Das falsas memórias ao revisionismo histórico

Outro impacto na memória que se relaciona com a complexidade informacional vigente e com o processo de subjetivação do indivíduo é a maneira como a desinformação dirigida contribui para a consolidação de falsas memórias. Em uma apresentação no TED Talk (2013), Elizabeth Loftus, cientista com importantes pesquisas sobre memória, mais especificamente falsas memórias, sinaliza que a memória não funciona como um gravador preciso: “Nossas memórias são construtivas e reconstrutivas. A memória funciona mais como uma página da Wikipedia: você pode visitá-la e modificá-la, mas outras pessoas também podem” (LOFTUS, 2013).

No mundo real, há informações erradas em toda parte. Recebemos informações erradas não apenas se formos questionados de forma manipuladora, mas se conversarmos com outras testemunhas que talvez conscientemente ou inadvertidamente nos forneçam alguma informação falsa, ou se virmos reportagens sobre algum evento pelo qual tenhamos passado, tudo isso gera oportunidade para esse tipo de contaminação de nossa memória. (LOFTUS, 2013).

A pesquisadora acrescenta um desafio comum às memórias e às informações – a identificação da realidade:

A maioria das pessoas estima suas memórias, sabem que elas representam sua identidade, quem são, suas origens. E admiro isso. Também me sinto assim. Mas sei, por causa do meu trabalho, quanto de ficção já está embutida nisso tudo. [...]. Não podemos distinguir com certeza as memórias reais das falsas memórias. (LOFTUS, 2013).

Conectado à ideia da memória como uma Wikipedia, em que, como aponta Loftus (2013), “[...] você pode visitá-la e modificá-la, mas outras pessoas também podem”, está o conceito de memória coletiva do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2013), no qual ressalta o papel das interações sociais no processo de memória. O historiador Pierre Nora (1978 Apud MAUAD, 2017) destaca na noção de memória coletiva seu caráter identitário, quando diz que trata-se de um “[...] conjunto de memórias, mais ou menos conscientes de uma experiência vivida ou mitificada por uma comunidade, cuja identidade é parte integrante do sentimento do

passado". Contudo, a construção de uma memória coletiva não é procedimento simples, pois requer um cruzamento de diferentes elementos:

Para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser reconstruída sobre uma base comum [...].

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Se a psicologia individual é, de início, simultaneamente psicologia social, com a memória não é diferente, ou seja, há uma interligação entre memória individual e memória coletiva, o que Halbwachs explica ao referir-se à memória individual:

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Para evocar seu próprio passado, em geral a pessoa precisa recorrer às lembranças de outras, e se transporta a pontos de referência que existem fora de si, determinados pela sociedade. Mais do que isso, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Sendo assim, uma falsa memória, como nas bases exploradas por Loftus (2013), também tem sua potência coletiva, alimentada pela relação entre desinformação e vigilância. Um dos fenômenos que exemplificam o viés social da falsa memória está no chamado revisionismo histórico.

Nesse ponto, para ilustrar a relação entre vigilância, desinformação e memória, vale retomar um trecho já citado do clássico *1984* de George Orwell, em que há uma passagem sobre como o processo de construção narrativa da memória se dá por camadas informacionais, algo tratado anteriormente quando se abordou a convergência das narrativas.

Para reforçar o controle imposto pelo regime ao qual seu país está submetido, Winston, personagem principal da trama de Orwell, tem em sua profissão a confirmação da máxima do Partido: ;

O personagem, que trabalha no Departamento de Registros, órgão vinculado ao Ministério da Verdade, tem a rotina de "retificar" notícias antigas que não se consumaram como o governo previa, mudando as versões das notícias publicadas no *Times*, principal veículo onde se passa a trama de Orwell, de forma a fazer com que o governo, nesses registros, sempre apareça prevendo os acontecimentos de maneira muito assertiva:

As mensagens que ele recebera se referiam a artigos ou notícias que, por uma razão ou outra, considerava-se necessário alterar, ou, como dito na frase oficial, retificar. Por exemplo, havia aparecido no Times de 17 de março que o Grande Irmão, em seu discurso no dia anterior, tinha previsto que o front no Sul da Índia permaneceria calmo, mas que uma ofensiva Eurasiana ocorreria em breve no Norte da África. Na verdade, o Alto Comando Eurasiano lançara sua ofensiva no Sul da Índia e deixara o Norte da África em paz. Era, portanto, necessário reescrever o parágrafo do discurso do Grande Irmão de forma a fazê-lo prever o que de fato acontecera. (ORWELL, 2001, p. 48).

Em outro ilustrativo exemplo de alteração de registros de memória presente na obra de Orwell, o autor enfatiza que as narrativas, embora tivessem lógica crível, estavam longe de representar a verdade. Assim, as edições sustentavam uma narrativa verossímil, distante da realidade, com as quais, de fato, ninguém se importava:

A maior parte do material com que você lidava não tinha conexão com o real, nem mesmo o tipo de relação contida em uma mentira explícita. As estatísticas eram uma fantasia tanto em sua versão original quanto em sua versão retificada. Em grande parte das vezes esperava-se que você mesmo inventasse. Por exemplo: a previsão do Ministério da Fatura tinha estimado a produção de botas para o trimestre em cento e quarenta e cinco milhões de pares. A produção real informada foi de sessenta e dois milhões. Winston, porém, ao reescrever a previsão, diminuiu o número para cinquenta e sete milhões, de modo a permitir a alegação habitual sobre superação de cotas. De todo modo, sessenta e dois milhões não era mais próximo da verdade do que cinquenta e sete milhões, ou do que cento e quarenta e cinco milhões. Muito provavelmente, nem um par de botas foi produzido; ou melhor, ninguém sabia quantos tinham sido produzidos, e menos ainda se importava. O que se sabia era que todo trimestre, uma quantidade astronômica de botas era produzida no papel, enquanto provavelmente metade da população da Oceania andava descalça. (ORWELL, 2001, p. 50).

É interessante notar uma relação entre a trama de Orwell com a proposta de Loftus (2013) de que “[...] memórias são construtivas e reconstrutivas” e podem ser plantadas, conforme suas pesquisas apontaram. Quando falsas memórias são aceitas por um coletivo, cria-se uma falsa memória coletiva, algo que, pode ser notado com o atual e controverso termo “revisão histórica”.

Revisão histórica é um processo regular e científico, no entanto, o revisionismo é um exercício de criar camadas de memória que mantêm uma base narrativa, mas que altera camadas dessa memória, negando fatos e alterando sentidos. Mandelli (2020) ilustra bem como esse processo se dá na complexidade das redes, misturando desinformação e construção identitária:

Sim, eu sou o cara que vai nas livrarias pra pegar 'O Diário de Anne Frank' e botar na seção de ficção". Esta frase foi publicada no Twitter nesta semana em uma discussão sobre nazismo, por um perfil que se diz parte de uma “organização política, de orientação nacional-revolucionária, que defende uma resistência ampla à agenda neoliberal e globalista no Brasil”. (MANDELLI, 2020).

O post em questão recebeu 44 *likes*, ilustrando que as memórias coletivas, sejam reais ou falsas, colaboram com o processo de construção identitária, pois operam como plataformas

de crenças nas quais o indivíduo que se associa a elas demonstra à sua rede quem é ou à qual grupo pertence. Por isso, sua cristalização no contexto digital é mais viável, uma vez que o compartilhamento de mensagens via regulação algorítmica é mais dirigido, alcançando indivíduos associados à determinada plataforma de crenças.

Além da memória, a relação entre vigilância, desinformação e subjetivação surge, também, em outro pilar importante da psique do indivíduo moderno: a forma como se relaciona com a noção de conhecimento.

4.6 Conhecimento

Assim como as noções de informação e memória, o conceito de conhecimento tem se alterado ao longo do tempo. De Platão a Paul Feyerabend, o percurso traçado pela epistemologia da teoria do conhecimento mostra como o tema tem progredido em torno do conceito de verdade.

Com o contexto digital de complexidade e vigilância, somado ao crescente fenômeno de promoção e construção identitária, o conhecimento tem se fragmentado em uma espécie de segmentação do saber. Nesse contexto, conhecimentos até então tidos como universais têm perdido essa abrangência, particularizando-se de acordo com as crenças de quem os recebe e reconhece.

Nesse contexto, muito arraigado por teorias conspiratórias, conhecimentos consolidados ou passagens históricas documentadas começam a ser negados por grupos que encontram nas redes a viabilidade de sua existência. A inexistência do aquecimento global, a associação das vacinas com autismo, a refutação à passagem do holocausto, por diferentes razões, recebem por determinados grupos o status de conhecimento.

O primeiro ponto é que, em meio à complexidade informacional e ao seu caráter volumétrico, a demanda inicial para um conhecimento ser reconhecido como verdade não está em seu processo de constatação, incluindo aí o rito científico da falseabilidade, mas sim na simplicidade de sua narrativa. Isso não é, necessariamente, uma demanda da desinformação.

Um exemplo, no campo da ciência, está na ideia de que Isaac Newton concebeu a lei da gravidade ao ver a queda de uma maçã. Independentemente de ter sido verdade, embora documentos da Royal Society de Londres sugiram que sim, é uma estrutura narrativa muito simples que incorpora um enredo da criação de grande potencial de reprodução, ou seja, o conhecimento moderno demanda uma simplificação refletida em uma potência de meme, no sentido de Dawkins (2007).

Nessa linha, surge nas redes um componente de forte potência memética, o conhecimento de narrativa identitária, que tem ganhado força com a possibilidade de segmentação da informação nas redes. Essas narrativas funcionam como bandeiras que o indivíduo utiliza não para um desenvolvimento do saber, mas para promover a sua existência como parte de um grupo.

Nesse caso, teorias conspiratórias e negação de fatos históricos são promovidas a conhecimentos por grupos que agregam diversas narrativas em uma plataforma de crença. Exemplo disso é o caso do QAnon, grupo criado em 2017 no fórum 4chan, que consolida a crença antivacina em uma visão política conspiratória, entre outras narrativas. Por constatar a incidência de desinformação, o grupo perdeu seus canais no Twitter e no Youtube, migrando para outras redes, por exemplo, o Telegram.

Observando mais especificamente as narrativas associadas ao contexto antivax, nota-se outro aspecto de potência memética no sentido de Dawkins (2007), algo manifestado na linguagem utilizada. Muitas vezes, ao misturar opiniões a informações confirmadas e conseguir, de alguma forma, o endosso de autoridades científicas, o discurso simplificado dessas narrativas de negação consegue se potencializar como meme. Na evolução das narrativas antivax, nota-se esse fenômeno.

4.6.1 O movimento antivax e suas narrativas identitárias de conhecimento

Em 1982, o documentário DPT: Vaccine Roulette demarca um momento Antivax em um contexto mídia de massa, ao associar a vacina tríplice bacteriana, que protege contra difteria, tétano e coqueluche, a danos cerebrais. O filme dirigido e roteirizado por Lea Thompson, produzido pela NBC, é destacado em WONG (2011), citando a publicação de Paul A. Offit:

[...] um dos programas mais poderosos já transmitidos na televisão americana: milhares de pais pararam de dar a vacina contra coqueluche a seus filhos; advogados de ferimento pessoal atacaram empresas farmacêuticas, fazendo com que muitos parassem de fabricar vacinas; e o Congresso aprovou uma lei para proteger os fabricantes de vacinas e, ao mesmo tempo, compensar aqueles que supostamente foram prejudicados pelas vacinas” (WONG, 2011).

O grande impulso do movimento antivax vem por uma outra via, ratificada pela revista The Lancet. Em 1995, Andrew Wakefield, professor e consultor em gastroenterologia em uma escola de medicina em Londres, publicou um artigo na conceituada publicação científica, dizendo que a vacina contra o sarampo poderia estar associada à doença de Crohn (inflamação dos intestinos) e à colite ulcerativa. Pesquisadores criticaram sua metodologia e descobriram

que nem o sarampo nem a vacina contra o sarampo causam a doença. Em 1998, surge um novo questionamento:

Andrew Wakefield apresentou uma pesquisa preliminar, publicada na conceituada revista *Lancet*, descrevendo 12 crianças que desenvolveram comportamentos autistas e inflamação intestinal grave [...] Wakefield e seus colegas de estudo levantaram a possibilidade de um "vínculo causal" desses problemas com a vacina MMR, que protege contra sarampo, rubéola e caxumba e que havia sido aplicada em 11 das crianças estudadas [...] Wakefield reconhecia que se tratava apenas de uma hipótese de que as vacinas poderiam causar problemas gastrointestinais, os quais levariam a uma inflamação no cérebro - e talvez ao autismo. Foi o suficiente, porém, para que índices de vacinação de MMR comesçassem a cair no Reino Unido e, mais tarde, ao redor do mundo (IDOETA, 2017).

Somente em 2010, depois de uma série de estudos que não comprovaram a hipótese do estudo original, a *The Lancet* retirou o estudo de seu site. No mesmo ano, o Conselho Britânico de Medicina cassou a licença de Wakefield, que não pôde mais atender pacientes no Reino Unido.

Em 2020, uma nova ocorrência impulsiona o movimento Antivax, a suposta associação entre vacinas contra covid-19, que usam um adenovírus específico no combate ao vírus SARS-CoV-2, e o aumento do risco de que pacientes sejam infectados com HIV, sendo que, para isso, a pessoa precisa ser exposta ao vírus.

Nesse caso, diferentemente do que ocorreu com Wakefield, o estudo teve sua legitimidade preservada. Apesar de não ser categórico na relação entre as vacinas de adenovírus 5 com aids e do “[...] Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/aids (Unaid) ter reforçado que as vacinas contra a covid-19 não carregam nenhum elemento do vírus da aids, não causando supressão no sistema imunológico”, outra narrativa levanta questões sobre essa relação como o fato de a África do Sul e a Namíbia suspenderem a aprovação da Sputnik V (vacina que tem o adenovírus em questão) em seu país.

Ou seja, a simplificação narrativa se perde em meio a tantas ramificações. No entanto, a publicação na revista *The Lancet*, nos dois casos, traz um elemento de credibilidade importante à narrativa. Essa questão vai rebater na narrativa de enunciado feita pelo presidente Bolsonaro em uma fala curta e bastante simples, com característica de hipertexto, apresentada na narrativa “vacina e HIV” em sua *live* semanal. Apesar de usar a referência de um texto que faz menção a relatórios do sistema de saúde britânico, em sua defesa, posteriormente, ele referenciou a matéria da revista *Exame* que cita o jornal científico *The Lancet*.

Ou seja, há, no discurso, a pretensão de uma narrativa de conhecimento, embora a costura e a transparência sejam para promover uma relação identitária entre a autoridade e seu eleitorado.

4.6.2 Escola sem partido

Outro exemplo de narrativas de conhecimento com vieses identitários está no tema Escola sem Partido que se apresenta como proposta para impedir a promoção de conteúdos educacionais com suposto viés ideológico. O movimento nasce quando as redes sociais começam a surgir, indicando que esse tipo de construção toma corpo junto à evolução da internet que desemboca nas redes sociais. Também nesse contexto nasce o contramovimento, com professores defendendo maior liberdade programática do ensino.

Em 2018, no Brasil, essa questão ganhou um componente de vigilância, quando estudantes passaram a gravar suas aulas e divulgá-las na internet para expor casos desse suposto viés educacional, corroborando com as ideias apresentadas no movimento Escola sem Partido. Na época, juristas discutiram a inconstitucionalidade do ato, ferindo questões de privacidade e direito de uso de imagem.

A situação também expõe um contexto em que o conceito de conhecimento se atrela ao processo de construção identitária. Em agosto de 2019, alegando falta de apoio político, Miguel Nagib, fundador do movimento no Brasil, encerrou as atividades do grupo.

4.6.3 Desafio para os jovens

Por influência das redes, o conhecimento tornou-se uma espécie de narrativa de representação, por meio da qual se atribui a uma narrativa o status de conhecimento, confirmando as crenças de um indivíduo ou de um grupo. A descentralização da autoridade propiciou que o processo de ratificação de algo como conhecimento deixasse de ser restrito ao contexto científico, com seus processos e metodologias, agregando-se a possibilidade de isso ser feito via autenticação identitária.

Alguns efeitos desse processo podem ser notados na dificuldade dos alunos em identificarem diferenças entre opinião e notícia. Um exemplo da incidência dessa dificuldade é apontada em relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2021) que revela que jovens de 15 anos, avaliados em exame internacional aplicado em 79 países, não conseguem buscar conhecimento na internet.

Uma matéria no *Correio Braziliense* destaca partes do estudo, apontando o desafio desse público: encontrar informação válida. Em um dos trechos, cita que: “[...] hoje, ele precisa aprender a distinguir o que é relevante entre milhares de resultados de uma busca no Google; precisa ser capaz de construir conhecimento e validá-lo, opina a OCDE”. Em outro ponto, a questão da desinformação é abertamente mencionada:

Para muitas crianças em idade escolar e até mesmo professores, a desinformação nos tempos pré-pandemia talvez parecesse algo remoto, uma preocupação política de

pouca relevância no pátio da escola ou na sala de professores. Hoje, a infodemia (como especialistas se referem à proliferação de falsas informações em grandes volumes, como ocorre em tempos de covid-19) e a incerteza sobre fatos científicos e de saúde básicos capturou o foco dos alunos de 15 anos - e seu anseio por soluções", prossegue o relatório da OCDE. (NATIVOS..., 2021).

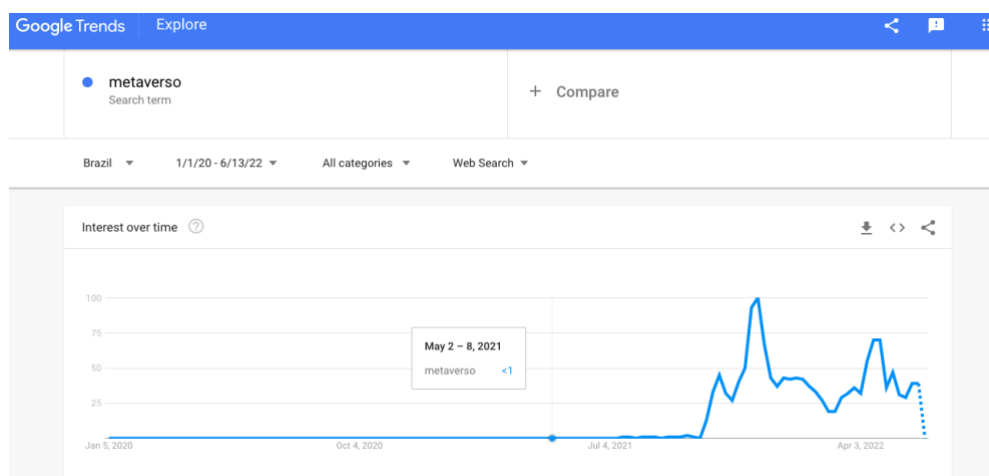
Se as futuras gerações já sentem dificuldade em identificar o conhecimento e a desinformação, com a promessa do Metaverso já há indícios de maiores desafios no horizonte.

4.7 O metaverso e a próxima fronteira da relação entre desinformação, vigilância e subjetivação

Até este ponto, a pesquisa trabalhou as relações entre vigilância, desinformação e subjetivação muito apoiada no cenário de redes que está estabelecido. O dirigismo informacional propiciado pela combinação entre o perfilamento fruto da vigilância e a segmentação de narrativas – podendo estas serem produto da desinformação – foi analisado com base no retrato vigente da internet, ou seja, sites, plataformas sociais e aplicativos que formam um ecossistema digital com rastreadores dedicados a vigiar o comportamento humano e devolver interferências por meio de conteúdos, afetando o processo de subjetivação com destaques para parte desse processo relacionado com a memória e o conhecimento.

No entanto, alguns sinais indicam que essas relações podem ser alteradas de forma bastante sensível. No final de 2021, o termo Metaverso teve um pico de buscas no Google (Figura 4). Nesse mesmo período, o CEO do então Facebook Mark Zuckerberg, anunciava que sua empresa mudaria de nome para Meta, embarcando em soluções interativas no contexto do Metaverso.

Figura 4 – Aumento no volume de buscas sobre Metaverso



(GOOGLE TRENDS [s.d.])

A ideia do Metaverso é um conceito que existe desde os anos 1980 em livros como *Neuromancer*, de William Gibson, mas o registro do termo surge em 1992, no livro *Nevasca* de Neal Stephenson. Tecnicamente é entendido como a combinação de realidade virtual, realidade aumentada e internet, mas metaverso é uma composição e, ao observar os elementos conceituais que compõem essa ideia, tem-se melhor noção a que se refere.

Retomando o pronunciamento de Zuckerberg, o metaverso é composto por revisões dos seguintes conceitos: presença, avatares, *home space*, *teleporting*, interoperabilidade, privacidade e segurança, bens virtuais e interfaces naturais. O empresário reforça que: "[...] não se trata de passar mais tempo nas telas. Trata-se de tornar o tempo que já passamos melhor. As telas simplesmente não podem transmitir toda a gama de expressão e conexão humana. Eles não podem entregar esse sentimento profundo de presença. Mas a próxima versão da internet pode" (META, 2021).

Todos esses elementos estão presentes no ambiente digital, principalmente, no contexto dos games, como Second Life ou Pokemon Go. Entretanto, quando isso passa a ser chamado de “a próxima versão da internet”, levanta-se uma questão importante: qual é o design dessa nova internet? Quais são suas premissas e seus protocolos? Quem os concebe? Quais as implicações em termos de vigilância, desinformação e, sobretudo, subjetivação do indivíduo.

Existem algumas iniciativas que mostram o viés positivo dessa transformação em curso. No campo jornalístico, o trabalho de Nonny de la Peña, apresentando notícias por meio de realidade aumentada, propicia um contato com os fatos em uma perspectiva favorável a um melhor entendimento da notícia, uma vez que se passa a visualizá-la em primeira pessoa.

Por outro lado, outros apontamentos mostram por onde pode seguir o futuro da desinformação. Os primeiros movimentos do chamado *deepfake* também esboçam que as notícias falsas podem alcançar outro patamar de sofisticação e credibilidade.

É no campo da vigilância que, talvez, as proporções se anunciem mais radicalmente, uma vez que a monitoria não se dá via reações minimamente elaboradas, mas via expressões, quase que simultaneamente ao processo de subjetivação. É como se as reflexões do indivíduo estivessem abertas às plataformas. Cada interação na rede, cada escolha de local, de avatar etc., pode levar a um processo de dataficação muito mais intenso e imediato, tendo como consequência intervenções informacionais com maior impacto no processo de subjetivação.

Embora o anúncio de Zuckerberg venha acompanhado de uma preocupação com relação à privacidade, o modelo de metaverso proposto nos games, como no caso do hit das crianças chamado Roblox, torna a proposta de *privacy by design* (privacidade desde a concepção)

inviável, sendo necessário um apontamento mais claro de como será a gestão de dados, uma vez que essa vigilância líquida é dada como certa.

Embora já se tenha um movimento avançado com relação à realidade aumentada, ainda existe uma barreira importante: a questão do *device* de acesso, os óculos. Os equipamentos têm evoluído bastante, mas colocar óculos para emular um ambiente sem sair de onde está ainda é um procedimento que enfrenta algumas resistências culturais a serem superadas para uma melhor experiência do usuário.

No entanto, com a pandemia, as experiências no contexto das escolas e a alteração radical no mundo do trabalho criaram uma predisposição a essa evolução na desterritorialização, embora ainda exista um caminho a percorrer para que tudo aterrise em um novo paradigma ou em uma nova internet.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao relacionar complexidade, vigilância e desordem informacional, refletindo sobre o impacto dessas relações na subjetivação do indivíduo moderno, a conclusão deste trabalho se apresenta inicialmente sob três aspectos: o papel determinante do design da internet no contexto complexo do digital, a ambiguidade do dirigismo narrativo, ora se apresentando como liberdade de escolha ao usuário, ora limitando suas percepções, e a demanda identitária como norma social, afetando a forma como o indivíduo e a sociedade produz memória e conhecimento.

Além de discorrer sobre os pontos acima, as considerações finais refletem sobre possíveis contrapontos aos problemas ressaltados na pesquisa, abordando a importância de um letramento desse indivíduo, bem como, de uma revisão sobre o modelo socioeconômico estabelecido com as progressões da internet.

5.1 O design da internet

Iniciando pela importância do design da internet para as relações traçadas nesse estudo, são destacadas as seguintes questões: 1) a convergência da web, e seu desenho descentralizado intensificando o volume de informação na rede, 2) a vigilância como dispositivo nativo do sistema e 3) o efeito da construção de experiências interativas muito focadas no atendimento dos anseios dos usuários.

Sobre a convergência viabilizada na internet, interessante observar como esse aspecto contribui na geração de complexidade informacional, uma vez que a convergência da rede é

chave para seu crescimento exponencial e rizomático. Como uma imensidão de imagens, textos, sons e vídeos, transitam na rede mediante uma mesma lógica digital, a construção de narrativas híbridas e transmidiáticas torna-se possível, aumentando ainda mais o volume de informação na rede.

Sob a premissa de que todos os conteúdos, bem como suas interações, são “numerizados”, como mencionado em Kerckhove (1997), o sistema da web permite construções narrativas que eventualmente possam se iniciar em um programa de televisão, expandir-se para discussões nas redes sociais, estendendo-se a debates em podcasts ou programas de rádio. Sendo que todos esses movimentos podem ser intercambiados, gerando a cada novo passo, mais dados e narrativas, ou seja, mais informação.

Outro aspecto do design da rede, associado a esse aumento informacional e de complexidade, está na sua descentralização do polo informacional, marcada pela existência de múltiplos pontos de criação e distribuição de informação. Aqui, vale retomar também um movimento que ilustra bem essa descentralização que é o fenômeno prosumer, mencionado no primeiro capítulo, reunindo em cada indivíduo, os papéis de audiência, produtor e distribuidor de informação.

Nessa perspectiva, a convergência e a descentralização assumem, no design da web, o papel de vetores desse contexto caótico, no qual a desordem informacional apresenta-se como um efeito natural. Compreendendo desordem informacional por esse entendimento expandido para além das notícias, incorporando também as trocas de dados, os registros das interações digitais, bem como toda uma diversidade narrativa, na qual se misturam publicidade, opiniões, notícias, artigos científicos e também discursos de ódio, vazamentos, entre outros.

5.1.1 Vigilância nativa, a experiência do usuário e o design de retenção

Entre os demais pontos relacionados com a questão do design da internet está o apontamento da vigilância como um dispositivo original da web, algo evidenciado em Galloway (2004), sob o conceito de protocolo, compreendido por uma ferramenta que estabelece mecanismos de observação, registros e interferência no fluxo geral da rede. Como já mencionado no capítulo 2, o autor pondera que essa cobertura abrangente, característica de uma vigilância que se consuma por modulação e controle, “torna o protocolo perigoso”, dado mais impacto a essa interferência, pois ele “[...] atua para tornar concretos nossos desejos fundamentalmente contingentes e imateriais”.

Além disso, vale observar que a origem da internet transcende sua gênese militar, pois além do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, seu início também contou com a presença de “redes científicas, institucionais e pessoais” (CASTELLS, 1999), misturando múltiplas demandas de vigilância, sendo talvez esse fator que leve ao modelo dessa vigilância nativa ser distribuída, como citado em Fernanda Bruno (2014) ou, líquida para ficar nos termos de Bauman e Lyon (2014).

Essa vigilância nativa da internet se efetiva pela possibilidade permanente do rastreamento digital, a exemplo dos cookies, bem como, pela necessidade de uma observação sistemática para que a rede cumpra seus requisitos de entregar a informação de interesse a quem a procura, a exemplo dos algoritmos. Com essa arquitetura, onde a vigilância é um elemento de base, seu exercício se expande, tornando-se ainda mais normalizado e, por consequência, mais distribuído e líquido.

A questão de entregar a informação de interesse a quem a procura permite direcionar o debate a um outro aspecto do design: o atendimento dos anseios do usuário como prioridade para a concepção das experiências digitais. Esse pensamento geral, inspirado no conceito de customer centricity, pode ter um efeito colateral nocivo.

No campo da informação, criar mecanismos que proveem somente aquilo que supostamente é de interesse do usuário tem severas consequências sociais, a exemplo das chamadas bolhas de informação (FERRARI, 2021) ou da prática de uma publicidade pervasiva de desinformação dirigida, a exemplo do caso Cambridge Analytica também citado no capítulo 2.

Ainda dentro desse campo das experiências digitais, um outro ponto pode ser agregado aqui. Há, de uma forma geral, nas plataformas digitais uma espécie de design de retenção. Trata-se de um desenho de experiência do usuário que age em função de segurá-lo naquele determinado espaço digital, como por exemplo um site ou uma rede social. Embora o modelo comunicacional da internet seja próprio ao hipertexto, sugerindo uma experiência que transite livremente de uma plataforma a outra sem obstáculos. De uma forma geral, o desenho de experiência do usuário das plataformas tem frequentemente a premissa de reter o usuário em um mesmo espaço.

No caso das redes sociais, sair de uma plataforma, como Instagram, ou até mesmo o Whatsapp, para se aprofundar em uma determinada notícia, acessando-a externamente, não é um movimento facilitado no design das experiências digitais. A proposta é mantê-lo sob a lógica daquele silo, onde rolar na tela tem mais valor do que o click para um ambiente externo, como se a rede fosse evoluindo por silos independentes. Ainda que o usuário insista e saia do

ambiente, a forma intrincada que as narrativas se encontram, também dificultam a compreensão das informações.

O referido caso das vacinas é um exemplo, onde, mesmo que o usuário, que recebeu determinado fragmento sobre o assunto, se disponha a cruzar informações jornalísticas com documentos científicos, há ainda uma necessidade de certificação complexa para concluir se determinada narrativa é válida no sentido de sua veracidade.

As plataformas digitais nas quais as pessoas passam a maior parte do tempo, possuem esse desenho voltado a uma longa permanência no mesmo lugar, operando em função de uma ágil produção de informação fragmentada e uma interatividade facilitada. Desta forma, os aplicativos de mensagens, bem como, as redes sociais, acabam por manter suas audiências na superfície dos acontecimentos, links externos para conteúdos mais longos perdem a disputa por atenção para os breves enunciados ou os vídeos de 15 segundos.

Se a premissa do design das plataformas é a retenção, a contenção de processos de desinformação tende a ser tratada *a posteriori*. Um exemplo são os canais de denúncias disponíveis na maior parte das plataformas digitais. Apesar de serem recursos importantes, atuam quando a construção de uma determinada ideia falsa já se efetivou. O dano em grande parte já se instaurou.

As questões de design levantadas aqui mostram que a complexidade, a vigilância e a desordem informacional são reflexos do tipo de sistema autorreferente que é a internet. Independente da atuação do indivíduo, a rede já tem estabelecido em seu design sua potência de inteligência conectiva, mas também de desinformação.

5.2 O dirigismo narrativo e a demanda identitária

Outro importante aspecto das conclusões está na relação entre o dirigismo narrativo e a demanda identitária do indivíduo moderno. Inicialmente, vale resgatar a noção de dirigismo narrativo trazida na pesquisa, referindo-se à condição de se construir paisagens informacionais baseadas em preferências ou crenças do usuário. Seja pelo funcionamento orgânico de seus algoritmos ou pela acuracidade da publicidade desenvolvida pelas plataformas digitais, o dirigismo narrativo está na possibilidade de segmentar a distribuição de narrativas, encaixando indivíduos a perfis de audiência previamente estabelecidos, condicionando-os a visualização de determinados tipos de conteúdos de acordo com as definições atribuídas a esses perfis.

Também atrelado a uma suposta intenção de dar ao usuário exatamente aquilo que ele procura, esse dirigismo narrativo quando cruzado com a demanda de construção e promoção identitária tem um resultado social fortemente conectado à desinformação.

A demanda de construção e promoção identitária, ressaltada pelo capítulo 3, onde o indivíduo valida sua existência no olhar do outro, apresentando na internet sua “versão otimizada da própria vida” (SIBILIA, 2016), faz das narrativas uma ferramenta de apoio a essa demanda, dando a possibilidade desse indivíduo se manifestar como sujeito simplesmente via aceites ou rejeições à informação.

Dessa forma, a paisagem informacional que lhe é oferecida pela rede, com seu respectivo dirigismo narrativo, é baseada nessas interações, que sob um regime de vigilância, são processadas para o sistema seguir devolvendo um conjunto de narrativas que reforcem suas crenças, marcando assim o processo de subjetivação do indivíduo com uma alta carga identitária, constantemente alimentada.

Resumindo, o indivíduo, na função de usuário da internet, passa a usar narrativas, sejam elas verídicas ou falsas, como meio para promover sua identidade, compartilhando suas crenças por interações, como comentários, compartilhamentos ou qualquer outro movimento de aceite ou rejeição a uma determinada informação. Quanto mais dirigida é essa informação, mais ela cristaliza conceitos, sejam eles baseados em fatos ou em situações inverídicas, estando aí a conexão entre essa demanda identitária e a desinformação.

5.3 O letramento como contraponto

Apesar da pesquisa indicar que o design da internet já estabelece a complexidade, a vigilância e a desordem informacional como ocorrências inerentes ao modelo comunicacional da rede e pontuar que a questão identitária, presente no processo de subjetivação do indivíduo moderno, está arraigada como “norma social”, não significa que não haja possibilidades de atenuar ou remodelar essas ocorrências. Uma consciência maior sobre o funcionamento das tecnologias digitais e da mídia, somadas a um melhor entendimento sobre a reformulação da privacidade como um direito, pode, em algum nível, fazer um contraponto ao controle instituído nas plataformas digitais, permitindo identificar melhor sua modulação.

Algo sobre esse entendimento surge no conceito de *bit literacy*, apresentado por Mark Hurst na publicação já mencionada de Wurman (2001), no início do capítulo 3.

A alfabetização de bits é uma consciência de bits: o que são bits, como eles afetam nossas vidas e como podemos sobreviver em uma sociedade permeada por bits. Com essa consciência, as pessoas com essa alfabetização são capazes de controlar os bits, e não serem controladas por eles, que estão se tornando centrais em nossas vidas (HURST, 2001, tradução nossa).

É interessante que, ao invés de um domínio totalitário do bit, o letramento, proposto por Mark Hurst, tem a finalidade de viabilizar momentos de distanciamento do digital. Parece haver uma relação entre esse distanciamento e a complexidade volumétrica das redes. Curiosamente, o letramento proposto pelo autor parece agir contrariamente a esse volume. Ao invés de propiciar uma aquisição de mais bits, Hurst posiciona que a capacidade resultante desse letramento é uma redução do contato com esse volume, abrindo um “caminho de vazio”.

Os bits tocam nossas vidas em tantos pontos que é impossível escapar deles, e é uma loucura tentar adquirir todos eles. Em vez disso, ser alfabetizado em bits significa trabalhar constantemente para nos livrarmos o máximo dos bits que pudermos. A alfabetização de bits nos permite abrir um caminho de vazio através da selva de bits que nos cercam e nos distraem; o vazio nos permite ver (HURST, 2001, tradução nossa).

A complexidade informacional solicita a prática de um letramento no plural, enfim, a demanda existente é por uma combinação de, pelo menos, três tipos de letramento. Um letramento a respeito do código e sua programação algorítmica, já defendido por projetos como Code.org, combinado a um letramento no âmbito da privacidade, o chamado privacy literacy (WISSINGER; STATE, 2017), promovido por organizações como a Data Privacy Brasil, e, por fim, um letramento midiático (media literacy), esse mais conhecido, tendo entre seus principais embaixadores organizações como a UNESCO.

Para além dos letramentos, o contraponto a essa vigilância relacionada à desinformação, envolve uma revisão mais profunda e abrangente no modelo social e econômico que toca profundamente a relação entre complexidade, vigilância e desordem informacional, pois ele solidifica e naturaliza determinadas operações que precisam ser alteradas.

5.4 O modelo econômico e social sob revisão

Um ponto crucial para alterar aspectos nocivos do dirigismo narrativo, e da relação entre vigilância e desinformação, está no campo da economia, mais especificamente, na revisão do modelo de monetização das plataformas, modelo este que já demonstra estar em transição.

Em 2018, uma série de acontecimentos demarcam um novo momento para esse tema. A crise política associada ao Facebook, acompanhada de movimentos jurídicos em diversos países, como a implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados da Europa (GDPR)

e as aprovações da California Consumer Privacy Act (CCPA) nos Estados Unidos e da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil, apontam para mudanças no campo da publicidade e marketing digital em escala global.

Um artigo de Brian Platz, membro do conselho de tecnologia da Revista Forbes, busca traçar a evolução da publicidade digital, tendo como ponto de partida a publicidade contextual, lançada no início dos anos 2000 pelo Google AdSense, caracterizada por um modelo que parecia beneficiar usuários finais e empresas, onde, de um lado, os usuários receberiam anúncios mais relevantes e, de outro, as empresas dirigiam sua comunicação a quem tem mais probabilidade de comprar seu produto.

Para Zuboff (2021) essa é uma retórica, a autora faz um contraponto de que “[a] invenção da propaganda dirigida por parte do Google foi pioneira em termos de sucesso financeiro, mas também assentou o alicerce de uma consequência muito maior: a descoberta e elaboração do capitalismo de vigilância” (ZUBOFF, 2021, p. 190).

Essa relação entre a publicidade digital e vigilância é algo cada vez mais questionado e que está aparentemente refletindo na transição em curso. Como explica Platz (2021): “O mercado de publicidade outrora onipotente está se redefinindo em torno da privacidade”.

O sinal de que essa transformação está avançando pode ser notado em diversas mudanças anunciadas e praticadas pela indústria, como, por exemplo, os recursos do App Tracking Transparency (ATT), presentes no iPhone que restringem o rastreamento de aplicativos. Além dessa medida que afetou drasticamente o modelo de publicidade do Facebook, Platz (2021) indica outras mudanças.

Em 2019, Mark Zuckerberg escreveu um artigo de opinião, publicado pelo Washington Post, que afirmava que precisamos de um papel mais ativo para governos e reguladores. “Ao atualizar as regras da Internet, podemos preservar o que há de melhor nela – a liberdade para as pessoas se expressarem e para os empreendedores construírem coisas novas – ao mesmo tempo que protegem a sociedade de danos mais amplos”. Nesse mesmo ano, a Mozilla bloqueou os cookies por padrão no Firefox. O Google anunciou que seu navegador Chrome limitaria o rastreamento entre sites em 2020 e o baniria totalmente em 2022. Em março de 2020, o Safari também bloqueou cookies de terceiros por padrão (PLATZ, 2021).

Vale um destaque especial no contexto do Google, que, apesar de anunciar o encerramento dos cookies de terceiros, por possuir um vasto inventário informacional “[...] ainda reúne enormes quantidades de dados de usuários do YouTube, Gmail, Google Docs, Maps e outras propriedades online. Com a concorrência efetivamente encerrada, o Google tem o potencial de se tornar uma câmara de compensação de dados para anunciantes que não podem mais confiar no Facebook ou no Twitter” (PLATZ, 2021).

Além disso, segundo Platz (2021), a empresa já utiliza a tecnologia de computação multipartidária segura (MPC), que existe desde 1980, mas tem sua aplicação aprimorada em linha com as atuais demandas de privacidade. Trata-se de um tipo de criptografia que qualifica o acesso às informações dos usuários, não o deixando mais irrestrito. Na medida em que “permite compartilhar dados sem ver de onde eles vieram, o MPC é um exemplo de como a tecnologia continua a evoluir independentemente de modelos de negócios antigos ou reclamações barulhentas do CEO” (Platz, 2021).

A reformulação do modelo econômico dessas plataformas sinaliza que a questão não se trata exclusivamente de resolver a forma de monetização da indústria. Aliás a própria fala de Zuckerberg cita que essas transformações também possuem a finalidade de “[...] protegemos a sociedade de danos mais amplos”. O artigo publicado por Dora Kaufman (2020) dá indícios de que essa interferência social seja mais abrangente, pois as plataformas digitais, nas palavras de Zuckerberg, estariam “definindo políticas”.

Em artigo na Times de 2018, o jornalista David Kirkpatrick relata uma conversa que teve com Mark Zuckerberg, em que ele justifica a contratação de Sheryl Sandberg, em 2008, como chefe operacional do Facebook pela sua experiência anterior como chefe de gabinete de Larry Summers quando este era secretário do Tesouro do Presidente Bill Clinton. Teria dito Zuckerberg, em 2009: “Em muitos aspectos, o Facebook é mais como um governo do que uma empresa tradicional. Estamos realmente definindo políticas”. A afirmação de Zuckerberg deve ser levada a sério. O problema é que em ambientes complexos, as soluções não costumam ser simples (KAUFMAN, 2020).

Esse registro é um gancho para trazer o conceito de Estado-plataforma explorado por Pierre Lévy. Em matéria para o jornal El País (HERMOSO, 2021), Lévy discorre como as grandes corporações de tecnologia têm atuado como novas formas de estado.

Os pesquisadores estão sempre se gabando de terem antecipado coisas, e eu previ muitas, mas esta não: o papel que as grandes companhias tecnológicas acabariam desempenhando ... Apple, Google, Microsoft, Amazon, Facebook etc.; como viraram novas formas de Estado. Eu chamo isso de Estado-plataforma. Provavelmente acabarão desenvolvendo suas próprias moedas; já contam com métodos de reconhecimento de identidades mais precisos que os dos próprios governos; já regulam a opinião pública, porque são elas que dominam as redes sociais onde as pessoas se expressam, então se decidem censurar algo censuram e ponto, e se decidem valorizar algo acima do resto, também. Têm um poder ilimitado. E estão formando uma grande aliança com os governos mediante colaborações com os serviços secretos, polícias, exércitos..., sobretudo nos Estados Unidos e na China (HERMOSO, 2021).

Em outra matéria, para o jornal Valor Econômico, menção também citada em Kaufman (2020), o autor reforçou que esse poder das big techs passou a deter o monopólio da memória mundial. Nesse sentido, Lévy mostra como a discussão se expande para além do aspecto econômico, afirmando que as plataformas “estão desenhando uma nova forma de poder

econômico, o que é evidente, mas sobretudo político. Muitas funções sociais e políticas, que são funções tradicionais dos Estados-nação, estão passando para essas companhias. Na minha avaliação, é uma nova forma de Estado, que eu denomino Estado-plataforma” (KAUFMAN, 2020).

A noção de Estado-plataforma se engendra com uma discussão mais ampla do quanto a internet tem impactado a sociedade. Ao analisar a relação entre complexidade, vigilância e desordem informacional e seu impacto no processo de subjetivação do indivíduo vem à tona uma questão: mediante a todo esse impacto social demonstrado em diversas situações, a internet ainda pode ser considerada apenas um meio de comunicação ou difusão?

Entre sua origem e popularização até os dias atuais, o nível de impacto da internet na sociedade ampliou-se radicalmente. Em seu início, considerar a internet como um meio de comunicação ou difusão fazia muito sentido, pois sua atuação estava mais focada nesse papel de mediação, mas, com a evolução dos sites, blogs, redes sociais, sua viabilização nos smartphones e seu espraiamento em aplicativos e em um mundo de soluções e negócios, a internet alcançou outro patamar de intervenção social, não mais fechado a questões estritamente da comunicação, embora isso já seja um impacto social muito grande.

A questão que encerra esta dissertação é de ordem sociológica e conceitual. A internet, mediante a dimensão de transformações que promove na sociedade, não deveria ser menos considerada como um meio de difusão, passando a ser mais discutida e entendida sob a ótica de um sistema social?

Como observado nestes últimos trechos, a relação entre complexidade, vigilância e desordem informacional, bem como, seu impacto na subjetivação do indivíduo, aterrizam em discussões como o conceito de Estado-plataforma, os marcos jurídicos relacionados à proteção de dados e as próximas fronteiras da desinformação, realçando uma posição da internet mais conectada com um sistema social, que carrega e gera complexidade.

Essa perspectiva pode impulsionar reflexões sobre uma próxima internet possível, onde a relação com a vigilância, o controle e a desinformação seja orientada por um entendimento mais abrangente e democrático da existência desses fenômenos, uma maior compreensão de seus funcionamentos e uma melhor condição para intervir e navegar nesse contexto, condição esta guiada por uma consciência que integre mais os conceitos de privado e coletivo, o uno e o múltiplo e, por fim, do indivíduo e sua sociedade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Paulo. Fim dos likes e adesivo de conversa: relembre novidades do Instagram em julho. *Techtudo*. 14 ago. 2019. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2019/08/fim-dos-likes-e-adesivo-de-conversa-relembre-novidades-do-instagram-em-julho.ghtml> . Acesso em: 10 jan. 2021.
- ARAÚJO, Victor. Era das fake news: o Brasil real e o Brasil do WhatsApp. *Nexo*, 9 mar. 2021. Ensaio. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2021/Era-das-fake-news-o-Brasil-real-e-o-Brasil-do-WhatsApp> . Acesso em: 10 de mar. de 2021.
- BAECKER, Dirk. Niklas Luhmann in the society of the computer. *Cybernetics & Human Knowing*, 13, p. 25-40, 2006.
- BASTOS, Marco Toledo. Uma forma cultural para a sociedade tecnológica. *Matrizes*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 183-195, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/matrizes/issue/view/4650>. Acesso em: 5 nov. 2020.
- BATTRO, Antonio M. Inteligências múltiplas e o construcionismo na era digital. In: GARDNER, Howard et al. *Inteligências múltiplas ao redor do mundo*. Artmed, 2010. p. 6-7.
- BAUMAN, Zygmunt; LYON, David. *Vigilância líquida*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BBC. 6 controvérsias e escândalos do Facebook antes de mudar o nome para Meta. *Tilt UOL*. 28 out. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/bbc/2021/10/28/6-controversias-e-escandalos-do-facebook-antes-de-mudar-o-nome-para-meta.htm>>. Acesso em: 20 de novembro. 2021.
- BOLSONARO, Jair Messias. *Entrevista à Caçula FM*. Três Lagoas-MS. 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/videos/435984554553324/> Acesso em: 10/01/2022
- BRASIL (2018) Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei 13.709/2018, de 14 de Agosto de 2018. Diário Oficial da União: seção 1, edição: 157, p. 59. 15 ago. 2018.
- BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna Carolina Franco; FALTAY, Paulo. Economia Psíquica dos algoritmos e laboratório de plataforma: mercado, ciência e modulação do comportamento. *Famecos*, Porto Alegre, v. 26, n. 3, set.-dez. 2019.
- BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto do Senado de combate a notícias falsas chega à Câmara. *Agência Câmara de Notícias*. 03 jul. 2020. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/673694-projeto-do-senado-de-combate-a-noticias-falsas-chega-a-camara> . Acesso em: 20 de novembro. 2021.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Tradução de Roneide Venancio Majer. v. 1, 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALLINI, Marta. *Empresas monitoram comportamento nas redes sociais para contratar ou demitir; veja cuidados*. G1, 30 de junho de 2018. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/empresas-monitoram-comportamento-nas-redes-sociais-para-contratar-ou-demitir-veja-cuidados.ghtml> . Acesso em: 10 jan. 2021.

CHADE, Jamil. Em carta, relator da ONU diz que PL das Fake News ameaça privacidade. UOL, 14 jul. de 2020. Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2020/07/14/em-carta-relator-da-onu-diz-que-pl-das-fake-news-ameaca-privacidade.htm>. Acesso em: 10 de set. de 2020.

CHRISTIAN, Brian; GRIFFITHS, Tom. *Algoritmos para viver: a ciência exata das decisões humanas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CIALDINI, Robert. *Armas da Persuasão 2.0*. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2021.

CINEMA E VIGILÂNCIA. cinebh.com, 2021. Disponível em: <https://cinebh.com.br/tematica/>. Acesso em: 5 de outubro de 2021.

COELHO, Eduardo Prado. A planetarização do homem da rua. *Público*, 3 nov. 2001. Disponível em: <https://www.publico.pt/2001/11/03/jornal/a-planetarizacao-do-homem-da-rua-163751>. Acesso em: 9 de outubro de 2021.

CONCERNED READER. A comparison of official Government reports suggest the Fully Vaccinated are developing Acquired Immunodeficiency Syndrome much faster than anticipated. *Before It's New*. 15 out. 2021. Disponível em: <https://beforeitsnews.com/eu/2021/10/a-comparison-of-official-government-reports-suggest-the-fully-vaccinated-are-developing-acquired-immunodeficiency-syndrome-much-faster-than-anticipated-2678010.html>. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

CONCORDIA. The power of big data and psychographics | 2016 Concordia Annual Summit. Youtube, 27 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n8Dd5aVXLcc>. Acesso em: 15 jan. 2022.

CORDEIRO, Veridiana. Novas questões para sociologia contemporânea: os impactos da Inteligência Artificial e dos algoritmos nas relações sociais. In: COZMAN, Fabio G.; PLONSKI, Guilherme Ary; NERI, Hugo. (orgs.). *Inteligência artificial: avanços e tendências*. IEA e C4AI-USP, 2021. p. 211-226.

COSTA, Rogério da. O autômato digital e os circuitos de afetos nas redes sociais: uma análise do conceito de autômato espiritual no Imagem-Tempo de Deleuze e seus desdobramentos nas interfaces digitais. *Revista Comunicação Mídia Consumo*, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 557-597,

set./dez. 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.18568/cmc.v16i47.2092>. Disponível em: <http://revistacmc.espm.br/index.php/revistacmc/article/view/2092/pdf> . Acesso em: 20 mar. 2021.

CRUZ Bruna Souza; UCHINAKA, Fabiana; RIBEIRO, Gabriel Francisco. Não tem volta: está na hora de você se preocupar com o que fazem com seus dados, eis o motivo... *UOL Notícias*. 13 abr. 2018. Disponível em: <https://www.uol/noticias/especiais/esta-na-hora-de-voce-se-preocupar-com-seus-dados.htm> . Acesso em: 10 nov. 2021

CURVELLO, J. J. A.; SCROFERNEKER, C. M. A. A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. *E-compós*, Brasília, v. 11, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.307>. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/307/300>. Acesso em: 20 mar. 2021.

D3CON. *Cambridge Analytica explains how the Trump campaign worked*. 11 maio 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bB2BJjMNxpA> . Acesso: 15 fev. 2021.

DAWKINS, Richard. *O gene egoísta*. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DE KERCKHOVE, Derrick. *A pele da cultura*. São Paulo: Annablume, 2009.

DE KERCKHOVE, Derrick. *Connected intelligence*. Toronto: Somerville House, 1997.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *Mil Platôs – Vol. I*, São Paulo: Editora 34, 2011.

DELEUZE, Gilles. *A Imagem-Tempo*. Tradução de Eloisa de Araujo Ribeiro. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

DERAKHSHAN, Hossein; WARDLE, Claire. *Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making* 2017. Disponível em: <https://rm.coe.int/information-disorder-toward-an-interdisciplinary-framework-for-researc/168076277c>. Acesso em: 18 nov. 2020.

DIAS, Tatiana; RIBEIRO Paulo Victor; LOPES, Débora. Documentos internos da delatora Francis Haugen revelam alertas ignorados sobre como o algoritmo promovia extremismo, racismo e manipulava jovens para lucrar. *The Intercept*. 1 dez. 2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/12/01/facebook-papers-provas-rede-manipulou-voce/> . Acesso em: 5 jan. 2021.

DONATH, S. Judith. Identity and deception in the virtual community. In: SMITH, Marc A.; KOLLOCK, Peter. (orgs.). *Communities in cyberspace*. New York: Routledge, 1999. pp. 27-58.

DWOSKIN, Elizabeth; GOWEN, Annie. On WhatsApp, fake news is fast – and can be fatal. *The Washington Post*, 23 de jul. 2018. Business. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/business/economy/on-whatsapp-fake-news-is-fast--and-can-be-fatal/2018/07/23/a2dd7112-8ebf-11e8-bcd5-9d911c784c38_story.html . Acesso em: 20 de Jun. de 2021.

É UM CÍRCULO vicioso de busca por aprovação, diz Sherry Turkle sobre ânsia por likes nas redes sociais. *Zero Hora*, Porto Alegre, 12 de julho de 2016. Entrevista. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2016/07/e-um-circulo-vicioso-de-busca-por-aprovacao-dizsherry-turkle-sobre-ansia-por-likes-nas-redes-sociais-6550437.html>. Acesso: 15 jan. 2022.

ENTENDA o escândalo de uso político de dados que derrubou valor do Facebook e o colocou na mira de autoridades. *G1 Economia: tecnologia*. 20 mar. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/entenda-o-escandalo-de-uso-politico-de-dados-que-derrubou-valor-do-facebook-e-o-colocou-na-mira-de-autoridades.ghtml>.

EX-PAJÉ. Direção: Luiz Bolognesi. Produção de Buriti Filmes. Brasil: Netflix, 2018. 1 Streaming.

FERRARI, Pollyana. *Como sair das bolhas*. São Paulo: Educ, 2018.

FILHO, Elias Rofis. On cyberstalking: o crime de perseguição nos meios digitais. *Tecmundo*, 16 ago. 2021. Segurança. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/seguranca/223145-cyberstalking-crime-perseguiacao-meios-digitais.htm> . Acesso em: 20 nov. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 16ª ed. São Paulo: Vozes, 2014.

GALLOWAY, Alexander. *Protocol: how control exists after decentralization*. Cambridge: The MIT Press, 2004.

GARDNER, Howard. et al. *Inteligências múltiplas ao redor do mundo*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GLEICK, James. *A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada*. Tradução de Augusto Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOOGLE TRENDS. Google. Disponível em: <https://trends.google.com.br/trends/explore?date=2020-01-01%202022-07-06&geo=BR&q=metaverso> . Acesso em 3 mar. 2022.

GRASSEGGGER, Hannes ; KROGERUS, Mikael. Tradução de Ananda Pieratti. Os dados que viraram o mundo de cabeça para baixo. *Vice*, 13 de fevereiro de 2017. Motherboard. Disponível em: <https://www.vice.com/pt/article/8qk9yp/os-dados-que-viraram-o-mundo-de-cabeca-para-baixo>. Acesso em: 10 de fev. 2022.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HERMOSO, Borja. Pierre Lévy: Muitos não acreditam, mas já éramos muito maus antes da internet. *El País*, 1 jul. 2021. Entrevista. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/eps/2021-07-01/pierre-levy-muitos-nao-acreditam-mas-ja-eramos-muito-maus-antes-da-internet.html>
<https://www.uol/noticias/especiais/esta-na-hora-de-voce-se-preocupar-com-seus-dados.htm#nao-tem-volta> . Acesso em: 20 ago. 2021.

HURST, Mark. Bit Literacy. *Information Anxiety 2*, Richard Saul Wurman. QUE, 2001, pp. 6-7.

IDOETA, Paula Adamo. A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo. *BBC*. 24 jul. 2017. Geral. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>. Acesso em: 5 fev. 2022.

IKEDA, Ana. "Stalker" sente desejo incontrolável de seguir vida alheia pela internet, diz especialista. *Tilt UOL*. 14 jun. 2013. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2013/06/14/stalker-sente-desejo-incontrolavel-de-seguir-online-a-vida-alheia-saiba-se-voce-e-assim.htm#:~:text=Ter%20a%20curiosidade%20de%20olhar,stalking%E2%80%9D%2C%20em%20ingl%C3%AAs>). Acesso em: 20 fev. 2021.

IZQUIERDO, Ivan. *Memória* [recurso eletrônico]. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. Tradução de Susana Alexandria. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

KAUFMAN, Dora. “Estado-Plataforma”: o poder das big techs. *Época Negócios*. 6 nov. 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/colunas/IAgora/noticia/2020/11/estado-plataforma-o-poder-das-big-techs.html> Acesso em: 20 jul. 2021.

KER, João; VARGA, Mateus. Twitter aponta publicação do Ministério da Saúde sobre tratamento precoce como enganosa. *Estadão* . 16 de janeiro de 2021. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,twitter-aponta-publicacao-do-ministerio-da-saude-sobre-tratamento-precoce-como-enganosa,70003583933> . Acesso em: 20 de jan. 2021.

LANKTREE, Graham. Watch: Did Cambridge Analytica use facebook data to snatch the election for Trump? *Newsweek*, 20 mar. 2018. U.S. Disponível em: <https://www.newsweek.com/watch-did-cambridge-analytica-use-facebook-data-snatch-election-trump-853351> Acesso em: 20 jun. 2021.

LATOURE, Bruno. *Reagregando o social*. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA, 2012; Bauru: Edusc.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

LINS, Consuelo; BRUNO, Fernanda. Práticas artísticas e estéticas da vigilância. In: Bruno, Fernanda; KANASHIRO, Marta; Firmino, Rodrigo. (orgs.). *Vigilância e visibilidade: espaço, tecnologia, e identificação*. Porto Alegre: Sulina, 2010. pp. 211-220.

LOFTUS, Elizabeth. How reliable is your memory? *TED*. jun. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PB2OegI6wvI> . Acesso: 20 de fev. de 2022.

LOUREIRO, Rodrigo. Out/2020: algumas vacinas contra a covid-19 podem aumentar o risco de HIV? *Revista Exame*. Ciência. 20 out. 2020. Disponível em: <https://exame.com/ciencia/algumas-vacinas-contr-a-covid-19-podem-aumentar-o-risco-de-hiv/> . Acesso em: 05 mar. 2021.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. Tradução de Ciro Marcondes Filho. São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMANN, Niklas. *Introduction to systems theory*. Cambridge: Polity Press, 2013.

LYON, David. *Pandemic Surveillance*. Cambridge: Polity Press, 2022.

LYON, David. *The Culture of Surveillance*. Cambridge: Polity Press, 2018.

MACHADO, Arlindo. *Máquina e imaginário: o desafio das poéticas tecnológicas*. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2001.

MANDELLI, Mariana. O revisionismo histórico e a desinformação. *Folha de S.Paulo*. 10 set. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/o-revisionismo-historico-e-a-desinformacao.shtml> . Acesso em: 20 out. 2020.

MANDELLI, Mariana. Por que os jovens não sabem diferenciar fatos de opinião?. *Folha de S.Paulo*. 20 maio 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/05/por-que-os-jovens-nao-sabem-diferenciar-fatos-de-opinioao.shtml> . Acesso em: 05 set. 2021.

MANOVICH, Lev. O banco de dados. Tradução de Camila Vieira. *Revista Eco pós*. Arte, Tecnologia e Mediação, São Paulo, v. 18, n. 1, 2015. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4403037/mod_resource/content/1/O%20banco%20de%20dados.pdf. Acesso em: 10 de out. 2021.

MANOVICH, Lev. The Database. In: *The Language of New Media*. Massachusetts: MIT Press, 2001. pp. 194-207.

MARQUES, Ana. Psiquiatra questiona recurso do WhatsApp: “essa pressa é justificada?”. *Tecnoblog*. 11 jun. 2021. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/2021/06/11/psiquiatra-questiona-recurso-do-whatsapp-essa-pressa-e-justificada/#:~:text=Essa%20pressa%20%C3%A9%20justificada%3F%E2%80%9D%2C,pressa%20toda%3F%E2%80%9D%2C%20refor%C3%A7a>. Acesso em: 15 de out. 2021.

MARTINS, Victor M. Nobre. Deleuze, Guattari, Freud e o problema da personalidade. *Revista EPOS*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-

700X2015000100004#:~:text=A%20dist%C3%A2ncia%20entre%20Deleuze%2C%20Guattari,na%20perspectiva%20de%20um%20plano. Acesso em: 5 fev. 2022.

MARWICK, Alice E. The public domain: social surveillance in everyday life, *Surveillance & Society*, Chapel Hill, v. 9, n. 4, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279673507_The_Public_Domain_Surveillance_in_Everyday_Life. Acesso em: 5 nov. 2021.

MAUAD, Ana Maria. Usos do passado e história pública no Brasil: a trajetória do Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense (1982-2017), *História Crítica*, São Paulo, n. 68, p. 27-45, 2018. Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/doi/10.7440/histcrit68.2018.02>. Acesso em: 5 nov. 2021.

MCLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutemberg*: a formação do homem tipográfico. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional; Edusp, 1972.

MELLO, Patrícia Campos. Empresas burlam regras e mantêm disparos em massa de mensagens eleitorais. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 5 out. 2020. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/10/empresas-burlam-regras-e-mantem-disparos-em-massa-de-mensagens-eleitorais.shtml> . Acesso em: 05 de out. de 2020.

MENDES, Ana Paula. Raspagem de dados. *Colaborados*, 5 de Setembro de 2019. Disponível em: <https://colaborados.com.br/blogposts/raspagem-de-dados.html> . Acesso em: 20 mar. 2021.

META. The Metaverse and How We'll Build It Together -- Connect 2021. Youtube, 28 outubro 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Uvufun6xer8> . Acesso em: 15 jan. 2022.

MOREIRA, Jaqueline de Oliveira; SILVA, Ana Carolina Dias. *100 anos Psicologia das Massas: atualizações e reflexões*. Curitiba: CRV, 2021.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Tradução de Eliane Lisboa. 5. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NARCISO 21. Suely Rolnik – *Subjetividade contemporânea: crise da identidade moderna*. Youtube, 27 maio 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QNrXkFWtL2s> . Acesso em: 15 fev. 2022.

NATIVOS digitais não sabem buscar conhecimento na internet, diz OCDE. BBC. 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57286155>. Acesso em: 25 jun. 2021.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta; NEVES, Fabrício Monteiro. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a Teoria dos Sistemas Sociais. *Sociologias*, Porto Alegre, n.15, p. 182-207, jan/jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n15/a07v8n15.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2020.

O ASSUNTO. O vale tudo das narrativas. Entrevistado: Eugênio Bucci. Entrevistadora: Renata Lo Prete. *G1*, 12 jul. 2021. Podcast. Disponível em: <https://g1.globo.com/podcast/o->

assunto/noticia/2021/07/12/o-assunto-492-o-vale-tudo-das-narrativas.ghml. Acesso em: 20 jul. 2021.

O DILEMA DAS REDES. Direção: Larissa Rhodes. Produção de Larissa Rhodes. Estados Unidos: Netflix, 2020. 1 Streaming.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD - OPS. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19*. Washington, 2020. Disponível em: <https://iris.paho.org/handle/10665.2/52054> . Acesso em: 10 outubro. 2021.

ORTIZ, Renato. *A narrativa como ilusão coletiva: a terra é redonda*. 11 abr. 2022. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-narrativa-como-ilusao-coletiva/> Acesso em: 15 de abr. de 2020.

ORWELL, George. 1984. Tradução de Karla Lima. São Paulo: Editora Ciranda Cultural, 2021.
PEREIRA, Ana Paula. Orkut x Facebook: quais as principais diferenças. *Tecmundo*. 25 mar. 2010. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/facebook/3937-orkut-x-facebook-quais-as-principais-diferencas-.htm>. Acesso em: 02 de jan. de 2022.

PLATAFORMAS se posicionam sobre Lei das Fake News: Meta, Google, Twitter e Mercado Livre assinam carta contra-argumentando pontos do projeto de lei 2.630/2020. *Meio & Mensagem*. 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2022/02/24/plataformas-se-posicionam-sobre-lei-da-fake-news.html> . Acesso em: 24 fev. 2022

PLATZ, Brian. New Digital Advertising Is Rising From The Ashes Of Surveillance Capitalism. *Forbes*. 17 jun. 2021. Forbes Technology Council.

PRIVACIDADE HACKEADA. Direção: Karim Amer; Jehane Noujaim. Produção de The Othrs. Estados Unidos: Netflix, 2019. 1 Streaming.

RECODE DECODE. Recode Decode: Facebook CEO Mark Zuckerberg. Entrevistado: Mark Zuckerberg. Entrevistadora: Kara Swisher. *Vox*, 08 out. 2018. Podcast. Disponível em: <https://www.vox.com/2018/7/18/17575156/mark-zuckerberg-interview-facebook-recode-kara-swisher>. Acesso em: 20 jul. 2021.

RELATOR apresenta nova versão do projeto sobre fake news; conheça o texto. *Agência Câmara de Notícias*. Brasília, 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/863031-relator-apresenta-nova-versao-do-projeto-sobre-fake-news-conheca-o-texto/> . Acesso em: 25 abr. 2022.

RIBEIRO, Andrei. Plataformas não querem comprometer lucro para combater fake news, diz pesquisador. *Folha de S.Paulo*, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/hashtag/2022/02/plataformas-nao-querem-comprometer-lucro-para-combater-fake-news-diz-pesquisador.shtml> . Acesso em: 20 fev. 2022.

RODRIGUES, Leo Peixoto; NEVES, Fabrício Monteiro. *A sociologia de Niklas Luhmann*. Petrópolis: Vozes, 2017.

SACCHITIELLO, Bárbara. Mercado vive busca por soluções ao fim dos cookies de terceiros. *Meio e Mensagem*. jan. 2022. Disponível em:

<https://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2022/01/27/mercado-vive-busca-por-solucoes-ao-fim-dos-cookies.html> . Acesso em: 10 fev. de 2022.

SALGADO, Eneida Desiree; VIANA, Ana Cristina Aguilar. Vigilância digital em tempos de pandemia. *JOTA*. 4 jun. 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/vigilancia-digital-em-tempos-de-pandemia-04062020>. Acesso em: 10 de jan. de 2022. Acesso: 10 out. 2021.

SCHÖNBERGER, Viktor Mayer; CUKIER, Kenneth. *Big Data: a revolution that will transform how we live, work and think*. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

SIBILIA, Paula. *Show do eu: a intimidade como espetáculo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

SOLON, Olivia. Richard Dawkins on the internet's hijacking of the 'word' meme'. *Wired*. 20 jun. 2013. Disponível em: <https://www.wired.co.uk/article/richard-dawkins-memes> . Acesso em: 20 out. 2021.

TAGIAROLI, Guilherme. Instagram testa trazer de volta número de curtidas de cada foto. *Tilt Uol*. 14 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2021/04/14/instagram-testa-trazer-de-volta-funcao-que-exibia-numero-de-likes-na-rede.htm> . Acesso em: 10 de out. 2021.

TROTTIER, Daniel. Interpersonal Surveillance on Social Media, *Canadian Journal of Communication* v. 37. n. 2 p. 319-332, 2012 Disponível em: <https://cjc-online.ca/index.php/journal/article/view/2536>. Acesso em: 5 nov. 2021.

TUCHERMAN, Ieda. Michel Foucault, hoje, ou ainda: do dispositivo de vigilância ao dispositivo de exposição da intimidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n. 27, p. 40-48, ago. 2005.

TURKLE, Sherry Maye. *The second self*. Cambridge: MIT Press, 2005.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. *Information Disorder*, Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WARDLE, Claire. *Guia essencial da First Draft para entender a desordem informacional*, Tradução de First Draft. London: First Draft, 2020. Disponível em: https://firstdraftnews.org/wp-content/uploads/2020/07/Information_Disorder_Digital_AW_PTBR.pdf?x76851. Acesso em: 10 outubro. 2021.

WISSINGER, Christina L.; STATE, Penn. Privacy Literacy: From Theory to Practice. *Communications in information literacy*, Washington, v. 11, n. 2, pp. 378-389, 2017. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1166461.pdf> . Acesso em: 10. Maio 2022.

WINCH, Alison. Brand Intimacy, Female Friendship and Digital Surveillance Networks, *New Formations*, London, v. 2014, n. 84-85. pp. 1-25, 2014. Disponível em: <https://journals.lwbooks.co.uk/newformations/vol-2014-issue-84/abstract-8657/> Acesso em: 5 nov. 2021.

WONG, Kate. The artist and the scientists: bringing prehistory to life. *Scientific American*. 1 fev. 2011. Disponível em: <https://www.scientificamerican.com/article/recommended-feb-11/> Acesso em: 25 nov. 2021.

WURMAN, Richard Saul. *Information Anxiety 2*. Indianopolis: QUE, 2001.

ZAROCOSTAS, J. How to fight an infodemic. *The Lancet*, Londres, 395(10225), 676, fev. 2020. DOI [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X). Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)30461-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)30461-X/fulltext) Acesso em: 18 abr. 2022.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2021.